

Leonardo Dlugokenski

Metamorfoses na cultura cabocla: a inserção do lavrador nacional no ciclo da madeira em Chapecó (1930 – 1965)

Passo Fundo, Abril de 2012

Leonardo Dlugokenski

Metamorfoses na cultura cabocla: a inserção do lavrador nacional no ciclo da madeira em Chapecó (1930 – 1965)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2012

CIP – Catalogação na Publicação

D626m Dlugokenski, Leonardo
Metamorfoses na cultura cabocla : a inserção do lavrador
nacional no ciclo da madeira em Chapecó (1930-1965) /
Leonardo Dlugokenski. – 2012.
136 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de
Passo Fundo, 2012.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

1. Indústria madeireira - Chapecó (SC). 2. Trabalhadores
rurais. 3. História social. 4. Cultura. I. Tedesco, João Carlos,
orientador. II. Título.

CDU: 981.64

Catálogo: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Agradeço a minha família, principalmente aos meus avós (também pais) Rodolfo Dlugokenski e Elvira Dlugokenski pelo apoio e pelo incentivo em mais essa etapa árdua da minha vida acadêmica, a minha mãe Isabel Cristina Dlugokenski, pelo incentivo nas horas mais complicadas da pesquisa. A minha esposa Fátima Costa, que me fez retomar o caminho dos estudos acadêmicos e me incentivou desde o início desse projeto, tendo sempre paciência e perseverança e ao meu orientador Prof. Dr. João Carlos Tedesco, que sempre acreditou em meu potencial.

RESUMO

O presente trabalho discute as transformações ocorridas na cultura do caboclo residente na região de Chapecó a partir do ciclo da madeira (1930 – 1965), onde estes interagiram mais intensamente com os colonos durante as atividades ligadas a extração da madeira e a prestação de serviços. O trabalho tem início a partir da discussão sobre a formação política da região de Chapecó passando pelas primeiras ocupações da mesma (indígenas e caboclos) até a chegada das colonizações. A partir da colonização temos o advento da indústria da madeira que coloca em interação intensa caboclos e colonos, gerando conflitos de ordem simbólica que vão influenciar na modificação da cultura do lavrador nacional, mudando o seu jeito de ser, sua *cosmovisão*. As alterações citadas são sutis, porém importantes, dado que a forma de trabalho, a religiosidade, as relações familiares e a sua identidade são alteradas com o objetivo de adaptar-se ao novo ciclo econômico que se instalava em Chapecó.

Palavras-chave: caboclos, colonos, cultura, mudança.

ABSTRACT

This paper discusses the transformations in the culture of living in the settler's region Chapecó from the cycle of wood (1930 - 1965), where they interacted more intensely with the colonists during activities related to timber harvesting and the provision of services. The work start from the discussion of political education in the region of Chapecó past its first occupations (indigenous and shifting cultivators) until the arrival of colonization. From the advent of colonization we have the timber industry which places intense interaction from settlers and colonists, creating conflicts of a symbolic changes that will influence the farmer's national culture, changing their way of being, their worldview. The aforesaid changes are subtle, but important, since the religion, form of labor, family relationships and identity are changed in order to adapt to new economic cycle that was installed in Chapecó.

Keywords: shifting cultivators, settlers, culture change.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da província do Paraná em 1867 com os “Campos de Palmas” destacados na cor amarela	18
Figura 2 – Rotas tropeiras	22
Figura 3 – Área requerida pelos argentinos na Questão de Misiones	27
Figura 4 – Propaganda presente no mapa da empresa colonizadora Ernesto F. Bertaso.....	34
Figura 5 – Mapa de compra/venda de lotes da Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi.....	39
Figura 6 – Bacias hidrográficas brasileiras	59
Figura 7 - Serradores.....	80
Figura 8 - Arrastadores.....	80
Figura 9 – Trabalhadores das madeireiras.....	81
Figura 10 – Balseiros no rio Uruguai.....	81
Figura 11 – Esquema de uma peça intermediária de uma balsa.....	83
Figura 12 – Almanaque dos laboratórios Fontoura.....	108

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Topografia do município de Chapecó.....	58
Tabela 2 – Número de novas madeiras instaladas em Chapecó dos anos de 1936 a 1946..	64
Tabela 3 – Locais de embarque das madeiras	82
Tabela 4 – Confrontação da realização orçamentária no “quinqüênio” 1953 – 1957 da Prefeitura Municipal de Chapecó, 1959.....	85
Tabela 5 – Balanço da Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai	88

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEOM – Centro de Organização da Memória do Oeste Catarinense

GOVSC – Governo do Estado de Santa Catarina

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DE CHAPECÓ ATÉ O PERÍODO DA COLONIZAÇÃO	17
1.1 A formação histórica da região de Chapecó: a ocupação indígena e a abertura da estrada Missões/Sorocaba	18
1.2 A ocupação de Chapecó por caboclos e sua reprodução	24
1.3 “A ferro e a fogo”: as disputas pelo território que culminaram na criação do município de Chapecó.....	26
1.3.1 Colonos, Colônias e Colonizadoras	30
1.3.2 As estratégias de comercialização dos lotes coloniais	32
1.3.3 Colonizadoras Madeireiras e o Estado: a parceria e a valorização econômica	35
1.4 O posseiro e a colonizadora: estratégias de cooptação, deslocamento e expulsão dos caboclos das terras a serem colonizadas	38
1.5 As primeiras ocupações e a colonização de Chapecó	40
CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO CULTURAL DO CABOCLO E DO COLONO NA REGIÃO DE CHAPECÓ	42
2.1 A cultura e a identidade.....	43
2.2 O identidade do lavrador nacional: o roçado caboclo	45
2.3 O mato, a caça e a pesca: o complemento para a atividade agrícola	46
2.4 A religiosidade cabocla e suas formas de expressão.....	48
2.5 O santos de casa e o messianismo.....	49
2.6 O compadrio e o mutirão: aspectos do cotidiano caboclo.....	51
2.7 O colono: identidade e cosmovisão.....	53
2.8 O colono empreendedor	54
2.9 História, identidade e cultura.....	55
CAPÍTULO III: O CICLO MADEIREIRO NA REGIÃO DE CHAPECÓ	57
3.1 As motivações iniciais de alguns grupos de colonos para o abandono da produção agrícola.. ..	58
3.2 A crise da agricultura e o descontentamento do colono.....	60
3.3 A indústria madeireira em Chapecó: a gênese social e econômica	62
3.4 Os madeireiros e os pleitos municipais	65
3.5 Os caboclos e a política.....	67

3.6 O ciclo da madeira e o meio ambiente.....	69
3.6.1 O instituto Nacional do Pinho.....	70
3.6.2 A instituição do Código Florestal brasileiro	71
3.7 Caboclos, colonos, madeireiros, políticos e o meio ambiente	72
CAPITULO IV: A INSEINRÇÃO DO CABOCLO NA INDÚSTRIA MADEIREIRA CHAPECOENSE EM MEADOS DO SÉCULO XX.....	74
4.1 A desestruturação do modo de vida do caboclo com a chegada da colonização.....	75
4.2 A delimitação das terras e a diminuição da produtividade: elementos que levaram o caboclo a procurar outras fontes econômicas objetivando a sobrevivência	77
4.3 O ciclo da madeira em Chapecó.....	79
4.4 O ponto de balsa: aspectos sobre as viagens dos balseiros.....	84
4.5 As relações de trabalho entre madeireiros e lavradores nacionais.....	87
4.6 As mudanças na cultura cabocla a partir da colonização.....	89
4.7 A crise no ciclo da madeira: o fim da circulação das balsas.....	93
4.8 Da atividade agrícola ao ciclo da madeira.....	95
CAPÍTULO V: A EXCLUSÃO SIMBÓLICA DO CABOCLO DURANTE O CICLO DA MADEIRA.....	97
5.1 A discriminação negativa criada pelos “de fora” aos estabelecidos: algumas considerações	98
5.2 A colonização e o início das tensões entre caboclos e colonos.....	101
5.3 A repressão a religiosidade cabocla pelos ritos oficiais.....	103
5.4 O “Jeca Tatu” e a discriminação negativa dos caboclos.....	105
5.5 O jornal “A Voz de Chapecó” e a figura do caboclo chapecoense.....	109
5.6 Caboclos e colonos no ciclo da madeira: dos conflitos simbólicos aos conflitos de fato...	114
5.7 As mudanças na cultura cabocla: temporalidade, religião e trabalho.....	117
5.7.1 Os tempos de antes e os tempos de depois.....	118
5.7.2 O enquadramento da religiosidade cabocla.....	119
5.7.3 A interdependência entre o trabalho subordinado e o trabalho na propriedade.....	121
5.8 As trincheiras culturais entre caboclos e colonos.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	131

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na presente reflexão que ora apresentamos, objetivamos discutir sobre as alterações que ocorreram na cultura dos caboclos residentes na região de Chapecó no início do século XX, quando grande parte desse grupo foi inserido em um novo processo produtivo denominado ciclo da madeira (1930 a 1965), fomentado pelos migrantes recém-chegados a citada região.

O ciclo produtivo citado acima consistia na adoção da extração, beneficiamento e comércio da madeira como principal fonte econômica da região, proporcionando a criação de diversos postos de trabalho e a absorção de quase toda a mão de obra do local.

Acreditamos que essa nova realidade laboral da região foi fundamental no processo de mudança no modo de ser do caboclo, forçando-o a adaptar-se ao *modus operandis* proposto pelo mercado madeireiro, gerando alterações na cultura desses indivíduos que pode ser traduzida pelas representações sociais negativas que começaram a surgir a partir desse momento como alcunhas e apelidos.

Logo, para alcançarmos o objetivo do nosso estudo e proporcionar maior organização lógica do trabalho o estruturamos em cinco capítulos, divididos por temas que se complementam dando-o um caráter didático e facilitando a sua leitura.

Assim, no capítulo de abertura denominado “A formação social de Chapecó até o período da colonização”, apresentamos os processos que possibilitaram a ocupação das terras que mais tarde seriam denominadas de Chapecó, desde as tribos indígenas, quando essa localidade ainda era pertencente ao estado do Paraná (meados do século XIX) e estava contida nos “Campos de Palmas” até o processo de colonização do já município de Chapecó por empresas particulares a partir do ano de 1920.

Também veremos no capítulo I, alguns temas complementares como a formação política da região e os problemas na delimitação das fronteiras da mesma, desde a querela judicial entre Brasil e Argentina pela posse da mesma até a questão do contestado que definiu a posse da área física de Chapecó para Santa Catarina.

Logo, um dos principais objetivos dessa exposição teórica deste capítulo é deixar claro quais os caminhos utilizados por caboclos e colonos para chegarem a essa região, como também tentar compreender quais as motivações que levaram essas comunidades a

optarem pela determinada localidade até então considerada “desabitada” pelos órgãos oficiais.

Assim, para compreendermos os meios utilizados pelos caboclos/colonos e as motivações que os levaram a migrar para a região de Chapecó, utilizamos como instrumento a revisão das pesquisas já concluídas sobre a citada região por estudiosos como Alceu Werlang, Arlene Renk, Eli Belani, José Carlos Radin, Telmo Marcon, entre outros. Pesquisamos também documentos históricos, como mapas de demarcação de terras e documentos cartográficos que versam sobre a localidade, em sua maioria disponíveis no “Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM”, localizado no município de Chapecó, estado de Santa Catarina. Desta forma, o primeiro capítulo possui extrema importância diante o conjunto da obra, devido este elencar algumas das motivações que fizeram com que os grupos de caboclos e colonos ocupassem a região de Chapecó.

Como consequência do trabalho, propomos no segundo capítulo denominado “A formação da cultura do caboclo e a identidade do colono na região de Chapecó”, a discussão teórica sobre a cultura do caboclo e do colono e as motivações que levaram esses grupos a migrarem para a região de Chapecó.

Logo, para caracterizar a origem e a cultura dos personagens da nossa pesquisa, acessamos autores ligados à sociologia rural e a história, onde podemos citar Antônio Cândido, Paulo Zarth, Ivaldo Gehlen entre outros, que possuem vasta obra sobre esses grupos humanos.

Assim, após compreendermos como caboclos e colonos chegaram à região de Chapecó, qual a origem desses agrupamentos humanos e qual a cultura dos mesmos, caracterizando bem os personagens envolvidos na pesquisa iniciamos a reflexão sobre os fatores que alavancaram o ciclo madeireiro na região de Chapecó. Esse tema é tratado no terceiro capítulo denominado “Do roçado ao mato: o ciclo madeireiro na região de Chapecó” onde nós temos a pretensão de esclarecer os fatores que proporcionaram o início do ciclo madeireiro, as motivações para esse novo processo produtivo e os impactos sociais e políticos criados por esse.

Logo, nesse capítulo será possível refletir como esse ciclo econômico/produtivo, interferiu no poder local, colocando a colonizadora e os colonos como detentores e legisladores da região de Chapecó em detrimento aos outros atores que ali viviam, criando uma hierarquização cultural entre os migrantes e os caboclos, assim dando todas as

condições para a subalternização do lavrador nacional nos trabalhos desempenhados no ciclo da madeira.

Para possibilitarmos uma compreensão maior desse tema, realizamos entrevistas semi-estruturadas *in loco* com indivíduos que participaram diretamente desse processo, para isso nos deslocamos aos municípios onde os sujeitos residiam na época em que a pesquisa foi realizada (2009 – 2011), em sua maioria em Guatambú e Chapecó, ambos em Santa Catarina e gravamos as entrevistas em sistema digital, as quais foram transcritas em parte no nosso trabalho. Os depoimentos colhidos possibilitaram interpretar determinados fatos com maior clareza, dando fundações sólidas a pesquisa.

Após refletirmos sobre os fatores que alavancaram o ciclo da madeira em Chapecó, deixando o cenário sobre o mesmo pronto, iniciamos a explanação sobre a interferência desse ciclo no modo de vida do caboclo e dos colonos, quais as inovações que esse processo produtivo trouxe ao cotidiano desses grupos humanos. Esse tema faz parte do capítulo IV, denominado “A inserção do caboclo na indústria madeireira chapecoense em meados do XX”.

Assim, no capítulo citado acima, a partir dos dados coletados durante o andamento do presente trabalho, chegamos ao problema que motivou essa pesquisa: com a chegada das madeiras junto à colonização houve a imposição de um novo jeito de ser e de trabalhar, uma forma laboral típica das áreas urbanas, pautada pela subordinação, assalariamento e prazos a cumprir. Logo, a partir dessa imposição como o caboclo se adaptou a essa nova realidade? Quais as alterações em sua cultura foram necessárias para tal?

Acreditamos, a partir dessa indagação que as principais alterações na cultura cabocla dizem respeito a sua organização para o trabalho, atividade laboral que tornou-se mista (lavoura – madeiras), como também na sua relação com o transcendente (enquadramento da religiosidade) devido as novas necessidades que vão surgindo com o a alteração em sua rotina.

Porém, também cremos que elementos centrais da cultura do caboclo foram reforçados a partir do embate com o modo de vida dos colonos como a sua noção de terra e espaço de reprodução familiar, opondo-se ao ideal mercantil da terra pertencente aos migrantes.

Ademais, trazemos como pano de fundo algumas questões complementares que ajudarão na compreensão do capítulo IV, como as relações trabalhistas oriundas do ciclo

da madeira entre caboclos e colonos, a remuneração resultante dessa relação e principalmente às relações de poder que foram se criando através da convivência entre os indivíduos desses grupos distintos no já citado ciclo.

Esse capítulo, como foi enfatizado no parágrafo acima é central em nossa pesquisa, pois possibilitará o entendimento das relações sociais entre colonos e caboclos quando esses têm sua convivência estreitada pelo processo produtivo do ciclo da madeira e encontram-se em uma estratificação social e econômica o que influencia profundamente na alteração de aspectos simbólicos do modo de ser do caboclo. As representações sociais geradas a partir da inserção do caboclo no ciclo da madeira fundamentaram a identidade estigmatizada do caboclo moderno em Chapecó, justificando o seu modo de ser cultural. Esse processo de estigmatização será o foco do próximo e último capítulo denominado “A exclusão simbólica do caboclo durante o ciclo da madeira”.

Logo, a partir do cenário exposto acima, pretendemos compreender no capítulo V, que encerra a nossa pesquisa quais foram às representações sociais geradas tanto pelos caboclos, como pelos colonos devido à relação econômica e social que se instaurou entre o lavrador nacional e os colonos durante o ciclo da madeira em Chapecó.

Para chegarmos ao objetivo proposto utilizamos como fonte, jornais de abrangência regional que reproduziam essas representações sociais como “A voz de Chapecó”, a obra literária de abrangência nacional denominada Urupês de Monteiro Lobato como revisão bibliográfica de obras de autores regionais e entrevistas realizadas pelo próprio pesquisador e acessadas no banco de dados do CEOM - UNOCHAPECÓ.

As entrevistas expostas nessa pesquisa foram, em sua maioria, realizadas nas residências dos atores sociais que estiveram envolvidos no ciclo da madeira em horários pré-agendados entre o pesquisador e os entrevistados ou seus representantes.

Um fator que limitou o andamento do trabalho foi à localização das fontes orais, que em sua maioria residem em comunidades do interior de seus municípios, como também a idade avançada que elas se encontram, dado que o ciclo da madeira entrou em declínio em meados da década de sessenta do século vinte e a maioria das fontes possui idade superior a oitenta anos. Isso fez com que algumas entrevistas não possibilitassem o acréscimo de muitos dados, como também que as mesmas tivessem curta duração.

Logo, buscamos reconstituir e problematizar algumas fontes, principalmente documentais; trouxemos algumas vozes representativas do fenômeno estudado. Nossa

intenção era trazer para o diálogo alguns depoimentos que pudessem clarear o processo de alteração da cultura do caboclo a partir de sua entrada no ciclo da madeira.

Enfim, nossa intenção, nesse trabalho, é contribuir com sistematização e problematização dos processos históricos que envolvem a formação e constituição da região de Chapecó centrando-nos na alteração no modo de ser do caboclo em pleno ciclo da madeira em Chapecó, assim mostrando alguns elementos que consolidaram a identidade estigmatizada negativamente do caboclo chapecoense.

CAPÍTULO I:
A FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DE CHAPECÓ
ATÉ O PERÍODO DA COLONIZAÇÃO

Nesse capítulo de abertura do presente trabalho, temos como objetivo delimitar a área de nossa pesquisa como também os movimentos que proporcionaram a migração de caboclos e colonos para a região de Chapecó. Esta região foi investigada tanto geograficamente como socialmente, dado que o clima e a geografia de um lugar interferem em uma cultura, propiciando diferentes representações sociais. Já o sujeito será investigado através de vasta revisão bibliográfica sobre o tema.

Para obtermos êxito nesta “empreitada” primeiramente estudamos como se deu a formação das fronteiras de Chapecó com os estados brasileiros do Paraná e do Rio Grande do Sul, com o município de Cruzeiro (atual Joaçaba-SC) e com a República Argentina e os fatores que proporcionaram esses limites.

Assim, a partir desta delimitação, adquirimos dados suficientes para nos embrenharmos no estudo dos primeiros grupos humanos a povoar Chapecó, dando enfoque principal para a ascendência dos grupos indígenas (Kaingang e Guaranis) e principalmente para os caboclos, sujeitos do nosso trabalho, que migraram para esta região através da estrada Missões - RS/Sorocaba – SP, que cruzava Chapecó.

Ademais, estudamos também as motivações da migração de descendentes de alemães, italianos e poloneses vindos do estado vizinho do Rio Grande do Sul no início do século XX, para esta região através do processo de colonização, e as consequências desta chegada à economia e ao cotidiano local.

E para finalizar este capítulo discutimos o processo de colonização e as colonizadoras, desde o amparo estatal até os seus objetivos com a povoação de áreas consideradas “vazios demográficos” e como estas lidavam com as populações já existentes nas áreas a serem comercializadas.

Com isso pretendemos demonstrar que a ocupação da região de Chapecó é anterior a colonização e que esta chega tardiamente por volta de 1920, transformando radicalmente a região, trazendo a indústria madeireira e a absorção de toda a população que vivia na região por esse ciclo econômico, proporcionando a relação direta entre colonos e caboclos.

1.1 A formação histórica da região de Chapecó: a ocupação indígena e a abertura da estrada Missões/Sorocaba

O conceito de região se dá através das construções históricas, sociais e políticas dos indivíduos perante determinado espaço, assim, neste momento far-se-á um levantamento histórico/bibliográfico sobre a ocupação de Chapecó, as diversas divisões políticas, as divisões culturais e os conflitos, para assim termos a possibilidade de compreender a gênese do local.

A Região de Chapecó determinada neste trabalho foi delimitada primeiramente pela presidência do governo do estado do Paraná, pela lei 2.502, de 06 de Novembro de 1859, denominada de Colônia Militar de Xaçecó, até então esta se encontrava inserida nos Campos de Palmas.

Figura 1 - Mapa da província do Paraná em 1867 com os Campos de Palmas destacados na cor amarela.



FONTE: <http://www.bne.es/es/Inicio/index.html>: acessado em 30/12/2010.

A região da Colônia Militar de Chapecó, como também dos Campos de Palmas, citado acima, segundo Poli (1995), tiveram primeiramente duas ocupações distintas: a ocupação indígena e a ocupação brasileira (caboclos), para em um segundo momento serem colonizadas por descendentes de europeus. Neste item nos ateremos na ocupação indígena.

A ocupação indígena da região de Chapecó segundo Paim (2006) teve início:

(...) segundo vestígios arqueológicos, encontrados na bacia do Rio Uruguai o grupo teria chegado na região por volta de 5.500 a. C. Eles habitavam o território limitando-se com as fronteiras da Argentina e dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Eram 14. 071 quilômetros quadrados. (PAIM, 2006, p. 125)

Sabe-se que a ocupação indígena teve vigência até meados do século XIX, quando estes foram aldeados por expedicionários advindos de São Paulo e Guarapuava. A região de Chapecó até então era chamada de Campos de Palmas, era considerada local “sem dono”, era território ocupado tradicionalmente pela etnia Kaingang, nome que em sua língua nativa significa “homem ou povo do mato”. Porém, esta ocupação não era vista com “bons olhos” pelo Governo Imperial, tanto que em documentos oficiais como as cartas régias de cinco de novembro de 1808 e 1º de abril de 1809, dirigidas por Dom João VI (1767 – 1826) ao governador da capitania de São Paulo Antonio Joseph de Franca e Horta, solicitava a ocupação imediata destes campos.

Eu Príncipe Regente vos envio muito saudar. Sendo-me presente vosso officio e o da junta que segundo as minhas reaes ordem convocastes para dar principio ao grande estabelecimento de povoar os Campo de Guarapuava, de civilisar os índios bárbaros, que infestam aquelle território, e de pôr em cultura todo o paiz que de uma parte vai confinar com o Paraná, e da outra forma as cabeceiras do Uruguay que, depois rega o paiz de Missões, e communica assim com a Capitania do Rio Grande [...] Iguamente fareis declarar que toda pessoa que quizer ir povoar os Campos de Guarapuava não será constringida pelo espaço de seis annos a pagar divida alguma que deva a Fazenda Real, e que pelo tempo de 10 annos não pagará dizimo das terras novas que rotear, nem outro direito parochial, se não o que for necessário para o mantenimiento e trato dos Curas, que alli se estabeleceram. (SIMÕES. 1891, p.36-37)

Os Índios Kaingang viviam espalhados dentro de um extenso perímetro que ultrapassava os limites dos campos de Palmas como também da nação brasileira, estes por sua vez tinham como principais atividades “a caça, a coleta de alimentos em meio às matas

e a pesca (...). O cultivo de diferentes espécies de milho, feijão, morangas e amendoim em roças de pequena dimensão, através da técnica coivara, complementavam os recursos existentes na natureza” (NACKE, 2007, p. 39).

Porém, a vida pacífica desta população viria sofrer um abalo a partir da conquista dos Sete Povos das Missões¹ pelas tropas da aliança Portugal e Espanha, que após a derradeira vitória sobre os indígenas catequizados dividiram a região, as estâncias de gado e todas as riquezas que ali existiam, conforme os tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777).

Com o excedente de gado na região dos sete povos das missões, a descoberta de ouro na região onde hoje se encontra o estado de Minas Gerais, foi um fato comemorado, dado que a exploração desta riqueza exigia a presença de vários trabalhadores, estes que por sua vez, viriam a consumir toneladas de alimento.

A partir deste fato surgia a demanda de gado vacum para a alimentação dos mineiros e tropas de muares que serviriam para o transporte da produção. Estes animais eram negociados nas feiras de Sorocaba/SP e de lá transportados até Minas Gerais.

Mas para tal intento lograr êxito havia a necessidade da abertura de uma estrada que ligasse os Sete Povos das Missões a Sorocaba, porém havia um problema, a estrada teria que passar necessariamente por campos de mata fechada e repleta de indígenas pouco afeitos à convivência com o homem branco, assim, o empreendimento era árduo e perigoso, seria necessário primeiramente subjugar os indígenas para posteriormente abrir a estrada.

Dada esta realidade a exploração dos Campos de Palmas visando à abertura da estrada ficou suspensa por muitos anos, só foi acontecer por volta de 1837, quando o governo da província de São Paulo, oficializou a lei que possibilitava a expedição aos Campos de Palmas em 16 de março daquele ano.

Isto aconteceu após a conquista dos campos de Guarapuava pelas expedições portuguesas e após a abertura da estrada que ligava Lapa (PR) a Lages (SC), que serviam como meio alternativo para escoarem o gado vindo Rio Grande do Sul, porém estavam se tornando inviáveis devido a Lages pertencer à província de Santa Catarina que cobrava alto imposto pela passagem do gado.

¹ Os “Sete Povos das Missões” eram reduções jesuíticas localizadas no atual estado do Rio Grande do Sul, na época Província de São Pedro, onde os padres jesuítas catequizavam e ensinavam técnicas para a criação do gado “solto ou alçado” e multiplicação do mesmo para os indígenas. Tornaram-se referencia quando se falava em gado de corte e transporte por volta do século XVIII, assim fomentando o desejo de portugueses e espanhóis de adquirirem riqueza fácil ao se apossarem dos rebanhos e vendê-los.

Assim, iniciou a mobilização para a abertura de uma nova estrada com o envio do Tenente Manoel Soares do Vale, o que “resultou o mais amplo conhecimento dos campos e dos matos circunvizinhos e o melhoramento dos trânsitos pelos passos do Iguaçú, Chapecó e Goyo-en” (MACEDO, 1951, p. 184).

A partir deste mapeamento, um grupo foi enviado pelo governo da província paulista e outro pelo governo de Guarapuava com o objetivo de desbravar os Campos de Palmas.

As duas bandeiras encontraram-se no campo, em 1839 e disputam sua posse. Para julgar a questão, escolheram árbitros entre os moradores de Curitiba que decidem a repartição do mesmo entre ambos os grupos (D'ANGELIS, 1995, p. 159).

Através de uma aliança com o cacique Vitorino Condá, de uma das tribos Kaingang, que possuía uma ascendência impressionante sobre os caciques de outras tribos, foram rapidamente abrindo caminho e povoando locais até antes inexplorados.

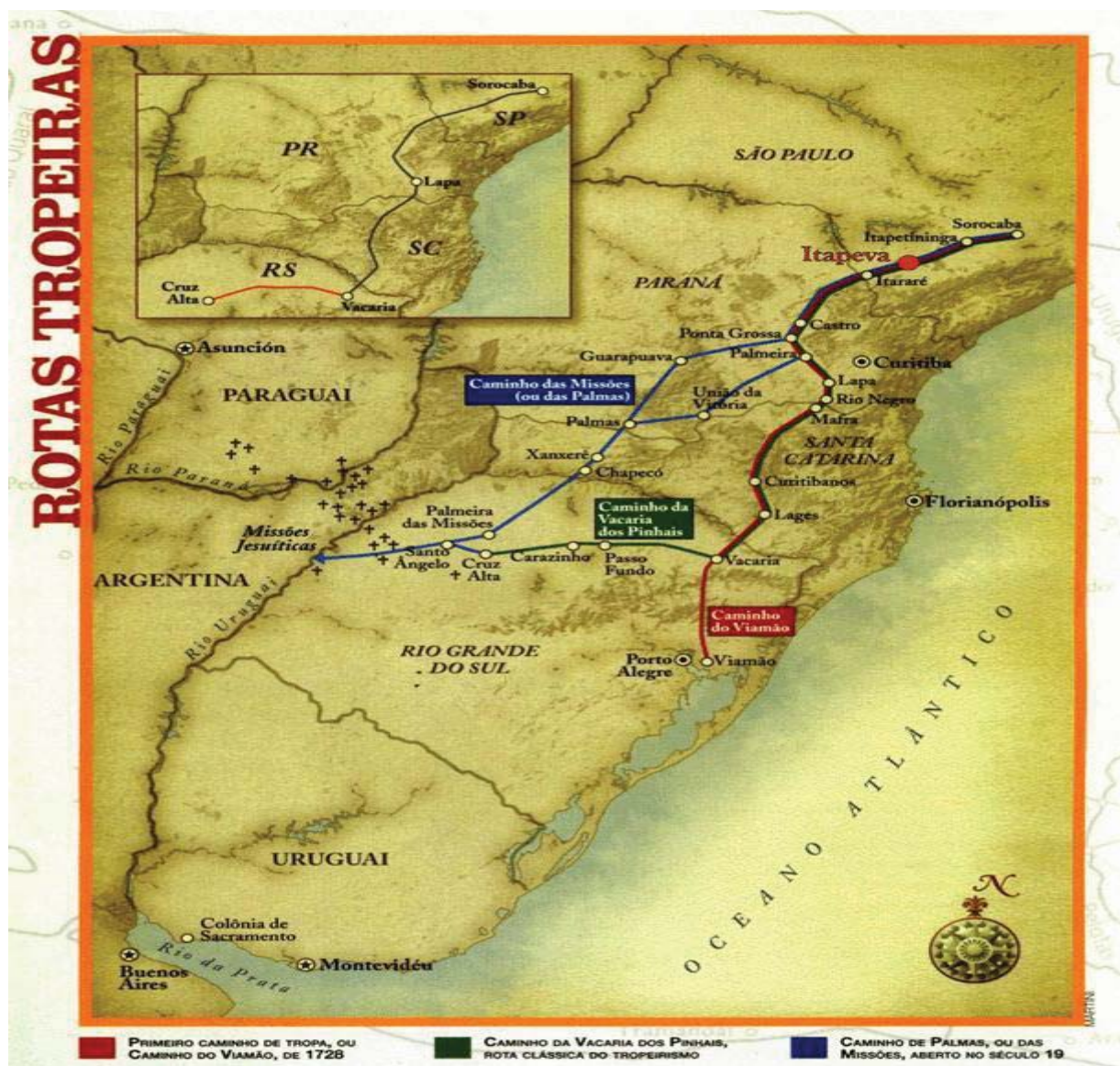
Cabe aqui esclarecer melhor o acordo que levou os Kaingang a se aliarem aos bandeirantes. Condá, tradicionalmente era afeito a colaboração com o homem branco, inclusive, este antes do auxílio na abertura da estrada no coração dos Campos de Palmas, era conhecido por ter “aceitado a convivência pacífica com os fazendeiros em Guarapuava” (D'ANGELIS, 1995, p.165).

No caso dos Campos de Palmas, um acordo bilateral que previa a aliança entre brancos e Kaingang da tribo de Condá foi realizado, este previa por parte dos brancos o auxílio para eliminar as tribos rivais com armamentos e o apoio de tropas, e do lado indígena o apoio no desmatamento e abertura da estrada.

O índio, considerado como semi-selvagem, prestava-se a realizar tarefas ao colonizador, como a abertura de estradas; era utilizado também para exterminar as tribos rivais do colonizador, lutava contra seus inimigos, mas da mesma etnia, apoiados pelo colonizador que geralmente lhes fornecia armas e pagamento contra grupos que resistiam aos interesses do colonizador. Caciques como Victorino Condá e Viry, entre tantos outros, formaram milícias com seus subordinados fortemente armados para atuarem na defesa dos interesses das autoridades da colônia. Almejavam patentes militares que lhes angariassem status perante seu próprio povo (STOKMANN, 2001, p 134)

Assim, os Campos de Palmas foram desbravados, ou por acordos de Condá com outras tribos ou pela aniquilação das tribos arredias. Com a limpeza dos campos se iniciou a ocupação de algumas terras para a construção de fazendas de criar, para o gado, o que era um ótimo negócio para os tropeiros e para a região. Do lado dos tropeiros era interessante, pois estes teriam onde descansar e deixar o gado seguro e bem alimentado para seguir viagem, já para a região, devido ao movimento populacional e econômico.

Figura 2 - Rotas tropeiras



FONTE: <http://passofundotche.wordpress.com>, acessado em outubro de 2009.

Com a chegada da frente pastoril² são mapeadas 38 fazendas de criar, que posteriormente com a lei nº 601 de Setembro de 1850, regulamentaram posse de fato daquelas terras.

A caracterização desta frente é bem definida no momento da demarcação dos limites entre Santa Catarina e Paraná, quando, na área disputada entre os dois Estados, ao longo e ao oeste do vale do rio do Peixe, se encontram, além das concessões da “Brazil Development e Colonization Co.”, as fazendas devidamente mapeadas pela Comissão Demarcadora, das quais muitas foram objeto de legitimação de posse [...] (Piazza, 1988, p.207)

Essas fazendas foram relatadas por Piazza (1988), em sua obra “A colonização de Santa Catarina”, sendo as seguintes: 1º Thomas Padilha, 2º João Vicente Padilha, 3º Campo Alto, 4º São Bento, de Antonio Fernandes dos Santos 5º São Bento, de Pedro Sá Ribas Nonhô, 6º Cruz Alta, 7º Roseira, 8º Alegrete, 9º Campo do Carrão, 10º Marrecas, 11º Tigre e Amparo, 12º Santo Antonio e São Francisco, 13º Norte, 14º Ressaca, 15º Estância Nova, 16º Quiquay, 17º Caldeiras, 18º Três Capões, 19º Conceição, 20º Santa Tecla, 21º Rondinha de Antonio de Faria, 22º Rondinha de João Vaz de Oliveira, 23º São Domingos, 24º Saudades, 25º Feliciano, 26º Saudadinha, 27º Boa Vista, 28º São Miguel 29º Galvão, 30º Primavera, 31º Rio do Peixe de Francisco Ferreira da Silva, 32º Rio do Peixe de João Ferreira da Silva, 33º Campo Grande, 34º Sargento, 35º Araçá, 36º Campo de São Vicente, 37º Rincão do Capetinga, 38º São Vicente do Palma Sola.

Com a Lei de Terras de 1850 foram ainda requeridas perante o Império³ as seguintes fazendas: 1º Campo Êre, 2º Bom Retiro, 3º Chapecózinho, 4º Irany, 5º Goyo-En, 6º Rincão do Burro Branco, e 7º Campina do Gregório. Fazendas estas que mais tarde, a partir do século XX, foram adquiridas através de negociação direta com os proprietários pelas diversas companhias colonizadoras.

Ademais, em 1845, Alferes Francisco da Rocha Loures foi encarregado da abertura da estrada. Segundo o estudo realizado pelo CIMI, o roteiro da estrada a partir de Palmas foi o seguinte: cruza os rios Chapecó e Chapecozinho; passa pela campina do Xanxerê, Serra do Tigre, Passo Ferreira, Passo do Carneiro (mais tarde chamado Passo Bormann),

² A frente pastoril era constituída por fazendas de criar, que era um modo de se obter renda naqueles tempos.

³ A fazenda era requerida nas paróquias católicas, mais tarde a documentação era enviada para o Rio de Janeiro.

Goio-En, Nonoai e Vila Cruz Alta, a partir desta liga-se com a estrada de Vacaria às Missões.

Com a abertura da estrada, os grupos indígenas que não foram massacrados pela aliança dos conquistadores com alguns grupos Kaingang, passaram pelo processo de aldeamento, como o caso da aldeia Nonoai, criada em 1848. Para isto “o padre Peres, que atuava junto aos índios de Nonoai solicitou ao governo provincial um reforço militar para esse aldeamento” (MARCON, 2003, p. 62). Também se pode notar que o caminho Palmas – Missões somente foi concluído em 1882 com instalação da Colônia Militar de Chapecó, que agregou a região da margem direita do rio Chapecozinho, como a região de Campo-Erê, ambas estavam inseridas nos Campos de Palmas.

A partir da finalização da estrada criaram-se vários “pousos”, consequência do tráfego do gado Muar e Vacuum que eram levadas das missões gaúchas rumo a São Paulo, como os de Passo do Xaçupé, (hoje Abelardo Luz), Xanxerê, Passo do Carneiro (hoje Passo Bormann) e Goio-En.

Já nesta época, afluía o interesse dos argentinos pelos ervais que se encontravam as margens da estrada e que eram muito valiosos, dado o valor atrelado ao consumo, que na Argentina até hoje é muito grande. Logo temos uma invasão exponencial de cidadãos argentinos durante o século XIX que vira questão de Estado no mesmo século.

1.2 A ocupação de Chapecó por caboclos e sua reprodução

A ocupação dos nacionais (caboclos) as terras de Chapecó se dá a partir de iniciativas diversas, por pessoas que trafegavam pela estrada Missões – Sorocaba em meados do século XIX, geralmente “peões” que resolviam fixar residência nesta região devido ao atrativo econômico de viverem através da comercialização da erva mate (muito abundante nesta região), e da produção agrícola, por indivíduos procurados por alguma contravenção judicial ou por problemas políticos nos estados vizinhos e também por refugiados da Guerra do Contestado que aconteceu na região do planalto serrano catarinense.

É importante entender que a estrada que ligava as Missões Rio Grandenses à Sorocaba, deslocou muito mais do que animais para as feiras. Trouxe também um grande contingente de trabalhadores para as fazendas de criar ou agregados (geralmente

caboclos), muitas vezes devido ao excedente de mão de obra, muitos destes se deslocavam mata adentro e viviam do corte e comércio da erva mate, da madeira e da pequena lavoura.

A abertura dessa estrada e a atividade dos tropeiros tiveram consequências importantes para a região: em primeiro lugar, a atração de moradores vindos da província do Paraná, de São Paulo e do Rio grande do Sul, muitos dos quais foram se instalando ao longo da estrada; em segundo lugar, a organização dos novos moradores em pequenos povoados, entre eles o do Goio-En e o do Bormann. (MARCON, 2003, p. 60).

Assim, comumente os indivíduos que vieram para este local adotavam como alternativa econômica o modelo agrícola de produção, tendo como forma de renda complementar a extração e venda da erva mate que existia em abundância no local, dado que a poda da mesma só podia ser realizada de três em três anos.

Mantendo uma vida simples, porém sem instabilidades, os habitantes dos Campos de Palmas (mais tarde Chapecó – Santa Catarina), foram reforçando as relações sociais entre si e a partir da ajuda mútua no momento de uma roçada ou da construção das moradias, estreitaram as relações sociais, reforçando a crença no grupo como unidade.

A alimentação desses indivíduos era somente com a variedade disponível em sua região, por isso não se pode considerá-la balanceada ou dentro dos padrões nutricionais adequados, segundo a ciência da nutrição; o café da manhã era composto de “feijão ou virado de feijão, por ser comida disponível e por também sustentar para as lutas do dia a dia” (CEOM, 2008, p.36); também era normal a adoção da batata doce cozida, da rapadura e do leite na primeira refeição, já o almoço geralmente consistia em feijão, couve, carne de suíno, abóbora, milho verde e quirera com carne. No jantar normalmente comia-se a canjica por ser um alimento mais leve.

A moradia também era muito simples, geralmente o assoalho era de “chão batido”, as estruturas construídas de madeira, o telhado feito com pequenas tábuas de pinheiro. Algumas moradias eram cobertas com folhas de palmeira ou esteiras de taquara, geralmente os móveis eram confeccionados artesanalmente. Outra questão interessante com relação à moradia era a distância entre uma e outra. Até o que fora levantada tanto por Marcon (2003), Beschorem (1989) e Breves (1985), as relações afetivas entre vizinhos eram muito fortes, porém esporádicas devido a distância em que se encontravam. Não era raro o vizinho mais próximo morar a uma distância superior a 1 km.

A grande distância entre os habitantes possibilitou uma maior relação de solidariedade entre as comunidades locais, pois para sobreviver em meio àquele ambiente hostil se fazia necessário o trabalho em grupo, seja para a construção dos casebres, para a pesca, caça ou para o cultivo dos roçados, fazendo com que os laços afetivos e de reciprocidade criassem comunidades com sentido de unidade.

É necessário frisar que havia certa rotatividade de terras por parte dos moradores locais, alguns não permaneciam muito tempo no mesmo local, mas isso não era geral, na verdade eram poucos que migravam para longe de suas antigas moradias.

Além da rotação de terras a população local foi apresentada como itinerante. Internamente há relatos das mudanças realizadas. Nem todos mudavam-se tão frequentemente. A casa e as terras de criar tinham certa imobilidade, ao passo que as terras de plantar apresentavam maior rotatividade. Mudavam de casa, sim, mas com menor frequência que a mudança da roça. (RENK, 2006, p. 108).

Também a mudança de casa não era para terras longínquas, geralmente o caboclo se fixava próximo às antigas terras devido a pouca mobilidade proporcionada pelo relevo acidentado da referida região que fica situada na costa do rio Uruguai que era considerada por Bernardes (1997) como “recortada e acidentada”. Também devido à abundância de erva mate nativa que só era encontrada em tamanha quantidade na referida região.

Por isso, quando citado os Campos de Palmas, não se pode entendê-los como local inóspito ou com vazio demográfico como era a visão do governo imperial, sempre houve habitantes em meio às matas, indígenas e posteriormente caboclos que ocuparam e transformaram a geografia deste local.

1.3 A “ferro e a fogo”: as disputas pelo território que culminaram na criação do município de Chapecó

É extremamente importante para entendermos a gênese do município de Chapecó, fazer referência a entrada exponencial de estrangeiros, em sua maioria cidadãos argentinos da província de Misiones, que objetivavam a extração de erva mate e madeira, o que gerou um desconforto entre Brasil e Argentina, e levou à revisão do tratado de Santo

Ildelfonso (1777)⁴, que “no tratado (...), as divisas foram definidas como nos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, mas as comissões demarcadoras nunca definiram claramente a localização dos referidos rios” (POLI, 1995, p.85).

Assim, o governo argentino informou aos brasileiros que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio eram respectivamente os rios Chapecó e Chopin, reivindicando para seus domínios a área que compreendia os mesmos, ou seja, a atual região Oeste de Santa Catarina.

Segundo Werlang (2006), o então Presidente Marechal Deodoro da Fonseca em uma decisão surpreendente aceitou dividir os Campos de Palmas com os argentinos, dado que este buscava se firmar no governo e qualquer indisposição internacional poderiam frustrar suas expectativas. “O acordo foi assinado por Quintino Bocaiúva em 25 de janeiro de 1890, em Montevideú, foi, no entanto, rejeitado pelo congresso nacional e 1891” (WERLANG, 2006, p.21).

Não restando alternativa, partiu-se a questão para a mediação internacional, onde o governo norte-americano chefiado por Grover Stephen Cleveland (1837 – 1908) decidiria o dono de direito daquele “pedaço de chão”.

Figura 3 – Área requerida pelos argentinos na Questão de Missiones.



Fonte: PIAZZA, Walter. Atlas histórico de Santa Catarina, Florianópolis, BRDE, 1971.

⁴ Tratado de Santo Ildefonso ocorrido no ano de 1777 visava demarcar a área pertencente aos portugueses e espanhóis nas Américas.

Visando manter posse da delimitação geográfica que se encontrava sob julgamento, o presidente da província do Paraná João de Almeida Pereira Filho, pelo decreto nº 2.502, de 06 de Novembro de 1859 cria as colônias militares de Chapecó e Chopin (CIMI, 1984; PIAZZA, 1982). No primeiro momento este decreto não passou de mais um ato de gabinete, pois somente em 1880, o capitão José Bernardino Bormann foi encarregado da instalação da Colônia Militar de Chapecó que aconteceu em 1882.

Somente por portaria de 16 de outubro de 1880, era o capitão José Bernardino Bormann encarregado de fundar a Colônia Militar do Chapecó (Bormanngrafava *Xapecó*) [...] Incumbido, pois, de fundar uma colônia militar escolheu, para sua instalação, a colina, que margeia o rio Xanxerê, e, a frente de sua colônia, salvo pequenas interrupções, esteve desde sua fundação em 14 de março de 1882, até 16 de julho de 1896, quando foi exonerado (PIAZZA, 1982, p.218).

A chegada de Bormann foi importante, pois este, devido ser um militar de carreira, chegou com o objetivo de aglutinar as populações em uma mesma sede, assim, após escolher a localidade onde ficaria a colônia mapeou e recolocou os camponeses para residirem junto à colônia militar.

Bormann, também foi instruído a demarcar as terras e dar título de posse aos moradores que ali residissem há um ano segundo o decreto do presidente da província do Paraná de 16 de Novembro de 1859 objetivando comprovar perante a corte internacional que ali residiam brasileiros natos, constituindo assim, como território nacional.

Segundo Piazza (1982), a colônia iniciou sua existência em 1882 com 40 famílias, e uma serraria construída por Bormann, em 1891 já contava com 881 habitantes, e além da serraria possuía escola regular, escola de música e uma igreja.

As colônias foram de suma importância para que o Brasil saísse “vencedor” da causa em 1895, pois somente a partir da fundação de Chopin e Chapecó que se fizeram estudos e levantamentos dos redutos e povoados da região, como também a aglutinação dos moradores em vilas, comprovando que estes tinham população predominantemente brasileira. Também a atuação magistral do Barão do Rio Branco, que levantou argumentos suficientes para que a causa fosse vencida pelos brasileiros.

Em 6 de fevereiro de 1895, o Presidente dos Estados Unidos, Grover Stephen Cleveland, deu ganho de causa ao Brasil. Os méritos do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, se devem a terem sido levantados

inúmeros argumentos a favor do Brasil, provando que a área foi ocupada inicialmente por brasileiros e que, portanto, a partir do princípio do *uti-possidetis*, ela deveria pertencer ao Brasil (WERLANG, 2006, p. 22)

Um detalhe histórico importante que não se pode deixar passar, em meio à guerra jurídica envolvendo a questão de divisas entre Brasil e Argentina, é que também fervilhavam as discussões sobre as divisões internas brasileiras. Os estados através de tratados ou da força tentavam expandir suas posses geográficas. São Paulo, Paraná e Santa Catarina se digladiavam para definir quem ficaria com a maior e a melhor área de terra; em 1766 os paulistas fundam Lages, que consideraram um prolongamento de sua capitania, com isto também queriam como limites o rio Uruguai-Pelotas e a Serra.

Protestou Santa Catarina, requerendo tudo entre os rios Uruguai-Canoas e Rio Negro-Iguassu, até a fronteira espanhola. Mas as brigas não cessaram, com a criação em 1853 da província do Paraná, gerada do desmembramento da antiga quinta comarca de São Paulo, o presente estado entra no mérito da questão exigindo para si como limites a Serra do Mar e os rios Maromba-Canoas-Uruguai, iniciando a questão do “Contestado”.

Após o findar da “Questão de Missiones”, o Paraná acentuou suas investidas, que visavam expandir seu território através da ocupação dos Campos de Palmas e assim oficializá-los como extensão de seu território.

Palmas tornou-se uma referência estratégica para a pretendida ocupação. Pouco depois (1902), o governo do Paraná decidiu conceder aos Kaingang, que viviam nas imediações da Colônia Militar de Chapecó, a área compreendida entre os rios Chapecó e Chapecozinho, para assim mantê-los numa situação de confinamento e facilitar a ocupação das terras vizinhas pelos brancos”. (SANTOS, 2000, p. 21).

Essa instabilidade perdurou por 63 anos e só foi ter um desfecho quando o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Venceslau Braz (1868 – 1966), favoreceu o Estado do Paraná em 1916, pelo divisor de águas entre os rios Iguazu e Uruguai, dando fim a questão e criando novas fronteiras entre os estados. Na área contestada que ficou para Santa Catarina foram fundados quatro municípios; Mafra, Porto União, Cruzeiro (hoje Joaçaba) e Chapecó.

Também se faz necessário rememorar que em meio às instabilidades entre Santa Catarina e Paraná surge um elemento que vai marcar a história dos dois estados, a chamada

“Guerra do Contestado”⁵, que fez com que muitos posseiros que viviam na região dos conflitos se deslocassem para a região da antiga colônia militar de Chapecó, à procura de maior segurança, aumentando assim o índice demográfico da referida região.

1.3.1 Colonos, colônias e colonizadoras

O fim da questão do contestado e a definição de limites entre Santa Catarina e Paraná, foi um dos motores propulsores para a ação de empresas colonizadoras particulares no território pertencente à Santa Catarina, principalmente nos municípios recém-criados de Chapecó e Cruzeiro (Joaçaba), logo, por motivos de delimitação de área trataremos neste trabalho somente da ocupação da área que compreendia o município de Chapecó na época de sua fundação.

O Município de Chapecó foi fundado em 25 de agosto de 1917, como resultado de uma ação do governo catarinense que visava assegurar posse do território conquistado diante do findar do litígio na questão do contestado. O então município fazia divisa com a República Argentina, com os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e com o município de Cruzeiro (Joaçaba).

Visando a ocupação efetiva da área o governo catarinense cedeu a posse de imensas glebas de terras devolutas⁶ a empresas particulares, principalmente as que eram aliadas do poder estatal e aquelas que estivessem dispostas a abrirem estradas objetivando a integração viária do estado.

Porém algumas empresas já atuavam na agora área catarinense sob influência do projeto de colonização arquitetado pelo governo paranaense ainda quando a área estava sob júdice, com o objetivo de a partir de esta ação cair nas graças do governo federal.

A *Brazil Railway Company* e a *Brazil Development and Colonization* foram as primeiras a possuírem autorização do governo paranaense para negociarem as terras com

⁵ A Guerra do Contestado foi um conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal, foi travada entre Outubro de 1912 e Agosto de 1916 em uma região disputada entre Santa Catarina e Paraná, onde os rebeldes reivindicavam a regularização das posses das terras onde viviam como posseiros e maior atenção dos governos do estadual e federal. Com a passagem da estrada de ferro São Paulo Rio Grande construída pela Companhia “Brazil Railway Company” as tensões aumentaram, pois a companhia recebeu do governo boa parte das terras onde já havia posseiros morando como parte do pagamento, assim iniciando um conflito que duraria até 1916 com a rendição dos últimos rebeldes.

⁶ A demarcação das terras era feita seguindo a extensão das antigas fazendas de criar existentes na região, que foram em grande parte abandonadas devido ao enfraquecimento dos negócios nas feiras em Sorocaba – SP.

possíveis colonos, porém, com a tomada de posse da região pelo governo de Santa Catarina, a empresa ficou sem legitimidade para manter sua atividade fim, entrando em uma luta judicial contra o estado catarinense buscando readquirir os direitos sobre a terra.

Após a derrota jurídica do governo de Santa Catarina diante das empresas *Brazil Railway Company* e *Brazil Development and Colonization*, iniciam-se as tratativas para a efetiva colonização da região em questão.

Somente em fevereiro de 1924, quando foi encerrada a questão judicial entre o Governo de Santa Catarina e a *Brazil Railway Company*, acertaram-se as bases para a efetiva colonização das terras que ambos disputavam. As negociações haviam começado ainda em 1922, durante a questão, concluindo que a *Brazil Development and Colonization Company*, que recebeu as terras do sindicato *Farquhar*, poderia transferir as concessões para terceiros. (THOMÉ, 2009, p.61).

Assim, a *Brazil Development and Colonization* concedeu terras por meio de venda a quatro companhias na região do município de Chapecó, eram elas Campânia territorial Sul Brasil, que recebeu o Imóvel Xaçepó em 1924, Empresa Peperly-Chaçepó Ltda, que recebeu o imóvel Peperly-Guassu/Xaçepó em 1924, Nicolau Bley Neto e José Luiz Maia que receberam o imóvel denominado Capetinga e a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia que receberam o imóvel Rio Saudades.

Com o passar do tempo estas empresas adquiriram mais terras de particulares, onde empreenderam seu modelo de colonização. A empresa Bertaso, Maia e Cia, dirigida por Agilberto Passos Maia e Ernesto Francisco Bertaso, que mais tarde teve a sociedade dissolvida centralizando todo o poder na figura do empresário Ernesto Francisco Bertaso, por exemplo, adquiriu ainda a Fazenda Campina do Gregório (atual Chapecó e Coronel Freitas) através da compra e também obteve posse da fazenda Chapecó (atual Quilombo), por forma de doação do governo do Estado de Santa Catarina.

A partir da aquisição total das áreas, as colonizadoras dividiram as terras em lotes, a metragem dos mesmos variava conforme a empresa é importante frisar que a colonização do oeste de Santa Catarina seguiu os padrões impostos no início da colonização do Rio Grande do Sul onde as vilas eram divididas por etnia, assim “os empreendimentos dividiam áreas para italianos e alemães (...). Outros empresários recrutavam principalmente colonos descendentes de italianos, como De Carli, que levou a frente a colonização de

Ponte Serrada e Bertaso, a quem coube a venda das terras em Chapecó” (RENK, 2004, p.25).

Ademais, a comercialização das terras foi rápida, havia um grande contingente de possíveis compradores no estado do Rio Grande do Sul, descendentes das primeiras levas que colonizaram aquele estado e que estavam ávidos por terras para produzir.

O estado do Rio Grande do Sul enfrentava o fenômeno da falta de terras aptas para a colonização devida ou a ocupação total das velhas colônias ou a resistência dos fazendeiros charqueadores, que não abriam mão das posses obtidas por sesmarias e legitimadas pela lei de terras de 1850. Assim a superpopulação devido à reprodução das famílias dos pioneiros do estado vizinho e da grande divisão dos lotes devido às heranças criou um contingente de novos colonos e, a demanda de terras para reproduzir o seu núcleo familiar.

1.3.2 As estratégias de comercialização dos lotes coloniais

Com a aquisição das terras pela colonizadora, a organização das mesmas e a divisão em lotes, eram necessárias estratégias de marketing que fossem incisivas, para não incorrer em riscos de não conseguir demanda suficiente para a ocupação das mesmas, dado que os investimentos das colonizadoras eram altos.

O estado do Rio Grande do Sul possuía uma demanda promissora de colonos descendentes dos pioneiros que não possuíam terras suficientes para o plantio, ou pela exploração excessiva do solo que o tornou infértil, pela falta de terras disponíveis para agricultura, pela grande divisão das terras devido aos processos de herança ou pelo crescimento vertiginoso do índice populacional do início da colonização do século XVIII até meados do século XX.

Porém, para que estes colonos viessem a adquirir lotes em um local distante das velhas colônias e que até então estava situado em uma região inóspita do estado de Santa Catarina era necessário muito mais que apenas valores de compra acessíveis, neste ponto da história das colonizações do oeste catarinense surge a figura do excursionista, que remunerados pelas empresas colonizadoras viajava pelo estado do Rio Grande do Sul

oferecendo os lotes e explanando sobre o “novo eldorado” da agricultura que estava encravado em solo catarinense.

Panfletos eram produzidos e distribuídos por todo território rio-grandense, enfocando o caráter fértil das terras e a estrutura disponibilizada pela colonizadora, o discurso utilizado neste material explorava o desejo de enriquecimento dos colonos, o material disponibilizado pelos representantes comerciais das empresas colonizadoras enfocava a possibilidade do enriquecimento a partir da aquisição das terras.

A publicidade produzida pelas companhias explorou elementos do imaginário dos imigrantes, relacionando às terras grandes facilidades e perspectivas de futuro, bastando para tal o simples ato da migração, evidenciada pela maciça campanha de divulgação das terras, especialmente após a construção da ferrovia até o início da Segunda Guerra. (RADIN, 2009, p.149).

Os excursionistas eram muitos e o material diverso, fazendo com que o empreendimento de conseguir compradores para os lotes coloniais fosse um sucesso, todos os elementos desde os sociais (como a superpoluição no estado vizinho), até o econômico (o valor dos lotes era considerado acessível para a época) corroboraram para a imigração em massa. A publicidade foi somente o meio de desencadear este processo, e, diga-se de passagem, foi muito bem utilizada.

A empresa colonizadora Ernesto F. Bertaso enviava com os excursionistas as plantas de suas terras e nestas possuía uma propaganda que descrevia como eram as mesmas, enfatizando o caráter produtivo, o texto era finalizado com a assinatura do Dono da Colonizadora, o que se pode dizer que era uma estratégia para passar confiança da idoneidade da empresa aos futuros compradores.

Na reprodução abaixo retirada de um mapa de terras da empresa colonizadora Ernesto Francisco Bertaso fica clara a descrição quase poética das terras a serem vendidas, estas são citadas como o “eldorado da agricultura”, despertando o desejo de futuros compradores.

Figura 4 - Propaganda presente no mapa das terras da empresa colonizadora Ernesto F. Bertaso.

As terras do presente mappa são situadas no ponto mais importante do florescente Estado de Santa Catharina e se recommendam tanto pela sua fertilidade como pelo seu clima salubre.

Pouco montanhosas, prestam-se admiravelmente ao mais variado cultivo. Si assim não fôr, isto é, si essas terras não forem, de facto, de 1.ª qualidade para o plantio de fumo, feijão, milho, trigo, etc., e, nas margens do Chapecó, também para a canna de assucar, obrigo-me a pagar a viagem a todo aquelle que as visitar.

Localizadas no municipio de Chapecó, entre as propriedades das empresas colonizadoras Oeste Catharinense, São Paulo-Rio Grande, Irmãos Lunardi e Campina do Gregorio, já colonizada pela extincta firma Bertaso, Maia & Cia.

Os mappas dos Estados do R. Grande do Sul e Santa Catharina, ao lado, indicam perfeitamente a sua exacta situação.

Escriptorio central em Passo Fundo.

Em Chapeco (Passo dos Indios) ha também uma pessoa encarregada de mostrar as terras e receber o pagamento.

Ernesto F. Bertaso

No caso da Colonizadora Irmãos Lunardi, que dividia com a empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso, a demarcação e venda de lotes no município de Chapecó, especificamente onde fica hoje o município de Xaxim, nos mapas levados pelos excursionistas possuía os seguintes dizeres:

Excelentes terras para a cultura de trigo, alfafa, milho, etc. Optimas pastagens em campos e faxinaes. AGUADAS ABUNDANTES. Bellissima situação, clima mais saudável do Estado. Numerosas quedas d'água para instalação de serrarias e moinhos. (trecho retirado do mapa de colonização da Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi. Fonte: CEOM - UNOCHAPECÓ).

Outras estratégias além do envio de excursionistas eram os anúncios nos jornais, principalmente periódicos que circulavam nas maiores colônias do Rio Grande do Sul, como o *Staffeta Riograndense*, de Caxias do Sul, escrito na língua italiana, de tempos em tempos exibia propagandas das colonizadoras enfatizando a venda das terras no oeste catarinense.

A colonizadora Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia, responsável pela comercialização de parte das terras do município de Cruzeiro (atual Joaçaba), produziu um livreto contendo vinte e duas páginas em língua alemã, neste, continha a propaganda da empresa e principalmente das terras que era voltada para os moradores das colônias alemãs no Rio Grande do Sul.

O bombardeio midiático era enorme, dado que era impensado que a colonização desse pedaço de Santa Catarina não obtivesse sucesso, o investimento na aquisição dos lotes e principalmente na divulgação dos planos das colonizadoras eram grandes, por isso a estratégia midiática incisiva. Devido a isso, inúmeras famílias de rio-grandenses migraram daquele estado para o oeste catarinense em busca do novo El Dourado da agricultura.

1.3.3 Colonizadoras, madeireiras e o estado: a parceria e a valorização econômica

Com a propaganda em massa invadindo o estado do Rio Grande do Sul, colonos descendentes de Italianos e Alemães aliciados pela mesma, começam a se deslocar para o

oeste catarinense partir da assinatura do contrato de aquisição do lote junto às colonizadoras.

As terras a ser ocupada, do contrário do que expunham as propagandas, era de relevo acidentado e compunha-se de matas densas e recortada por diversos rios e afluentes. A locomoção se dava por meio de picadas abertas a base de “facão”, devido a estes fatores, as famílias que compraram lotes das colonizadoras muitas vezes tinham que abandonar parte de sua mudança em meio à viagem. Estas dificuldades foram comentadas pelo excursionista Arthur Ferreira da Costa (1929) em seu diário de viagem:

A picada que atravessamos é uma estreita fenda, aberta na Motta virgem, onde apenas passa um Cavalieri, defendendo-se, á direita e á esquerda, de vergastadas de taquaras, golpes de estepes, galhos agressivos, cipós perigosos, causticantes urticasses, impenitentes carrapichos (COSTA, 1929, p. 28).

Os lotes adquiridos por família eram pequenos, geralmente não maiores que 24 hectares, possuíam limites específicos, eram normalmente recobertos por uma mata espessa, composta por cipós, enormes araucárias, ou vastos ervais. O que fez com o tempo que muitos colonos abandonassem a agricultura e se integrassem a indústria madeireira ou ervateira fomentadas pelas colonizadoras.

Geralmente as madeireiras, ervateiras, moinhos, frigoríficos eram de propriedade das colonizadoras, no caso de Chapecó, as modalidades que não eram de posse direta da colonizadora eram presididas ou possuíam em seu conselho de administração integrantes da mesma.

Isto fica claro no balanço do ativo e do passivo da Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai, sociedade montada por pioneiros do ramo, exposta no jornal chapecoense *A Voz de Chapecó*⁷, com data de 01 de dezembro de 1946, onde aparece o nome de Serafim Impôs Bertaso, filho do dono da colonizadora Ernesto F. Bertaso, como presidente do empreendimento, tendo como diretor Emilio Ângelo Grande, reconhecido dono de madeireira.

Assim, todas as decisões passavam pelo crivo da colonizadora, que planejava desde a infraestrutura até os ramos econômicos desejáveis para a cidade, impossibilitando e

⁷ Jornal que tem sua gênese em três de maio de 1939, tendo como seus fundadores o Coronel Ernesto Francisco Bertaso (dono da colonizadora), o juiz de direito Antonio Selistre de Campos e o advogado Vicente Cunha, no formato de um periódico em seus primeiros números claramente expunha a ideologia dos colonizadores e colonos que eram predominantes economicamente em Chapecó.

desarticulando possíveis focos de oposição a sua política e aumentando os lucros dos proprietários e pessoas envolvidas com o empreendimento.

Os principais produtos das colônias eram a erva mate e a madeira, pois era extremamente rentável devido serem itens de exportação, assim inúmeros colonos arriscaram-se no comércio desses gêneros, logo, diversos empreendimentos foram montados com o consentimento da colonizadora que gerenciava as negociações e unia-os em associações e sociedades, para que estes organizados pudessem aumentar o seu poder de barganha perante os compradores.

Na região Oeste mais de uma centena de firmas madeireiras se instalaram, neste período. Assim foi que em 1940, na cidade de Chapecó, foi criada a Sociedade Madeireira Xapecoense, com o objetivo de amparar a classe dos madeireiros que exportavam para a Argentina via rio Uruguai, melhorar a produção, e fundar um único escritório de venda aos consumidores. (BELLANI, 1995, p.130)

Claro que, além de possibilitar um aumento financeiro substancial nos negócios das empresas, a sua organização era interessante para que a colonizadora obtivesse maior controle sobre as mesmas, possibilitando inclusive a sua participação nos lucros dos madeireiros e ervateiros.

Outro fator que demonstra a força da colonizadora, era a sua presença nas eleições locais, em diversos pleitos conseguiam que representantes obtivessem cargos no executivo ou no legislativo ou nomeações governamentais devido a sua proximidade com as esferas estadual e municipal.

No município de Chapecó não era diferente, o candidato que recebesse o apoio da colonizadora possuía grandes chances de ser eleito, segundo Hass (2000), esta tradição iniciou com Manoel de Passos Maia, sócio fundador da colonizadora Bertaso, Maia e Cia, que venceu o pleito de 18 de Dezembro de 1921, derrotando o candidato Armando Haeffner Marinho.

No início de sua atuação política em Santa Catarina, os representantes da colonizadora Bertaso, Maia e Cia filiaram-se ao Partido Republicano, e mantiveram se no poder até 1927, por meio do irmão de Manoel de Passos Maia, José Luiz Maia, que teve como presidente do Conselho Municipal o Col. Ernesto Francisco Bertaso.

Inúmeras insurreições tanto nível local, como a nível federal aconteceram no período entre o 1927 e 1944, quando representantes da colonizadora voltam ao poder

municipal, primeiro a nível nacional Getúlio Vargas sobe ao poder através de uma revolução armada, ao mesmo tempo formam-se os primeiros núcleos de oposição a colonizadora Bertaso, dentro do Partido Liberal, conseguindo vencer a maioria dos pleitos e indicações ao poder executivo do município de Chapecó.

Apenas em 1944, Bertaso se aproxima do governo Vargas, conseguindo a nomeação de seu filho, o engenheiro civil Serafim E. Bertaso.

A aproximação definitiva dos Bertaso com o governo de Getúlio Vargas ocorre em 24 de maio de 1944, com a nomeação de Serafim Bertaso para prefeito de Chapecó, firmando-se a partir daí um representante da Colonizadora Bertaso como liderança política da região (HASS, 2000, p. 97).

O que se pode ver é que a relação entre estado e colonizadoras sempre foi próxima, de um lado o estado necessitava das colonizadoras para ocupar as terras devolutas e ligá-las estruturalmente através de estradas, da cedência de terrenos visando à implantação de órgãos públicos oficiais, de outro a colonizadora necessitava do amparo estatal para adquirir e manter o poder político nas regiões de colonização, como também para a aquisição de novas terras por intermédio do mesmo.

1.4 O posseiro e a colonizadora: estratégias de cooptação, deslocamento e expulsão dos caboclos das terras a serem colonizadas

As colonizadoras após a compra das terras contratavam agrimensores para que estes medissem exatamente o tamanho das glebas e dividissem as terras em lotes para serem colonizados, este trabalho requeria pericia por parte dos técnicos, dado que um erro de cálculo poderia acarretar em prejuízos para a colonizadora.

O comprador no ato da assinatura do contrato recebia a escritura da colonizadora com o detalhamento do local, número do lote, série, quadra e em qual imóvel (fazenda) estava localizado, como vemos na escritura de compra e venda n° FLS. 3V. à 5 e V. Livro n/ 24 sacramentada entre a Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto F. Bertaso e o Dr. Gaspar Coitinho no ano de 1954.

(...) perante as quais pela outorgante vendedora, assim representada, me diz que é senhor e legítima possuidora de duas partes do lote urbano de número quarenta e nove (49), da série “F”, quadra n°39; sito nesta cidade de Chapecó, na Fazenda Campina do Gregório, neste Município, com as áreas respectivamente de 400 m² e 325 m², perfazendo a área total de SETECENTOS E VINTE E CINCO METROS QUADRADOS (725 m²), confrontando em conjunto: ao NORTE, com a rua Barão do Rio Branco; ao SUL, com o lote n° 50; ao LESTE, com parte do lote n°49, ao OESTE, com a avenida Dr. Getulio Vargas; (...) (escritura de compra e venda n° FLS. 3V. à 5 e V. Livro n/ 24 sacramentada entre a Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto F. Bertaso e o Dr. Gaspar Coitinho no ano de 1954. FONTE: CEOM)

Mapas com a divisão dos terrenos e suas respectivas localizações eram confeccionados e apresentados aos possíveis compradores para que estes pudessem escolher conforme seus próprios critérios o lugar onde investiriam seu dinheiro, como se pode ver no mapa de compra e venda de terras da Colonizadora Irmãos Lunardi.

Figura 5 - Mapa de compra/venda de lotes da Empresa Colonizadora Irmão Lunardi.



Fonte: CEOM - UNOCHAPECÓ

A prática da medição das terras e detalhamento era necessária para que não houvesse dúvidas quanto aos limites dos lotes comprados pelos colonos, como também para garantir frente à lei as posses da colonizadora, dado que havia conhecimento prévio de que um número considerável de famílias residia naqueles locais (oeste catarinense), assim, a partir das medidas oficiais a empresa adquiria respaldo jurídico para despejar quem ocupasse o território dentro dos limites particulares sem contrato firmado com a mesma.

No início dos trabalhos de divisão dos lotes eram frequentes os desentendimentos entre os camponeses nacionais que residiam naquelas terras a várias gerações e os empregados da colonizadora, pois para a empresa estes estavam na condição de posseiros, logo, era necessária a retirada destes indivíduos das terras que juridicamente não eram proprietários.

Devido ao atrelamento do Estado com as companhias colonizadoras, estes tinham o poder para aplicar a lei, onde geralmente, o caboclo se retirava das terras em que estava e migrava com toda a sua prole para terras mais distantes onde ainda não houvesse chegado à ocupação pelos colonos ou, tentava comprar as mesmas com o dinheiro oriundo da prestação de serviços aos habitantes locais.

1.5 As primeiras ocupações e a colonização da região de Chapecó

No presente capítulo vimos que a região de Chapecó, no século XIX denominada de Campos de Palmas, era inexistente aos olhos do governo brasileiro até que a cobiça da República Argentina pela sua posse fez com que este a enxergasse e entrasse em um longo embate jurídico por sua posse. Em meio ao litígio acima citado, foi demarcada pela lei 2.502, de 06 de Novembro de 1859 a Colônia Militar de Chapecó.

Enquanto esses fatos políticos ocorriam, excursionistas dizimaram as tribos indígenas que se encontravam nessa localidade e construíram a estrada que levaria o gado das missões do Rio Grande do Sul as feiras de Sorocaba, esse fato deu início a ocupação aos arredores dessa estrada por brasileiros advindos das fazendas de criar, iniciando a povoação desse local.

Após algum tempo, já com a vitória do governo brasileiro assegurada sobre o argentino quanto à posse da região um novo conflito se iniciou, mas dessa vez interno, os

estados do Paraná e Santa Catarina digladiaram-se pela posse deste pedaço de chão, dessa vez Santa Catarina venceu e em 15/08/1917 e fundou os municípios de Cruzeiro e Chapecó, a delimitação territorial do município de Chapecó mantém-se a mesma da época da colônia militar.

A partir da década de 1920, se deu início a colonização das terras de Chapecó por empresas particulares que trouxe do estado do Rio Grande do Sul um número grande de descendentes de imigrantes europeus para ocuparem as terras e trabalharem na agricultura, esse fato vai gerar relações econômicas e sociais entre os novos moradores e os antigos (camponeses brasileiros), alterando a cultura de ambos os grupos.

Assim, podemos ver que a formação conflituosa da região de Chapecó favoreceu a ocupação desta por caboclos, que se instalaram na mesma devido a abundância de terras para cultivar e dos recursos naturais que não eram utilizados.

Essa ocupação sofreu um abalo com a chegada do processo de colonização, que colocou os caboclos e os colonos em um mesmo espaço social, fazendo com que esses grupos através da convivência transformassem o seu jeito de ser e de trabalhar, ou seja, passassem por uma metamorfose, alterando o seu modo de ser.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO CULTURAL DO CABOCLO E DO COLONO NA REGIÃO DE CHAPECÓ

O presente capítulo tem como objetivo principal discutir a formação do complexo cultural caboclo e do colono residentes em Chapecó em meados do século XX, para isso utilizaremos como referência o conceito de cultura de as obras de estudiosos locais como Arlene Renk, José Carlos Radin e Telmo Marcon, como também em entrevistas extraídas do banco de dados do Centro de Memória Sócio Cultural do Oeste: CEOM - UNOCHAPECÓ.

Como podemos ver, esse capítulo utilizará como ferramentas metodológicas a bibliografia existente sobre o tema e entrevistas retiradas de um banco de dados pertencente ao CEOM - UNOCHAPECÓ, como também entrevistas realizadas pelo próprio autor dessa obra.

Ademais, acreditamos que esse capítulo se faz importante devido à necessidade da caracterização dos sujeitos da pesquisa, pois não podemos estudar as alterações na cultura dos caboclos sem deixarmos claro como essa é formada, dando ênfase ao seu modo de vida e sua religiosidade.

Após a caracterização do caboclo também tentaremos compreender o complexo cultural do migrante, descendente de europeus, advindo do estado do Rio Grande do Sul junto com o processo de colonização, seus anseios e as motivações que o levaram a migrar para Chapecó. Assim, acreditamos que a partir dessas caracterizações será possível encontrar os pontos de conflito entre essas duas culturas que irá fomentar as alterações no modo de ser caboclo, tema do quarto capítulo.

2.1 A cultura e a identidade

Para compreendermos uma cultura, em primeiro momento se faz necessário especificar o seu significado. Entendemos como cultura em nossa obra a ideia de alma coletiva, ou seja, a teia de significados que caracteriza um povo, sua cosmovisão, costumes, folclore e religiosidade parafraseando Geertz, (1989):

O conceito de cultura que eu defendo, (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assume cultura como sendo essas teias e sua análise (GEERTZ, 1989, p.4).

Assim Geertz (1989) entende como cultura a teia de significados dados pelos homens ao mundo que os cerca, visando interpretá-lo e compreendê-lo, e a partir destas ações transformarem-no, objetivando a sobrevivência do grupo diante a natureza. Portanto, fazem parte da cultura todas as representações dos diversos grupos sociais que visem à significação do mundo.

Já a identidade é forjada a partir da cultura e advém da significação do outro, por isso um indivíduo se entende como tal a partir do momento que recebe do grupo uma nomenclatura, que é construída a partir dos códigos morais que são repassados pelos mesmos ao indivíduo, moldando-o segundo um ideal de homem presente no seio desses mesmos grupos que o formaram.

A absorção das regras sociais estabelecidas pelos grupos de formação como a família é que vão definir que tipo de sujeito, de identidade que o indivíduo terá assim segundo Marcondes (2004), explicando o sistema hegeliano:

(...) as relações morais explicam o papel do outro na formação da consciência de um indivíduo. Ele só se torna um sujeito na medida em que é reconhecido como tal pelo outro, ou seja, pelas outras consciências. Este reconhecimento se dá inicialmente na família e posteriormente na vida social. A identidade da consciência individual subjetiva depende portanto, desse reconhecimento, isto é, a identidade do eu é possível apenas através da identidade do outro que me reconhece e por sua vez depende que eu a reconheça (MARCONDES, 2004, p. 219).

O sociólogo Émile Durkheim (apud SELL, 2002, p.130) partia do mesmo pressuposto da teoria hegeliana quando fundou concebeu o conceito denominado Holismo Metodológico, onde esse acreditava que o indivíduo é a soma das experiências obtidas dentro dos grupos sociais e que esses tem o objetivo de “formar o indivíduo” para a vida em sociedade.

Para Émile Durkheim (apud SELL, 2002, p.130), o ser humano criou instituições sociais com o objetivo de reger os indivíduos objetivando a coesão da sociedade, essas instituições por sua vez, quando consolidadas passaram a moldar as ações dos indivíduos determinando os seus modos de ação.

Em todas as obras de Durkheim esse pressuposto está presente. Em suas explicações sobre a origem da religião, sobre o conhecimento, sobre o comportamento do suicídio e mesmo sobre a divisão do trabalho social; é a sociedade que age sobre o indivíduo, modelando suas formas de agir, de ver, condicionando e padronizando o seu comportamento. Ninguém mais do que Durkheim vai colocar tanta ênfase na força do social sobre as nossas vidas, procurando sempre ressaltar que, em última instância, até mesmo a noção de que somos pessoas ou sujeitos individuais não passa de uma construção social (SELL, 2002, p.130).

Logo, tanto na teoria hegeliana como na teoria sociológica Durkheimniana, a sociedade forma a nossa identidade, e as regras incorporadas pelo indivíduo advindas dos grupos sociais como os costumes, hábito que influenciam diretamente em nosso modo de agir.

“O homem que inventou as civilizações – por diversos condicionamentos coletivos e históricos – adotou de fato, diferentes atitudes, usou os instrumentos de civilização de diversas maneiras. Essas maneiras, atitudes, posições existenciais formam um corpo orgânico de hábitos e costumes numa conduta pessoal e social, presente e histórica, (...)” (DUSSEL, 1984, p.10).

Logo a cultura que está presente na subjetividade do indivíduo não é estática, logo, sempre existe a possibilidade de ser alterada por complexos simbólicos diferentes devido a novas necessidades na vida do indivíduo. O complexo cultural, social que formou a cultura do lavrador nacional será discutido no próximo item.

2.2 A identidade do lavrador nacional: o roçado caboclo

O lavrador nacional, comumente alcunhado de caboclo não possui origem definida, o que se pode afirmar é que este grupo constituía a massa de trabalhadores livres no Brasil Colônia, junto aos negros alforriados. Segundo Eisenberg (1989), em estudos realizados tendo como foco a produção nos engenhos, o lavrador nacional é a chave para entender a transição do trabalho escravo para o assalariado no Brasil. Para Eisenberg (1989) o nacional era utilizado em cargos de confiança nos engenhos açucareiros como feitor-mor, feitores menores, banqueiros, etc. Também era contratado para serviços esporádicos que tivessem um alto grau de risco, “como o desbravamento da mata, onde um acidente podia acarretar despesas inconvenientes se o acidentado representasse um investimento para o fazendeiro (...) (EISEMBERG, 1989, p.228.)”.

Porém, o lavrador nacional somente prestava este tipo de serviço como uma complementação de renda, dado que a disponibilidade de terras era grande devido ao modelo econômico brasileiro ser calcado na monocultura escravista, assim, o caboclo construía sua casa de pau a pique, ocupava as localidades disponíveis, que não eram poucas e iniciava a roça crioula, em consequência disso necessitando de fontes econômicas externas para adquirir somente o que não podia produzir em suas terras, como vestimentas e sal.

Ademais as terras eram geralmente cobertas por vasta vegetação e ficavam longe de qualquer tipo de cidade ou vila. Frente a esta realidade o caboclo significou ao seu modo a região, dando a ela uma conotação simbólica, adaptando-se a vida em meio à mata, e adaptando a mata a sua vida, enfrentando as intempéries do clima temperado e a dificuldade de deslocamento.

Assim, este concebeu e constituiu o sua identidade a partir de uma cultura de subsistência conforme as possibilidades que se ofereciam, baseada no cultivo de pequenos roçados (roça cabocla) e animais, que serviam tanto para a alimentação como também para a realização de serviços mais pesados.

Segundo Marcon (2003), uma das práticas comuns entre os caboclos da região de Chapecó era a de criar animais soltos pelas matas nas proximidades de suas residências (ranchos), a identificação destes animais era realizada somente por uma marca feita por seu

dono. As roças muitas vezes ficavam distantes das moradias, assim deixando-as fora do alcance dos animais, que eram, por sua vez, considerados como companhia.

A alimentação do caboclo era somente com a variedade disponível em sua região devido aos fatores citados anteriormente, por isso não se pode considerá-la balanceada ou dentro dos padrões nutricionais adequados, segundo a ciência da nutrição.

Como exemplo, podemos citar a alimentação do lavrador nacional chapecoense, o café da manhã era composto de “feijão ou virado de feijão, por ser comida disponível e por também sustentá-lo para as lutas do dia a dia” (CEOM, 2008, p.36). Também era normal a adoção da batata doce cozida, da rapadura e do leite na primeira refeição, já o almoço geralmente consistia em feijão, couve, carne de suíno, abóbora, milho verde e quirera com carne. Na janta comia-se a canjica por ser um alimento mais leve.

2.3 O mato a caça e a pesca: o complemento para a atividade agrícola

Com as terras da região de Chapecó sendo completamente tomadas pelas matas no final do século XIX, havia uma infinidade de espécies animais, algumas exóticas, outras comuns, porém muitas dessas espécies eram convidativas ao consumo humano, pode-se usar como exemplo os pássaros como o Jacu, a pomba, e quadrúpedes como veados, pacas, etc.

Sobre a caça na região de Chapecó e proximidades, o expedicionário Arthur Ferreira da Costa (1930), que se embrenhou na mata em expedição do governo do estado de Santa Catarina escreveu em seu diário:

Mais tarde quando nos avizinhamos a zona em que vão surgindo as primeiras moradias, especialmente depois de Campo Erê, foram aparecendo alguns espécimens ornitológicos, sobretudo grandes e lindos tucanos, e, mais adiante, caças que nas proximidades de Pato Branco e Clevelândia eram numerosas, atravessando a estrada, fascinadas pela luz dos automóveis ou das lâmpadas eléctricas portáteis (COSTA, 1929, p. 43 – 44).

Devida a abundância, a caça e a pesca eram atividades comuns dos moradores de Chapecó antes da colonização, estas serviam como complemento alimentar aos alimentos produzidos na roça cabocla e aos animais, especialmente suínos, criados soltos no sertão.

A partir dessa realidade, de caça em abundancia, terras em excesso para o plantio, inclusive possibilitando a rotação de lotes (troca do lugar da roça cabocla) e também possibilitando a criação de animais soltos e da família como mão de obra imediata disponível o caboclo da região de Chapecó constituiu a sua cultura baseada na liberdade e na autonomia segundo Gehlen (1998).

A base associativa cabocla é a família “ampla”, que inclui o compadrio. Seu sistema de produção e de organização do trabalho se orienta pela lógica da subsistência dessa família. Nos primeiros tempos de sua “autonomia”, em geral em terras devolutas, viviam da caça, da pesca, de coletas e de extrativismo (erva mate e madeira) (GEHLEN, 1998, p.129).

É importante salientar que o extrativismo de arvores nativas antes da colonização era basicamente para a construção das moradias caboclas como fica claro no depoimento de Cassiano Ferreira de Castro, entrevistado por Miriam Carbonera e Caroline Tedesco para o projeto “Inventário da cultura imaterial dos Luso Brasileiro no Oeste de Santa Catarina” do CEOM - UNOCHAPECÓ.

(...) no terceiro ano que eu tava casado eu comprei um sítio, eu derrubei um grápia (...) eu fiz a parede, daí o assoalho desta casa aqui é, e assoalho é de grápia, eu fiz o telhado e a parede de uma madeira só, e daí morava em baxo, este aí foi aqui no Taquara Grande (...) que é município de Itaberaba (Cassiano Ferreira de Castro. Pioneiro caboclo, Chapecó, SC, 2006. Entrevista concedida a Mirian Carbonera e Caroline Tedesco)⁸

A caça era fonte de alimentação e possibilitava variedade no cardápio, coisa que era difícil devido à produção local ser baseada nas culturas da mandioca, feijão e milho, produtos encontrados na época, ademais essa caça era possibilitada através do uso de armadilhas e armas como conta seu Dorvalino Silvério, também entrevistado por para o

⁸ Entrevista realizada com senhor Cassiano Ferreira de Castro, por Miriam Carbonera e Caroline Tedesco na cidade de Chapecó, no dia 2 de fevereiro de 2006.

projeto “Inventário da cultura imaterial dos Luso-Brasileiros no Oeste de Santa Catarina” do CEOM - UNOCHAPECÓ.

(...) churrasco tinha também aqui, tinha tatu, carneava um, tinha veado bastante, porco do mato, mais tudo isso tinha a vontade (...) (caçava) de espingarda, argum fazia armadilha, outra com espingarda (Dorvalino Silvério. pioneiro caboclo, São Domingos, SC, 2006. Entrevista concedida a Mirian Carbonera e Ezequiel Listone)⁹

Fica claro nesse depoimento que a caça era um complemento para a alimentação cultivada na roça cabocla, e também usada para churrascos, momentos festivos e de descontração, tornando-se parte da cultura cabocla.

2.4 A religiosidade cabocla e suas formas de expressão

A religiosidade do caboclo é um elemento marcante em sua identidade, assim como este é oriundo etnicamente de diversas estirpes, sua religiosidade também é fruto da “mistura” das diversas crenças dos seus antepassados.

Um dos elementos marcantes em sua religiosidade faz referencia ao catolicismo popular, este modo de professar a religião é oriundo da miscigenação dos ritos católicos portugueses (que já possuíam diferenças marcantes diante dos ritos oficiais romanos), com elementos do xamanismo indígena e outras variáveis no culto devido as adaptações realizadas ao momento histórico e social deste povo.

Uma modificação clara dentro do catolicismo consiste no abandono da mediação clerical entre o fiel e o santo, o pedido ao transcendente não passa mais pela mão do membro da comunidade eclesial e sim é proferida diretamente ao santo de devoção através da “promessa”.

Por isso pode-se dizer que o caboclo que é oriundo de uma miscigenação de diversas etnias seguia o catolicismo popular que também é uma miscigenação das diversas

⁹ Entrevista realizada com Dorvalino Silvério realizada por Mirian Carbonera e Ezequiel Listone, na cidade de São Domingos na Linha Lourenço, no dia 17 de maio de 2006.

religiões proferidas por estes indivíduos, como também de adaptações as condições locais, tornando-a assim em uma crença híbrida.

2.5 Os santos de casa e o messianismo

Outra característica que diferencia o catolicismo popular do catolicismo oficial é os “Santos de Casa”, devido à ausência das orientações clericais da Igreja Católica nos interiores, durante todo o período do Brasil Colônia e boa parte do período republicano, estes brasileiros orientaram a sua fé conforme os ritos, rezas e profecias passadas pelos monges que percorriam todo o interior brasileiro, e através da reprodução destas pela tradição oral professada de geração em geração.

É importante entender a figura central destes monges, que se caracterizavam por serem nômades, de atuação profética e, considerados pelas populações onde atuavam como messias. Quando se refere ao termo messias e aos movimentos messiânicos, entende-se através do duplo conceito aplicado ao fenômeno por Lísias Nogueira Negrão (2001), sendo entendido como:

(...) tipos empíricos. Desta forma, o primeiro deles diz respeito à crença em um salvador, o próprio Deus ou seu emissário, e à expectativa de sua chegada, que porá fim à ordem presente, tida como iníqua ou opressiva, e instaurará uma nova era de virtude e justiça; o segundo refere-se à atuação coletiva (por parte de um povo em sua totalidade ou de um segmento de porte variável de uma sociedade qualquer) no sentido de concretizar a nova ordem ansiada, sob a condução de um líder de virtudes carismáticas. (NEGRÃO, 2001, p. 119)

Estes monges eram considerados leigos pela Igreja católica oficial, porém acreditavam estar cumprindo um destino traçado pelo próprio Deus para as suas vidas, quando da evangelização do povo humilde do interior e das previsões sobre o futuro. Entre estes monges messiânicos os que mais se destacam na história recente do Brasil são Antonio Conselheiro, que atuou junto à população nordestina de Canudos entre os anos de 1893 a 1897 e teve papel fundamental na “Guerra de Canudos”, João Maria I, João Maria II e José Maria que atuaram junto às populações do norte gaúcho e principalmente do meio oeste catarinense. Logo, como o foco principal de pesquisa é a população cabocla da região

do Velho Chapecó nos reportaremos exclusivamente ao estudo das representações sociais resultantes da atuação messiânica dos “Joãos” e José Maria perante a comunidade cabocla.

Assim para melhor entendermos esta atuação é importante ressaltar que os monges João Maria I, João Maria II e José Maria surgiram em épocas diferentes. O primeiro tem sua aparição registrada por volta de 1850 no planalto catarinense, o segundo temos os primeiros registros de sua aparição por volta do ano de 1890 e José Maria surge por volta de 1910.

Os dois Joãos Marias, encontraram uma população que vivia da subsistência, não possuíam posses, porém com o a agricultura de subsistência conseguiam manter o grupo familiar alimentado e saudável, já José Maria encontrou uma população em outra situação social, além de ignorada pelo poder local, estava emersa na mais pura pobreza material e espiritual, sem projeções futuras, a não ser o próprio sofrimento com o agravante de não ter mais o pedaço de chão para plantar devido a ordem de confisco das terras pela *Brazil Railway Company*, empresa ferroviária que explorou a região meio oeste catarinense com o apoio governamental.

Assim, quando da chegada deste tipo de “profeta”, que benzia contra o mal, batizava as crianças, realizava casamentos, dirigia rezas coletivas, cânticos religiosos, e principalmente trazia à proteção das forças sagradas e na afirmação de um mundo melhor em outra dimensão, fazendo o caboclo recobrar a fé.

Também aqui é importante caracterizar a questão da doutrina da predestinação proferida por José Maria, que causa um “reencantamento do mundo” em pleno período republicano, nos colocando novamente como dependentes da esfera do sagrado, dizendo possuir o “dom” de prever os acontecimentos futuros através de profecias, que professava em alto e bom som para o povo que o seguia como a descrita por Queiroz (1957)

Dizia (o monge) que esta calamidade maior viria precedida por muitos “castigos de Deus”, como pragas de gafanhotos e de cobras, uma epidemia de chagas e uma escuridão que duraria três dias. Lamentava as crianças, pois muitas misérias ainda teriam que ver com seus olhos (QUEIROZ, 1957, p. 61)

Por essas razões, quando se leva em conta o contexto social das populações, não fica difícil entender porque o povo canonizou os Joãos e José Maria como santos, atribuindo a eles milagres de diversas categorias e criando toda uma devoção especial aos monges, agora promovidos ao posto de santos protetores. Assim, a crença na intervenção

do transcendente se evidencia de tal forma, que podemos dizer que o brasileiro devido a sua prática religiosa cria de certa forma, um desapego ao “mundo dos homens”, principalmente por seguir a doutrina da predestinação, muito explícita nas profecias dos João e José Maria, os quais pregam que o fim está próximo e basta somente aos homens a salvação espiritual.

Esta crença no catolicismo popular é um dos motivos das relações de diferenciação com os colonos, pois estes, como veremos no decorrer de nossa pesquisa, eram geralmente seguidores do catolicismo oficial (apostólico romano) ou do luteranismo e não aceitavam a crença do camponês brasileiro, inclusive restringindo o culto em determinados locais, isto causará uma cisão e desavenças entre estes grupos.

2.6 O compadrio e o mutirão: aspectos do cotidiano caboclo

A prática do compadrio surge do batismo (prática cristã de inserção do indivíduo no cristianismo), quando da escolha dos padrinhos, para o cristianismo os padrinhos são considerados os pais espirituais do batizando, ou segunda família, logo, a opção por pessoas próximas a família do batizando é inevitável.

Segundo a pesquisa realizada pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, denominada Inventário da Cultura Imaterial Cabocla no Oeste de Santa Catarina (2008), a prática do compadrio é uma das instituições mais respeitadas pelo caboclo dado o estreitamento, a reafirmação dos laços de amizade entre os indivíduos.

O compadrio é uma das instituições mais caras para o caboclo. Em alguns casos, esse parentesco espiritual torna-se mais importante que o sistema de parentesco, por afinidade e por consangüinidade. Ao escolher os padrinhos levam-se em conta a amizade, a solidariedade, a sociabilidade, honradez, religiosidade e coragem. Trata-se de escolha. Reafirmam-se os laços de amizade e respeito. Não aceitar o pedido significa romper os vínculos de amizade e uma desforra; aceitar significa reiterar a amizade e firmar o compromisso com os pais da criança (CEOM. 2008, p. 41).

Podemos dizer que esse fenômeno era forte nas famílias caboclas do oeste catarinense (Chapecó) devido ao distanciamento das metrópoles e o pouco acesso que estes

possuíam as regiões vizinhas, isso fez com que o indivíduo criasse uma dependência aos núcleos de pessoas próximas, estreitando os laços de solidariedade que chegavam ao auge quando da oficialização do compadrio.

Esse distanciamento das metrópoles explica outra prática muito utilizada pelo caboclo chapecoense denominada de mutirão, que consiste na ajuda mutua de indivíduos que vivem com um relativo grau de proximidade física nos afazeres domésticos como a plantação, colheita, etc. Esse fenômeno é relatado por Cândido (1982) em referência as práticas dos caipiras no estado de São Paulo, onde este conceitua esta.

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram (CÂNDIDO, 1982, p.68).

Podemos ver que o mutirão é uma prática de sobrevivência, este consiste em ter mão de obra extra na hora de realizar atividades laborais, o que possibilita que estas sejam realizadas em um tempo pequeno com menor grau de esforço, em Chapecó esse fenômeno também era denominado de puxirão, segundo relato de Cassiano Ferreira de Castro.

No puxirão meu, na fazenda Zandavalli, que eu já morava ali, uma casinha fiz um puxirão e carnei um porco de 80 quilos pesado, ele carneados, ele foi destruído todo no meio dia , aí nós contamos todos que vieram, veio 86 foiceiros roça, 86, a média da pessoa ali da turma reunia passa de 40 ou 50 pessoa por puxirão (...) (Cassiano Ferreira de Castro. Pioneiro caboclo, Chapecó – SC)¹⁰

Como se pode ver a prática do mutirão ou puxirão era comum e demonstra o espírito de união das comunidades como meio de enfrentar as intempéries e os obstáculos do serviço rural.

¹⁰ Entrevista realizada com senhor Cassiano Ferreira de Castro, por Mirian Carbonera e Caroline Tedesco na cidade de Chapecó, no dia 2 de fevereiro de 2006.

2.7 O colono: identidade e cosmovisão

A alcunha colono era auferida aos indivíduos partícipes do processo de colonização da região sul do Brasil¹¹, estes advinham geralmente da Europa, de países como a Itália, Alemanha e Polônia, eram de origem humilde, geralmente pertencentes a famílias camponesas e migraram devido as condições de sobrevivência adversa no velho continente.

Como se pode ver, estes não faziam parte de uma categoria com homogeneidade interna devido a origem dos membros que a compunham ser diversa, também possuíam diferenciação confessional (estes se dividiam em grupos diferentes com ritos religiosos diferentes) e em grau de instrução acadêmica, porém ainda eram colonos, pois o objetivo era o mesmo (tornar economicamente rentáveis as terras nacionais, assim adquirindo riqueza).

Os colonos reproduziam sua vida baseados na relação direta com a terra, ou como era chamada “colônia” que segundo Renk, (2000), p.135, era o “espaço de trabalho familiar, numa economia incorporada, com hierarquização interna, vinculada a uma determinada parcela de terra, onde fixou raízes”.

A família constituía o centro do microcosmo do colono, esta era a base de diversas atividades, também havia a união em comunidade entre as diversas famílias como uma estratégia de sobrevivência, porém geralmente eram famílias da mesma etnia.

Esta solidariedade, no entanto, é observada especialmente entre elementos da mesma etnia. Entre as famílias de descendentes de italianos, já havia a preocupação ao migrar, no sentido de ficarem próximas, pois assim sentiam-se mais confortadas e seguras. (...) Este aspecto pode ser observado na formação das novas famílias, onde os casamentos em sua maioria foram endogâmicos (RADIN, 1997, p. 108).

¹¹ “Ainda no século XX, desejando dar uma definição jurídica do imigrante, o legislador brasileiro adotava como critério a intenção manifestada pelo estrangeiro de estabelecer-se num ponto do território e nele exercer uma profissão, de preferência agrícola. Assim, muito naturalmente, os órgãos encarregados de controlar a imigração fizeram dela o ponto de partida para uma colonização de que se tornaram *ipso facto* os tutores. Estabelecidos nas terras concedidas, os imigrantes foram, primeiro, agricultores e artesãos rurais como se lhes pedia, *colonos*, isto é, homens ligados a terra que exploravam” (ROCHE, 1969, p.3).

Outra característica encontrada principalmente entre descendentes de alemães e italianos é a crença que o sangue é um agente determinante na formação das características do indivíduo, ou seja, a descendência aponta o padrão comportamental do sujeito, por isso também os casamentos eram endogâmicos, dificilmente eram aceitas miscigenações com pessoas de outras estirpes.

Este conglomerado de crenças fez com que estes entrassem em rota de colisão com os camponeses nacionais a partir do momento que tiveram que dividir o mesmo espaço, dando início a relações hierárquicas e representações sociais que ultrapassaram diversas gerações.

2.8 O colono empreendedor

Devido a baixa rentabilidade econômica do trabalho camponês que se pode justificar pelo clima, pelas terras de plantar que vão ficando cada vez menores devido ao crescimento das famílias, ao jogo das heranças e principalmente pela má aplicação da agricultura em solo brasileiro pelos camponeses de origem europeia (colonos), alguns grupos de colonos migraram para novas terras e outros se inseriram na produção mercantil/industrial, tornando-se colonos empreendedores, como demonstra Roche (1969) a colonização alemã no Rio Grande do Sul.

Quais seriam, realmente, as possibilidades de cultura e de vida numa área tão reduzida, quando o solo pobre na origem, está esgotado? As roças que não se arrendam, são reflorestadas com eucalipto ou acácia, cuja casca se utiliza nos curtumes locais (ROCHE, 1969, p. 325).

Estes colonos passaram a atuar em atividades mercantis como a de caixeiro viajante e donos de estabelecimento que revendiam suprimentos aos colonos que se mantiveram na atividade camponesa, também em atividades industriais como madeireiras e agroindústrias, beneficiando a produção local.

Essa metamorfose no jeito de ser destes determinados grupos fez com que estes indivíduos, em grande parte, alcançassem a prosperidade e deixassem de ser *Contadini*

(camponês) e tornassem-se *Signori* (senhor, proprietário, dono), alcançando a riqueza material, aumentando os negócios e principalmente tornando-se empregadores. A partir deste momento que surge a diferenciação do modo de ser do colono empreendedor, baseado em atividades mercantis e do camponês, baseado na produção agrícola.

2.9 História, identidade e cultura

Nesse capítulo em um primeiro momento tentamos esclarecer as ferramentas metodológicas utilizadas em nosso trabalho (conceitos de cultura e identidade). Assim vimos que a formação cultural de um povo se dá através dos significados que o grupo dá ao meio onde estabelece, ou seja, a formação da cultura considera particularidades do local como relevo, clima, vegetação, onde determinado grupo de pessoas se estabelece.

Esses significados vão criar um complexo cultural e deles será forjada a identidade dos indivíduos do grupo, obviamente que observando a estratificação de papéis dentro dos grupos sociais que se formaram dentro da nova comunidade.

A partir da formação da cultura e da identidade apresenta-se a formação da identidade, que é constituído pelos modos, formas de agir do indivíduo diante do grupo, este que pode ser mudado conforme o surgimento de novas necessidades do indivíduo.

Assim, com a delimitação das ferramentas metodológicas a serem aplicadas ao trabalho, em um segundo momento demonstramos como se deu a formação da cultura e da identidade do caboclo residente em Chapecó. Modo de ser forjado a partir da vida em um local abandonado pelos poderes oficiais do estado, de clima temperado e relevo acidentado.

Essa realidade regional que se apresentou ao caboclo fez com que esse tornasse a sua religiosidade como algo central em sua cultura e principalmente que criasse laços de amizade (compadrio) tão fortes com seus vizinhos que esses se confundiam com as relações familiares, o que ocasionou uma unidade extremamente forte em suas comunidades.

Ademais, a cultura do colono (migrante advindo do estado do Rio Grande do Sul) também sofre alterações com sua chegada, o modo de produção secular da agricultura utilizado no seu estado de origem não funciona devido as dificuldades de comercialização

nas novas colônias, isso faz com que ele tenha que inovar e transforme-se em um colono empreendedor.

Assim no capítulo a seguir veremos como esse colono empreendedor inovou seu modo de produção e cooptou o caboclo para essa nova forma de produção.

CAPÍTULO III

DO ROÇADO AO MATO: O CICLO MADEIREIRO

NA REGIÃO DE CHAPECÓ

Nesse capítulo serão elencados os motivos que levaram os diversos grupos de colonos advindos do Rio Grande do Sul, com o objetivo claro de produzir bens alimentícios como fonte de renda a alterarem radicalmente o foco de sua produção para o extrativismo da madeira, tornado-se colonos empreendedores. Esse fenômeno de mudança produtiva possibilitou mais tarde o ciclo da madeira, onde colonos e caboclos colaboram para a expansão econômica da região de Chapecó.

Ademais será elencada também nesse trecho da pesquisa a relação entre a colonizadora e as madeiras e como esse processo culminou no crescimento econômico da região de Chapecó, e reforçou o poder de mando dos madeireiros alçando-os a classe patronal, com plenos poderes sobre a economia local.

Com a relação entre colonizadora e madeira, os grandes colonos empreendedores adentram na política partidária no município de Chapecó buscando ampliar ainda mais seu poder de mando, logo, discutiremos o êxito dessa classe nesses pleitos municipais e principalmente quais as demandas levantadas por essa forma de produção ao executivo e legislativo.

Logo, será discutido também o advento do Instituto Nacional do Pinho e dos códigos florestais brasileiros de 1943 e 1965, sua influencia e impacto econômico na região de Chapecó, principalmente na diminuição do corte de madeira e consequentemente de postos de trabalho onde o ciclo da madeira inicia sua decadência, diminuindo o trabalho remunerado na região.

Esses temas são necessários para compreendermos os primórdios da colonização da região de Chapecó. Ademais só será possível a compreensão da entrada do caboclo no ciclo madeireiro, que é um dos objetivos desse trabalho, se compreendermos quais as motivações para o início desse ciclo em Chapecó e principalmente o poder que os donos desses empreendimentos gozavam diante as autoridades municipais.

3.1 As motivações iniciais de alguns grupos de colonos para o abandono da produção agrícola

Vários foram os motivos para que os colonos advindos do Rio Grande do Sul para a região de Chapecó abandonassem o ideal da produção de gêneros alimentícios em larga escala e assumissem o extrativismo da madeira, acreditamos que o primeiro desses motivos encontra-se no relevo da região, este que segundo dados da Secretaria da Agricultura do Município de Chapecó, possui grande extensão ondulada (acidentada).

Tabela 1 - Topografia do município de Chapecó

TOPOGRAFIA	20% Plano e Suave Ondulado
	30% Ondulado
	40% Forte Ondulado
	10% Montanha e Escarpado

FONTE: Secretaria da Agricultura do Município disponível em:
<http://www.chapeco.sc.gov.br/prefeitura0/arquivos/BancoDadosCompleto01042011.pdf>; acessado em 12/07/2011.

Como se pode ver na figura acima, cerca de 50% do relevo do hoje município de Chapecó é acidentado, o que certamente trouxe mais obstáculos para a prática agrícola, forçando que o agricultor despendesse muito trabalho para o seu cultivo. Ademais o clima do município é super-úmido, mesotérmico, com precipitação de geadas entre os meses de julho e agosto e as fortes chuvas no mês de outubro contribuem para dificultar a produção de grãos nessas terras.

Também, as técnicas utilizadas pelos primeiros colonos a ocuparem seus lotes esgotavam rapidamente as poucas terras disponíveis para o plantio, sobre isso Radin (1997) diz:

Os ítalo-brasileiros que migraram para o oeste catarinense o fizeram para trabalhar, no intuito de conquistar a sua *Cuccagna*. No entanto, pelo modelo de colonização, as características regionais e a forma como trabalhavam, raramente conseguiam além da produção de sua subsistência ou de sua reprodução como agricultores. (RADIN, 1997, p. 86).

Outro fator que propiciou a migração da produção agrícola para a extrativista foi à falta de estrutura para que os colonos chegassem aos mercados compradores dos gêneros alimentícios, as poucas estradas que interligavam as colônias e a inexistência de uma ponte ligando a região de Chapecó – SC ao estado do Rio Grande do Sul até meados da década de sessenta tornava inviável a comercialização dos poucos excedentes agrícolas.

Ademais, a abundância de mata nativa com diversas espécies de árvores como Canela, Cedro, Palmeira, Ipê, Gabriúva, Canjerana, “Augustifolia”, Louro, Grápia, Araucária, Angico, Guatambú, Batinga, Canafrista, Timbaúva, peroba, timbó, sendo sua maioria com alto valor de mercado, aliado com a possibilidade de escoar esse material via fluvial pelos diversos rios que compõe a Bacia do Rio Uruguai (ver figura VI) para a República Argentina e Uruguai foram atrativos para que alguns grupos de colonos iniciassem a extração da madeira nativa e a comercializassem.

Figura 6 - Bacias hidrográficas brasileiras



Legenda

- Bacia Amazônica
- Bacia do Araguaia-Tocantins
- Bacia do rio Paraíba
- Bacia do rio São Francisco
- Bacia do rio Paraná
- Bacia do rio Paraguai
- Bacia do rio Paraíba do Sul
- Bacia do rio Uruguai

FONTE: http://www.suapesquisa.com/geografia/bacias_hidrograficas.htm

Também temos que levar em conta que as colonizadoras também estavam presentes nesse processo dado que essas já possuíam experiência no ramo madeireiro devido a extração e venda das madeiras de outras colônias, como também estrutura.

Esses fatores possibilitaram que a indústria madeireira surgisse como alternativa a impossibilidade da produção agrícola em larga escala, tornando-se a principal fonte econômica da região até meados da década de sessenta do século vinte.

O comércio da madeira foi dinâmico, com ele, a região intensificou sua ligação com a Argentina, inúmeras profissões se desenvolveram, contingentes sociais e culturais sofreram profundas alterações no seu modo de vida durante e fundamentalmente após o término das reservas, pois acabaram a caça, a pesca, e reduziu-se fertilidade natural do solo, alteraram-se o equilíbrio climático, o curso das águas, a fonte de trabalho e os recursos naturais, etc. (TEDESCO, 2005, p. 32)

Tedesco (2005) na citação acima fala da região de Passo Fundo – RS, porém essa constatação também vale para a região de Chapecó, dado que o fenômeno da derrocada das madeiras foi semelhante, causando impactos semelhantes aos da região do estado vizinho.

3.2 A crise na agricultura e o descontentamento do colono

O colono advindo do estado do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, região de Chapecó, possuía um motivo específico para migrar, o esgotamento das terras férteis e a impossibilidade da agricultura no estado vizinho, logo, este queria reproduzir o modo de vida dos primeiros imigrantes vivendo da agricultura e principalmente do comércio dos gêneros alimentícios advindos dessa como vimos no item anterior.

Porém, logo que este se deslocou para a região citada, após gastar todas as economias na compra do lote alguns problemas começaram a acontecer e estes viram que o *eldorado* da agricultura, prometido pelos vendedores ligados às colonizadoras não passava de uma farsa.

Os primeiros reveses surgiram ainda na viagem, muitos dos migrantes desconheciam o relevo acidentado da região como também as condições das “estradas”,

isto fez com que estes trouxessem consigo parte da mobília, juntas de bois que tiveram que ser vendidos ou abandonados no meio do caminho devido à impossibilidade de serem carregados em meio as picadas, ao relevo acidentado e a mata nativa abundante, o deslocamento era extremamente complicado como conta Maria Constância Chiarello D'all Magro, filha de pioneiros do município de Caxambú do Sul (antigo Chapecó) em entrevista realizada por Mirian Carbonera e André Luiz Onghero para o projeto Patrimônio Escola-Comunidade do CEOM:

Quando eles vieram pra cá, eles achavam que as terra aqui eram mais boa pra se plantá, pra colheita, pras coisa. Daí saíram do Rio Grande e vieram morá pra Caxambu do Sul (...)levaram mai, uns dois ou três dias pra chegá aqui. Vieram de carrocinha com uns burrinho né. Vieram de carroça, acho que levaram uns três ou quatro dias, por aí pra podê vim. Traziam o alimento pra comê na estrada né, paravam, posavam, (...) alguma barraca, alguma coisa, que daí não tinha onde ficá, né...(Maria Constância Chiarello D'all Magro. Filha de pioneiros do município de Caxambú do Sul (antigo Chapecó), Caxambu do Sul, 2006, Entrevista concedida a Mirian Carbonera e André Luiz Onghero)¹²

Com a chegada à colônia, outro problema surgiu sem dúvida o maior de todos,o isolamento da colônia de outras localidades, não havia estradas de rodagem, não havia luz elétrica e o comércio era precário, logo, o plantio objetivando a venda dos excedentes agrícolas como acontecia no Rio Grande do Sul ficou prejudicado, pois não possuía comprador para os produtos.

A falta de comércio para os produtos comerciais atrasou pelo menos em 10 anos a colonização das terras (...) Os produtos mais cultivados foram o milho, a batatinha e o feijão. (...) Nos primeiros anos da década de 1930 a situação piorou ainda mais – não se vendia nada, a não ser em pequenas quantidades para os novos moradores. (WERLANG, 2006, p.128.).

Essa situação também foi descrita por Ernesto Armanini, filho de pioneiros do município de Chapecó, em entrevista realizada no dia 23 de Fevereiro de 2011, onde este enfatiza as condições precárias das estradas e a impossibilidade da venda do excesso de produção dos colonos.

¹² Entrevista realizada com a Sra Maria Constância Chiarello D'all Magro, pelos entrevistadores Mirian Carbonera e André Luiz Onghero no dia 29 de janeiro de 2008, na residência da entrevistada, em Caxambu do Sul

Tinha colono aí, mas faziam pouco, faziam pra vive, por que vende pra quem? Aí que tá, pra vende tinham que leva em Erechim, saí daqui de carroça pra i lá, não valia a pena na época, gastavam tudo antes de chega em São Valentin, já tinham gastado tudo o lucro né, daí não adiantava (Ernesto Armanini, filho de pioneiros e ex-funcionário da colonizadora Bertaso)¹³

Essa situação descrita por Werlang (2006), fez com que as colonizadoras anteendo o fracasso nos negócios futuros começassem a investir em novos ramos produtivos que pudessem trazer a prosperidade às colônias, a indústria extrativista baseada na erva mate e principalmente na madeira foi o primeiro ramo a receber a atenção devido a abundancia de matéria-prima existente na região.

Coma as iniciativas das colonizadoras os colonos seguiram o exemplo e adentraram na atividade, montando serrarias e madeireiras.

3.3 A indústria madeireira em Chapecó: gênese social e econômica

A venda das terras pelas colonizadoras visando à exploração agrícola como atividade produtiva principal não durou muito tempo, dado que devido ao tamanho dos lotes a serem explorados, o clima da região, o relevo acidentado e as técnicas de plantio adotadas pelos pioneiros que esgotavam rapidamente o solo e principalmente a falta de mercado tornaram quase impossível à produção agrícola em larga escala, isto fez com que fossem buscadas novas alternativas para a colônia.

A abundância da mata nativa, o crescimento ascendente das grandes metrópoles e os métodos da construção civil do início do século XX, fez com que muitos colonos de posse de algum capital excedente iniciassem a extração da madeira associados com a colonizadora, era um negócio de lucro certo, devido abundância de mercado e de matéria prima, esse excedente de arvores nativa e sua qualidade foram descritas pelo excursionista Arthur Ferreira da Costa em escrito endereçado ao governador do estado de Santa Catarina Adolpho Konder no ano de 1929.

¹³ Entrevista realizada por Leonardo Dlugokenski no dia 23 de Fevereiro 2011, na residência da Família Armanini no município de Chapecó – SC.

A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura e altura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diâmetro. Hervaes que irrompem na pequena roçada feita para a picada. Árvores preciosas de inúmeras qualidades, especialmente o cedro. Desse caminho estreito e cheio de empecilhos, raramente se lobra um pedaço do céu. As árvores são tão altas e tão emaranhadas em suas comas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras, que vedam a visão do firmamento. (COSTA, 1929, p, 29).

Em um primeiro momento a extração da madeira ficou relegada ao beneficiamento para o comércio local da colônia, onde a mesma era utilizada na construção das casas dos novos colonos, instituições públicas, igrejas, móveis para as residências, etc; até então a principal atividade econômica ainda estava ligada a agricultura.

Após, com o auxílio da colonizadora abriram-se mercados externos, o que se destacava era o mercado argentino, que consumia toda a madeira cortada em solo brasileiro e entregue via fluvial segundo Marcon (2003).

O desenvolvimento madeireiro na região deve-se, em parte, a abertura de um novo mercado consumidor de madeira na Argentina. O transporte era facilitado pelo curso das águas do rio Uruguai, por onde desciam as balsas. A abertura deste mercado consumidor deu condições para a expansão da indústria madeireira, fator de atração de inúmeras serrarias e também de imigrantes (MARCON, 2003, p. 297-298).

Como podemos ver em Marcon (2003), com a abertura de novos mercados para a madeira e a abundância novos colonos advêm de regiões objetivando inserir-se no ciclo da madeira, assim como também empresários de outras regiões montam filiais de seus empreendimentos madeireiros em Chapecó.

Assim, toda a madeira, seja ela madeira bruta ou beneficiada era amarrada e transformada em balsas, que desciam o rio Uruguai com destino a São Borja e de lá República Argentina, é importante frisar que muitas madeireiras possuíam postos de controle da madeira que chegava a São Borja e era destinada para a República Argentina.

A partir do crescimento exponencial dessa atividade, há um crescimento econômico expressivo surgindo a necessidade cada vez maior de mão de obra em grande quantidade, assim estes meios de produção vão cooptando toda a população das colônias, inclusive os grupos humanos que estavam distantes desta realidade.

O crescimento da atividade madeireira foi tão espantoso que de 1936 a 1946 foram abertos 107 novos empreendimentos na área madeireira conforme o Livro de Registro de Irma Comerciais de Chapecó.

Tabela 2 - Número de novas madeireiras instaladas em Chapecó dos anos de 1936 a 1946

ANOS	Nº DE FIRMAS	TOTAL CAPITAL
1936	24	R\$ 336:000\$000
1937	09	R\$ 130:000\$000
1938	09	R\$121:000\$000
1939	07	R\$178:000\$000
1940	11	R\$ 179:000\$000
1941	09	R\$ 99:000\$000
1942	15	R\$ 1.329:000\$000
	3	CR\$ 95.000,00
1943	14	CR\$ 225.000,00
1944	07	CR\$ 325.000,00
1945	01	CR\$ 20.000,00
1946	01	CR\$100.000,00
TOTAL	107	

Fonte: Livro Registro Firmas Comerciais – Comarca de Chapecó; Livros I e II. Cartório do Registro de Imóveis.

Com a abertura de novos mercados e o crescimento do setor, foi necessário que os empreendedores do ciclo da madeira emprendessem uma nova forma de organização, assim em 1942 surgiu a Sociedade Madeireira Xapecoense “com o objetivo de amparar a classe dos madeireiros que exportavam para a Argentina via rio Uruguai, melhorar a produção, e fundar um único escritório de venda aos consumidores” (BELLANI, 1995, p.131). Em 1946, a sociedade Madeireira foi incorporada a Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai Ltda, que se tornou a responsável pelos negócios.

A partir das ações da colonizadora, dos colonos e das madeireiras todo ambiente até então nativo sofreu uma modificação radical, colocando em cena outros modos de explorar o solo além da agricultura, conforme afirma Radin (2009).

O extrativismo da madeira colocou em evidência uma nova forma de controle sobre a terra, mas outra parte desse processo acontecia pelo loteamento e venda aos colonos. Com a efetivação desses procedimentos, as companhias colonizadoras modificaram radicalmente as características de ocupação do espaço, no transcurso da primeira metade do século XX. (RADIN, 2009, p. 209).

O trabalho no ciclo madeireiro era diverso, havia labuta no corte, no beneficiamento, no transporte terrestre da produção até os portos e no deslocamento fluvial via rio Uruguai para os locais de comércio (São Borja, Uruguaiana e localidades da Republica Argentina). Devido a esta realidade era necessário um grande contingente de trabalhadores, assim boa parte da população da colônia foi integrada ao processo, migrantes e locais, colonos e caboclos participaram de alguma forma deste ciclo, uma pequena parte continuou na agricultura ou migrou para outros ramos como as revendas de secos e molhados.

3.4 Os madeireiros e os pleitos municipais

Com a matriz econômica de Chapecó calcada no ciclo madeireiro desde o início da colonização, formou-se uma elite composta pelos colonizadores e os proprietários das indústrias madeireiras, obviamente que possuindo o domínio econômico da cidade estes grupos não se contentariam em não possuir o domínio político, por isso foram extremamente influentes nos meios políticos municipais e estaduais até o fim do ciclo da madeira ao findar da década de sessenta.

Antes da colonização e conseqüentemente do ciclo madeireiro, Chapecó era dominada pelo coronelismo, de 1917 (ano de fundação do município de Chapecó) a 1922 (ano em que Agilberto Passos Maia, sócio da colonizadora Bertaso e Maia chega ao poder), trocando de sede constantemente.

O primeiro intendente eleito em Chapecó foi Manoel dos Santos Marinho, em 1918, que foi substituído três vezes: primeiro por Felipe Gosh, depois por Major Cavalheiro – quanto à sede, era Rui Barbosa, mais tarde Xanxerê, e, por último, Armando Haeffner marinho. Em 1922 o novo titular é o coronel Maia, o qual, durante seu mandato, foi substituído várias vezes pelo Major Felipe Antonio,

Otaviano dos Santos, Carlos Otaviano Seara e Pedro da Silva Maciel. (HIRSCH, 2005, p.61).

Com a ascendência da colonizadora, e mesmo após a dissolução da sociedade em 1923, Maia manteve-se no governo da cidade, mais tarde em 1926 passou o comando de Chapecó para seu irmão Major José Luiz Maia que governou até 1929. Com o fim do governo do Major José Luis Maia e o início do varguismo no Brasil,¹⁴ diversas pessoas foram nomeadas ao executivo municipal, porém essas sempre estavam ligadas de uma maneira ou outra aos madeireiros e a colonizadora, desses podemos o filho do colonizador Ernesto Bertaso, o engenheiro Serafim Enoss Bertaso, que governou Chapecó de maio de 1944 a março de 1947, é necessário lembrar que nesse meio tempo surgem às legendas políticas em Chapecó, Bertaso, Maia e os donos de madeireira montam uma célula do PSD – Partido Social Democrático em Chapecó, que por muito tempo foi o único partido existente.

O PSD chapecoense foi controlado durante a sua existência – 1945 a 1965 - pela família Bertaso, tendo na sua presidência, o filho do cel. Bertaso. O diretório municipal do PSD de Chapecó foi aprovado pelo TRE, na data de 05 de Dezembro de 1946. Era composto pelos seguintes membros: Serafim Bertaso (engenheiro, colonizador e madeireiro); Domingos Giorno (funcionário público); José D. Silva; Vicente Cunha (advogado); Luiz Lunardo (comerciante, industrial madeireiro – Xaxim); Ernesto F. Bertaso (colonizador e industrial madeireiro); Ventura Migliorini (industrial madeireiro – Fachinal dos Guedes); Fredolino Zimmer (industrial madeireiro - São Carlos); João Both (jornalista e industrial – Itapiranga); Abílio Daronch – industrial – Mondai; Albano Gilioli (tabelião em Caxambú); Cid Loures Ribas (advogado). (HASS, 2000, p.160)

Pode-se notar que o poder no PSD ficava entre colonizadores, madeireiros e alguns profissionais liberais, logo é obvio que esse partido trabalharia em pró dessas classes, reforçando cada vez mais o ciclo da madeira como principal motor econômico do município.

Porém no ano de 1946, alguns profissionais descontentes com a orientação do PSD registram uma nova legenda que faria oposição, esta é denominada UDN - União democrática Nacional, e é composta basicamente por comerciantes de outros ramos que estavam em ascensão na cidade e colonos, como também profissionais liberais.

¹⁴ Ascendência ao poder da república dos Estados Unidos do Brasil do gaúcho Getúlio Dorneles Vargas em 1930.

O diretório municipal da União Democrática Nacional foi fundado no dia 11 de dezembro de 1946, e teve como presidente, Pedro da Silva Maciel (comerciante); vice, Otavio Celso Rauen (médico); secretário, Jaci Bernardes (pedreiro); tesoureiro, Dorival Padilha (funcionário público) (Laus, 1985, p.131). Seus membros eram: Marcelino Joaquim de Moura (comerciário); Rubens Carvalho Rauen (médico); Manoel Gregório de Mattos (colono); Moisés Garcia de Paula (colono); Julio Republicano Pereira (comerciante); Odoacro de Paula Muniz. Carlos Grützmenn, Eduardo José Pompermaier; Bruno Glufke, de Mondai (comerciante); José Maier; João Muxfeld, de São Carlos (colono) e Olímpio Machado. (HASS, 2000, p.163).

Mais tarde, em 1947, surge o PTB, com suas lideranças ligadas tanto ao setor madeireiro como comerciário, com o objetivo de ser uma opção ao trabalhador apesar de ter grande parte da sua executiva ligada à área patronal.

(...) no Tribunal Superior Eleitoral, o primeiro documento encontrado sobre a criação do PTB de Chapecó, é do dia 08 de novembro de 1947, quando ocorreu o registro do seu diretório. Consta como presidente o advogado José de Miranda Ramos; o 1º vice; o industrial madeireiro, Alberto Ferronato; 2º vice, o industrial madeireiro Aquiles Tomazelli; 1º secretário, comerciante Bruno Sperandio; 2º secretário, comerciante José Silva de carvalho; 1º tesoureiro, relojoeiro Dorvalino Félix Nora; 2º tesoureiro madeireiro, Rui Ferronato. Membros: Pasaol Moro, Arlindo Potrich, Fermino Vanzin, Ricardo Lago, Salvador Guilherme Zeferino, colono José Meneghini, pedreiro Arno Fávero, Santo Garrafeti, João palú e Luiz Avelino Vicenti (HASS, 2000, p.167).

Essas três legendas dominaram a política chapecoense até o ano de 1965, quando o ato institucional número cinco, do governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1897 – 1967), extinguiu os partidos políticos brasileiros.

3.5 Os caboclos e a política

Com a proximidade entre os colonizadores e madeireiros do poder político de Chapecó, os grupos de caboclos que já não tinham muitas opções para resistir ao novo grupo que chegava com a frente colonizadora, ficaram ainda mais desamparados, dado que qualquer pessoa que possuísse ligação ao poder municipal possuía mais direitos do que os caboclos.

É importante frisar que o cargo de delegado, chefe máximo do destacamento policial da cidade, era indicado pelo chefe do executivo, logo, este seguia ordens do mesmo, segundo Hass (2003)

O delegado era indicado pelos chefes políticos locais e nomeado pelo Governo Estadual. De acordo com o “dicionário político” divulgado pela oposição no “Jornal d’Oeste”, em 1948, delegado de polícia é o “indivíduo” encarregado por um partido político de cuidar da delegacia e só fazer aquilo que os chefes lhe autorizavam – espécie de “mandalete” (HASS, 2003, p. 31).

A partir da organização jurídica descrita acima por Hass (2003), fica claro que em qualquer problema que envolvesse os interesses da colonizadora ou das firmas madeireiras essas teriam a razão perante a lei.

Essa configuração jurídica fez com que os caboclos necessitassem escriturar as terras que ocupavam a partir da compra da colonizadora, mesmo que esses comprovassem que estavam o tempo suficiente para exigir a integração de posse segundo a lei de usucapião presente no código civil de 1916.

Outro problema advindo dessa configuração de poderes é o fato de indivíduos utilizarem seus cargos públicos ou proximidade desses para extorquir os caboclos como relata Marcon (2003), sobre as ações do antigo delegado de Chapecó Artur Argeu Lajus:

A partir destas considerações, pode-se retomar a questão dos conflitos fundiários na região trazendo a tona práticas de violência de Lajus e seus capangas contra os caboclos. Segundo os caboclos, Lajus afirmava estar de posse de documentos e se dizia proprietário das terras na região e tratou de expulsar os posseiros (...) A venda de terras, já ocupadas por posseiros mesmo que sem documentos, foi a razão principal dos conflitos. O próprio Lajus não fornecia documentos aos compradores e nem comprovantes de pagamento. Vários caboclos teriam sido vítimas dessa prática (MARCON, 2003, p.114).

Lajus usava-se do seu cargo de delegado para amedrontar as pessoas e extorquir dinheiro das mesmas, este cobrava dos caboclos valores sobre a posse das terras alheio a colonizadora, alegando ser o proprietário das mesmas, isso fez com que muitos caboclos por medo de serem aprisionados como foras da lei comprassem os lotes desse sujeito, mesmo sem a existência de uma escritura, alimentando o sentimento de impotência diante

do poder público e conseqüentemente das colonizadoras e madeireiras que estavam ligados intrinsecamente ao mesmo.

3.6 O ciclo da madeira e o meio ambiente

Analisando com um olhar contemporâneo forjado pelas preocupações com o meio ambiente impostas pela industrialização desenfreada na modernidade, fica difícil compreender como a prática do extrativismo predatório da madeira era permitida em meados da década de trinta do século XX, porém devemos lembrar que muito dessa consciência surgiu da aplicação de penalidades pelo estado devido a escassez de diversas espécies. Enquanto a madeira era abundante e gerava riquezas poucas eram as manifestações contra essa prática e sua exploração era livre segundo Bellani (1991).

Onde houvesse árvores para derrubar, as serrarias se multiplicavam, com estoques nem sempre imediatamente diluídos nos mercados compradores. As precárias condições de infraestrutura de transporte do território nacional, e outros fatores, contribuíram grandemente para estimular toda a sorte de especulações (BELLANI, 1991, p.125).

Nos primórdios das colonizações na região de Chapecó, em meados da década de vinte do século XX, apenas o executivo catarinense por meio do governador Hercílio Pedro da Luz demonstrava apreensão quanto o modelo extrativista adotado na região, como pode ser visto no fragmento abaixo.

A derrubada de matas, com a preocupação exclusiva de reduzir madeira a dinheiro, deixando atrás de si zonas devastadas e que, por falta de vegetação e de serem trabalhadas para culturas, se mudarão em desertos, e sem mesmo o comezinho cuidado de preservar da destruição árvores que ainda não podem ser aproveitadas industrialmente, há de um dia vingar-se sobre a riqueza, a beleza e a salubridade de nossa terra. Cumpria enfrentar de uma vez esse problema, cuja relevância ninguém contesta, estudando-se os meios de, ao menos, como principio de uma ação mais vasta, obrigar ao reflorestamento as empresas que praticam em larga escala a indústria extrativa de madeira (...) (GOVSC/Mens., 1923, p.65 – 66).

Porém, a preocupação do governador não foi levada a sério nos anos posteriores, Hercílio Pedro da Luz faleceu em meio a seu terceiro mandato como governador de Santa Catarina em 20 de Outubro de 1924 e não presenciou alguma tentativa dos três poderes de regulamentar a questão florestal.

No contraponto as preocupações de Hercílio Pedro da Luz, a região de Chapecó expandia cada vez mais o mercado madeireiro, empregando um contingente enorme de trabalhadores, em meio a este panorama outras empresas ligadas indiretamente ao ramo madeireiro instalaram-se na região, vendendo ferramentas de corte, tratores, etc.

Apenas no ano de 1934, foi criado o Código Florestal brasileiro, porém era uma lei capenga que só foi promulgada devido a pressões internacionais, ademais em 1941, o governo federal criou o Instituto Nacional do Pinho para regulamentar o corte indiscriminado de madeira e em 15 de Setembro de 1965, foi sancionado pelo presidente da república, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco a lei 4.771, denominada Novo Código Florestal, sendo essa uma lei com mais elementos e que regulamentava de fato as áreas atingidas pela ação do homem.

3.6.1 O Instituto Nacional do Pinho

No dia 19 de Março de 1941, foi sancionado o decreto de lei nº 3124/41 pelo presidente da República Federativa do Brasil, o senhor Getúlio Dorneles Vargas, que criou o Instituto Nacional do Pinho, com o objetivo de regulamentar o corte de madeira da região sul e principalmente auxiliar os madeireiros na busca de novos mercados para a venda de sua produção.

O Instituto Nacional do Pinho teve sua raiz no Estado Novo, principalmente na “Marcha Para o Oeste”, criado como meio de buscar a legalização da madeira que seria exportado para os mercados europeus e, posteriormente, para o mercado interno, sendo mais tarde vendido para os mercados platinos da Argentina e do Uruguai. (GOLO, 2006, p.10)

Estavam representados neste decreto os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que possuíam representantes na junta deliberativa, a sede oficial do órgão

era a capital federal, na época situada no Rio de Janeiro - RJ. Somente o Instituto Nacional do Pinho poderia dar licenças para o corte, periodicamente os representantes estaduais deveriam enviar a relação de madeireiros à capital federal para que fosse atualizado o banco de dados e expedidas novas autorizações.

Uma inovação apresentada no decreto que criou o Instituto Nacional do Pinho, diz respeito à prática do reflorestamento, essa se encontra no capítulo VII, artigo 15, e diz; “O Instituto contribuirá para o reflorestamento, com o replantio das espécies determinadas pelos técnicos do Ministério da Agricultura. em terras adquiridas para esse fim, ou coadjuvando iniciativa particular, na forma que for estabelecida pelo regulamento” (<http://www.soleis.adv.br/pinhoinstitutonacional.htm> acessado em 25/07/2011).

Porém, pode-se ver que não há obrigatoriedade das empresas que exploravam a mata realizarem o replantio, isso possibilitou que o desmatamento continuasse indiscriminado, aumentando cada vez mais o volume de extração de madeira na região de Chapecó.

3.6.2 A instituição do Código Florestal Brasileiro

O código florestal brasileiro, lei 4.771, foi instituído em 15 de setembro de 1965, em meio ao período ditatorial militar, foi a lei máxima criada para regulamentar as ações que atingissem as florestas brasileiras, este previa a criação de áreas de preservação permanentes (APP), reservas legais (RL) como também bases para o reflorestamento de áreas atingidas pela ação do homem.

Após a promulgação do Código Florestal, os anos vindouros foram férteis na regulamentação do uso do meio ambiente pelo ser humano, antes disso as leis sobre o meio ambiente eram poucas e ineficazes.

Essa legislação trouxe um impacto significativo na extração madeireira na região de Chapecó, madeiras tiveram que se adaptar, além dos problemas com a escassez do produto dado que a exploração durava mais de 30 anos, a legislação limitou a área de atuação dos madeireiros com a criação da Floresta Nacional de Chapecó em 25 de Outubro de 1968, impossibilitando o corte em uma área de aproximadamente 1,606,63 ha.

Ademais nessa época, eram poucos os exemplares disponíveis para o corte, o que fez com que o município se reorganizasse e procurasse outra matriz econômica principal, relegando a atividade madeireira para segundo plano, isso acarretou uma diminuição exponencial nos postos de trabalho e fez com que em alguns casos os caboclos fossem preteridos aos colonos na hora de ocupar uma vaga remanescente em alguma madeireiras.

Também como reflexo desses acontecimentos a atividade balseira diminuiu drasticamente, acompanhada pelas áreas laborais dependentes da mesma, fazendo com que os caboclos voltassem o seu foco para o campo e prestassem alguns serviços como corte de erva mate e roçadas como alternativa para uma renda extra.

Outro fator que contribuiu para a diminuição da atividade madeireira foi a construção de diversas pontes sobre o rio Uruguai, que impossibilitou segundo Marcon (2003) a atividade balseira:

Na década de 1950, o setor entrou em profunda crise; as balsas já não podiam mais seguir o curso das águas do rio Uruguai por causa da construção de pontes e as florestas tinham quase desaparecido (...) potencial madeireiro existente na região, hoje não resta quase nada, a não ser alguns pequenos vestígios e as lembranças que permanecem na memória dos sujeitos (MARCON, 2003, p. 317).

Como pode-se ver a diminuição do corte e a impossibilidade de escoar a produção via rio Uruguai contribuíram para o enfraquecimento desse ciclo que alterou profundamente o modo de ser do caboclo, e que devido ao enfraquecimento desse ciclo obriga-se a adaptar-se as novas condições que estavam se apresentando.

3.7 Colonos, caboclos, madeireiros, políticos e o meio ambiente

Com a inserção dos colonizadores e principalmente dos madeireiros na política municipal criou-se um novo grupo de poder na cidade, esses indivíduos a partir do início da década de 1930, além de possuir o poder econômico sobre a cidade começaram a exercer o poder político.

A posse desse poder para ambos os grupos foi extremamente importante por possibilitar a grilagem das terras com maior potencial madeireiro com o amparo da

máquina estatal e por possibilitar vantagens econômicas e legais para a classe dos proprietários de madeiras, que a partir desse momento ganharam carta branca para descumprir as poucas leis trabalhistas e com isso conseguir mão de obra mais barata.

Deste modo, passados alguns anos esse poder começa a se “esfarelar” com o advento da fiscalização do corte da madeira pelo instituto nacional do pinho, que como era um órgão federal não possuía obrigações com os mandatários locais, logo, com a legislação ambiental entrando em vigor o cerco começa a se fechar, isso vai culminar com a diminuição das áreas de corte e da atividade madeireira em toda Chapecó.

Assim, com a construção de diversas pontes e a obstrução do rio Uruguai pelas mesmas, a atividade madeireira sofre um grande abalo, os custos de transporte aumentam e os caboclos que estavam inseridos nesse ciclo vão sendo excluídos exponencialmente, o que faz com que essas comunidades procurem outra fonte de renda complementar.

CAPÍTULO IV:

A INSERÇÃO DO CABOCLO NA INDÚSTRIA MADEIREIRA CHAPECOENSE EM MEADOS DO SÉCULO XX

Nesse capítulo da presente dissertação discutiremos os fatores que influenciaram o caboclo, até então vivendo de sua própria produção, a ingressar no ciclo da madeira de forma subordinada aos colonos empreendedores, logo, pretendemos compreender a partir desse questionamento quais foram as motivações para a inserção desse lavrador nacional nesse ciclo. A resolução desse problema nos levará conseqüentemente as alterações na cultura do caboclo advindas da adaptação do lavrador nacional ao trabalho nas madeireiras, que é o centro do nosso trabalho.

As compreensões das mudanças no modo de ser do caboclo são necessárias para adentrarmos na discussão do próximo capítulo, cuja baseia-se no estudo das representações sociais e estigmas surgidos nesse período entre caboclos e colonos empreendedores, onde, acreditamos que as mesmas sejam consequência das relações de produção entre esses distintos grupos como também esta advém das cosmo visões distintas dos mesmos.

Assim, para obtermos êxito nessa pesquisa torna-se necessário discorrermos sobre porque o colono advindo do Rio Grande do Sul para a região de Chapecó, em boa parte, relegou a agricultura para segundo plano e passou a exercer relações comerciais, montando madeireiras, ervateiras, revendas de secos e molhados? Também discorreremos nessa seção sobre o processo de inclusão do caboclo no ciclo madeireiro subordinado aos colonos empreendedores e os fenômenos que surgiram a partir da mesma.

Logo, outro ponto a ser levantado no presente capítulo é o regime de trabalho que o lavrador nacional era submetido no ciclo da madeira, como também as condições e a remuneração que este recebia por seus serviços, finalizando o capítulo com a discussão sobre como era o cotidiano laboral do ciclo da madeira.

Quanto a atividade laboral do caboclo no ciclo da madeira, daremos prioridade ao trabalho do lavrador nacional no transporte da mesma (balsas) devido aos limites que o tempo da pesquisa (dois anos) e o espaço pesquisado (região de Chapecó) nos colocam.

4.1 A desestruturação do modo de vida do caboclo com a chegada da colonização

Como vimos no primeiro capítulo o lavrador nacional, caboclo, caracteriza-se pela sua relação direta com a terra e pelo trabalho familiar, sendo dono dos meios de produção e do produto gerado, assim discutir a entrada deste perfil no trabalho subordinado torna-se interessante devido estarmos discutindo um ponto de transição em sua cultura e principalmente de estarmos procurando os fatores que influenciaram a mesma.

O caboclo vivia até meados do século XX em terras devolutas, sobrevivia da agricultura de subsistência e levava uma vida sem muitos percalços, com uma rotina comunitária ativa, apoiava-se no auxílio dos vizinhos quando iniciava um empreendimento de maior porte.

Com a colonização de Chapecó, surge a necessidade de uma metamorfose no meio de vida do caboclo, seus valores, costumes e formas de entender o mundo, ou seja, sua identidade necessitou ser re-significado, adaptado ao modo de vida dos que vieram com a colonização. Sobre esse assunto Arlene Renk (2006) em estudo realizado nas áreas de Ponte Serrada e Vargeão, áreas pertencentes a Chapecó no início do século XX aponta que:

A desestruturação de um modo de vida anterior, com a desorganização da base morfológica do grupo de posseiros, alterou diversos níveis de vida desse grupo. A alteração da base morfológica já mereceu estudos de Bourdieu e Sayad (1964) e, naquele caso, resultou na “crise do desenraizamento”. No caso aqui em questão, o momento da ruptura é o da colonização, isto é, quando a empresa colonizadora atinge as terras ocupadas pelos posseiros, afetando o seu modo de vida. A colonização, centrada na Companhia, é internamente apontada como um divisor de tempos e do mundo dos ex-posseiros: antes e depois da Companhia (RENK, 2006, p. 118).

É importante frisar que nesse processo de desestruturação do modo de vida anterior a que se refere Renk (2006), existem dois fenômenos distintos, o primeiro trata da exclusão dos caboclos que não se adaptaram ao sistema social e econômico dos colonos e o segundo dos que se adaptaram, mesmo parcialmente.

No primeiro fenômeno, os caboclos que não se adaptaram ao novo sistema de vida trazido com a colonização foram excluídos das áreas onde se encontravam, assim, com a perda das terras foram “empurrados” a locais desprezados pela colonizadora devido ao

caráter acidentado e improdutivo. Poli (2001) no artigo denominado “Camponeses no Oeste Catarinense” representa bem esse fenômeno.

(...) com o apoio do Estado, os imigrantes viram nos antigos moradores, seus inimigos e estabeleceram com eles uma relação de hostilidade e desprezo. Empurrando-os para os espaços acidentados, lugares íngremes nas margens dos rios, destruindo seu espaço social. Muitos tornaram-se assalariados, boias-frias e itinerantes (POLI, 2001, p.31).

Radin (1996) traz mais elementos, explicando a origem da subordinação de grupos de caboclos aos migrantes nesse fenômeno de exclusão exposto por Poli (2001). Para ele a chegada da colonização ocasionou o despejo dos antigos moradores das terras onde estes habitavam, esse foi o motivo principal para que os lavradores nacionais se subordinassem aos novos migrantes, adotando as relações de trabalho subalternas como meio de sobrevivência.

A partir da chegada das empresas colonizadoras amparadas na Lei de Terras de 1850 que definia a compra como única forma de acesso à terra, pode-se imaginar o destino dessas populações. Com a progressiva colonização da região, tornaram-se os primeiros deserdados da terra. A ocupação progressiva da região provocou a destruição das tradicionais condições de vida construídas ao longo dos anos pelos caboclos. A partir de então, estes passaram a trabalhar como simples peões e boias frias (RADIN, 1996, p.25).

O segundo fenômeno trata-se dos caboclos que se adaptaram ao sistema dos colonos, mesmo parcialmente, mudando elementos importantes da sua cultura, e aceitando as condições impostas pelos grupos dos vindos “de fora”, prestando serviços de forma remunerada para esses, como cortadores de madeira, arrastadores e balseiros, com o objetivo único de manter-se na propriedade e continuar com a produção de subsistência, os valores econômicos recebidos pelos trabalhos prestados aos colonos era revertido para a manutenção da propriedade e do modo de vida caboclo em uma tentativa de preservar alguns elementos do modo de vida anterior à colonização.

Essa resistência simbólica dá-se devido ao apego pela terra que o caboclo possui, logo, esses grupos que aceitaram a lógica mercantil dos colonizadores objetivavam manter

sua forma de vida e produção, mesmo que obrigatoriamente necessitassem adaptar-se a alguns elementos da cultura dos colonos, sobre o apego a terra Gehlen (1998) explica:

Para o caboclo a terra é espaço e lugar de vida, necessária para a reprodução familiar (biológica, social e religiosa) em sentido aberto, incluído o compadrio. Juntamente com a natureza, a terra é condição de identidade (...) A matriz socioeconômica e cultural desse tipo assenta-se na aldeia indígena e na fazenda latifundiária. Do indígena herdou a ideia da terra-fonte geradora da vida, cuja posse é sempre provisória e serve para atender às necessidades imediatas. Do latifúndio, a ideia de patrimônio, porém expandido para a família “ampliada” (matriz aldeã) e de uso produtivo tradicional (GEHLEN, 1998, p. 125).

Logo, em Gehlen (1998), fica claro que a noção de terra para o caboclo transcende a noção mercantil do capitalismo moderno, assim esse lavrador nacional aceita sacrificar parte de seu modo de ser e de viver para poder manter-se na terra, dado que esta é o espaço de reprodução familiar, de reprodução da vida e isso não pode ser perdido com a chegada dos novos grupos de pessoas e de um novo sistema econômico e produtivo.

4.2 A delimitação das terras e a diminuição da produtividade: elementos que forçaram o caboclo a procurar outras fontes econômicas objetivando a sobrevivência

Com o processo de colonização no Brasil fortalecido por incentivos governamentais, a região de Chapecó foi invadida pelas colonizadoras particulares que compravam as terras de seus antigos donos, algumas eram adquiridas através de doações estatais, dividiam-nas e as colocavam para venda, esperando em pouco tempo conseguir gerar lucros em cima dessa atividade.

A partir da medição dos lotes e a disponibilização para venda dos mesmos, os antigos “donos” (lavradores nacionais), que se encontravam vivendo e produzindo sob esses lotes foram considerados posseiros, logo, devido a essa posição, esses caboclos necessitaram buscar rendas extras a produção agrícola para adquirir o lote em que viviam e depois mantê-lo.

A aquisição do lote só era possível através da compra com dinheiro em espécie, isso fez com que muitos caboclos temendo perder seu pedaço de chão, seu espaço de reprodução familiar vendessem seus animais e também se oferecessem para prestar serviços de forma remunerada aos novos colonos, buscando levantar o valor necessário para a aquisição pela lei do seu pedaço de chão, isto fica claro no depoimento do ex-balseiro José Inácio, que vivia naquela época (meados da década de trinta e quarenta do século XX) no distrito de Guatambú, que fazia parte ao município de Chapecó.

(...) daí comprei a terra, letra seca fizeram, e se não comprava a terra ia perdê, daí o escrivão era uma pessoa, um devogado, daí eu tinha umas criaçãozinha já, garrei e vendi, criação quem vendia a terra não recebia, era só no dinhêro. E agora, como é que eu vô fazê? Nunca tinha feito um negócio, não é, e era precinho mixaria aquele tempo (para) compra um pedaço de terra, daí vendi uma vaquinha que tinha, vendi um cavalo, umas égua que eu tinha, peguei um dinherinho emprestado de otros por fora, aí graças a deus paguei (José Inácio. Ex-balseiro, Guatambú, SC, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski)

Após a aquisição do lote surgiu outro problema, os mesmos eram pequenos demais para a obtenção dos alimentos necessários para o sustento da família, isso fez com que o caboclo além de trabalhar em suas terras prestasse serviços a terceiros para complementar a renda, caracterizando um processo de trabalho misto, aquela atividade (corte de madeira, roçadas, transporte da madeira via fluvial) que em um primeiro momento era necessária apenas para adquirir alguns bens tornou-se indispensável na vida dos lavradores nacionais.

O ex-balseiro Leodoro Ponciano de Paula, presenciou essa nova realidade e quando indagado sobre o ocupação laboral efetiva dos caboclos indagou:

Eles trabaiavam também na colônia né, ai quando dava a enchente eu pegava os pião de lá, de cá, os que queriam ir, que ganhava ligero um dinherinho, daí pegava e ia também de pião né (Leodoro Ponciano de Paula. Ex-balseiro, Guatambú, SC, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski)

Ernesto Armanini, ex-funcionário das Colonizadoras Saudades e Bertaso, Maia & Cia, quando questionado em seu depoimento sobre quais atividades os lavradores nacionais desempenhavam em Chapecó foi enfático:

Pessoal que trabalhava no mato, na serraria, a caboclada ali, dava enchente todo mundo tava pronto, tava com os mijado pronto pra i pra costa do rio (depois) trabalhavam na roça, de grilero, derrubavam um matinho aqui queimavam, queimavam otro ali, tinha uma infinidade de mato e assim ia (Ernesto Armanini, ex-funcionário das colonizadoras Saudades e Bertaso, Maia & Cia, nas décadas de quarenta e cinquenta, Chapecó, SC, 2011. Entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski).

Estes relatos demonstram que o trabalho subordinado nas balsas, como também o trabalho nas serrarias, era amplamente utilizado para complementar a renda que com a colonização decaiu vertiginosamente e manter-se na terra sob a égide da agricultura de subsistência.

A utilização do serviço subordinado como complementação de renda não é novo entre os lavradores nacionais, segundo Martins (1981) na formação das fazendas de café paulistas nos idos de 1880 estes eram contratados para a derrubada da mata, dado que o valor de mercado do escravo era muito alto e este trabalho era muito perigoso para despende uma mão de obra valiosa.

No regime de trabalho escravo, os fazendeiros empregavam de preferência caboclos ou caipiras, para a derrubada da mata. Esses trabalhadores livres, conhecidos como “camaradas”, eram pagos à razão de 2 mil a 2 mil e 500 réis por dia com comida, entre 1883 e 1884. (MARTINS, 1981, p. 70).

Porém em nosso estudo fica claro que a complementação de renda era necessária, pois esses necessitavam adquirir terras e alguns gêneros, o que possibilitava que esse permanesse no campo adaptando-se parcialmente a lógica do colono empreendedor (trabalho).

4.3 O ciclo da madeira em Chapecó

A indústria madeireira a partir da década de trinta foi o principal motor econômico do município de Chapecó devido à extensa mata que existia no local, isso fez com que mercados fossem abertos e um contingente enorme de trabalhadores fosse recrutado, as

atividades dentro desse ciclo eram diversas, existiam os serradores, os arrastadores, os trabalhadores das serrarias e os balseiros.

- Serradores: extraíam a madeira *in natura* das matas de Chapecó

Figura 7 – Serradores em Chapecó na década de trinta



FONTE: CEOM - UNOCHAPECÓ

- Arrastadores: eram responsáveis por deslocar a madeira até as serraria para o beneficiamento e até os rios para o transporte.

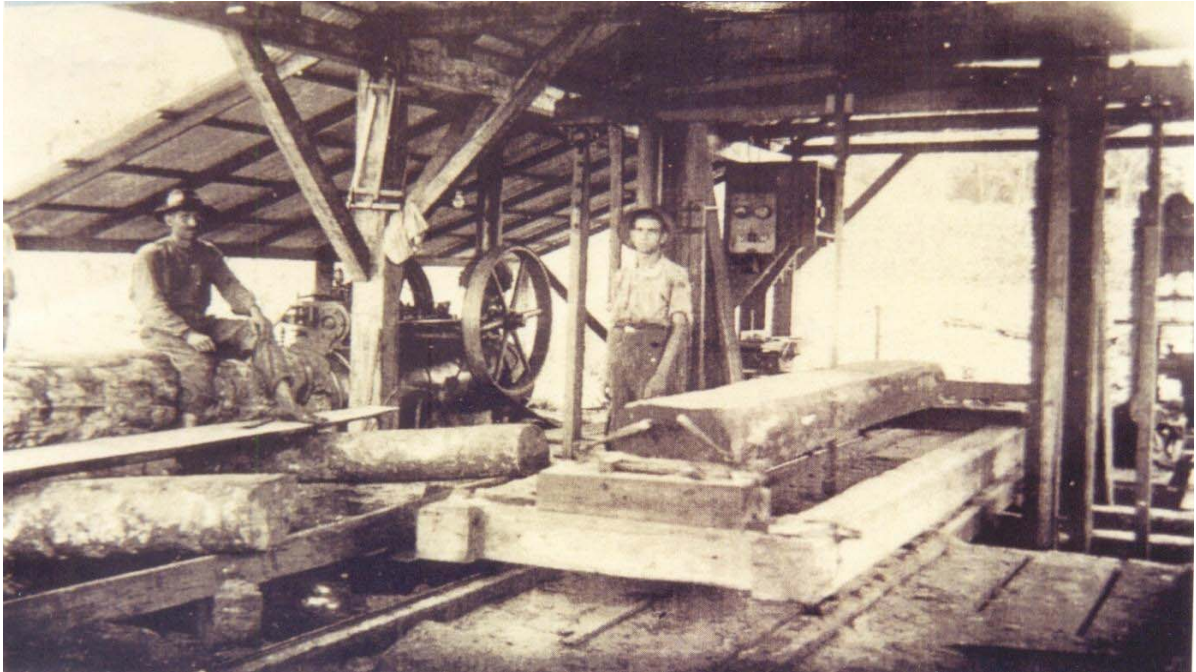
Figura 8 – Arrastadores EM Chapecó NA década de trinta



FONTE: CEOM – UNOCHAPECÓ

- Trabalhadores das madeireiras: transformavam a madeira bruta em tabuas.

Figura 9 - Trabalhadores das madeireiras em Chapecó na década de trinta



FONTE: CEOM - UNOCHAPECÓ

- Balseiros: eram os responsáveis por levar a madeira via fluvial para os compradores no estado do Rio Grande do Sul e na república Argentina.

Figura 10 - Balseiros no rio Uruguai durante cheia na década de quarenta



FONTE: CEOM - UNOCHAPECÓ

Os balseiros dividiam-se em duas categorias, os práticos, que eram as pessoas com maior conhecimento do rio e atuavam como se fossem “capitães marítimos” das balsas e os peões que tinham como objetivo cuidar da manutenção da balsa em meio ao rio e remar.

O prático era o responsável pelo manejo da balsa, devia conhecer bem o rio, conduzia a balsa, era uma espécie de capitão do rio. Era também o homem de confiança do madeireiro, pois também entregava a madeira ao comprador, recebia o dinheiro e pagava os peões. Os peões ajudavam a montar e depois conduzir a balsa, remando. (CORÁ, SIMIONATO, 2010, p. 33).

Devido às dificuldades produtivas de Chapecó, o ciclo madeireiro tornou-se a forma produtiva que mais empregou pessoas, dentro desse ciclo a categoria de balseiro se destacava por absorver mais pessoas e por permitir o ganho de dinheiro rápido e não interferir na atividade agrícola devido ao seu caráter temporário.

As balsas eram confeccionadas nas barrancas do rio Uruguai, em locais denominados “portos”, onde ficavam prontas para o embarque dos respectivos balseiros, segundo Bellani (1995) esses locais de embarque de madeira eram:

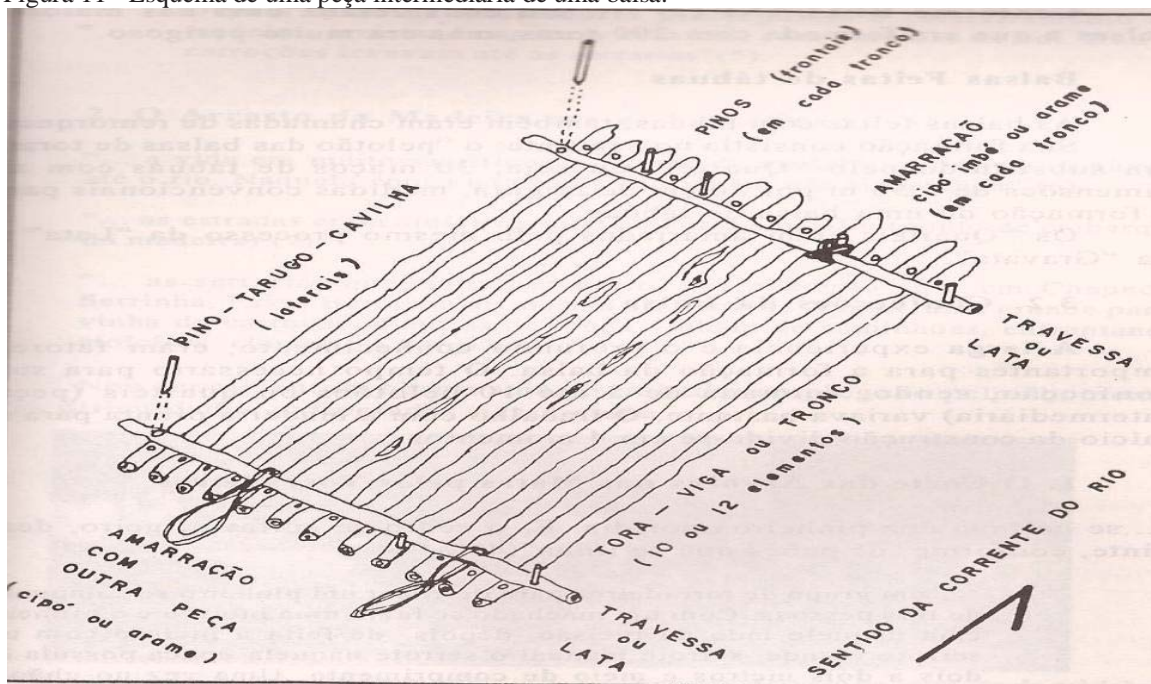
Tabela 3 - Locais de embarque da madeira

Local de embarque	Município
Porto Goio – En e Chalana	Município de Chapecó
Caxambu do Sul	Município de Caxambu do Sul
São Carlos	Município de São Carlos
Passarinhos	Município de Palmitos
Itapiranga	Município de Itapiranga
Mondai	Município de Mondai

Fonte: Bellani (1995)

As balsas eram compostas de madeira bruta ou beneficiada amarradas por cipós ou arames, como podemos ver na figura abaixo.

Figura 11 - Esquema de uma peça intermediária de uma balsa.



FONTE: Bellani (1995).

Essas eram geralmente montadas pelo prático, que ao descer o rio para entregar a madeira para o comprador levava seis a sete pessoas como ajudantes. Sobre a confecção das balsas o ex-balseiro Nicolau Adão Schneider, residente hoje no município de Guatambú - SC, antigo Chapecó, relatou em entrevista realizada no mês de dezembro de 2010 como essas eram construídas.

(...) primero o maderero levava no porto com caminhão, daí o meu ermão que era o prático, capatais, prático diziam, ia ata, então levava dois três pião, sortava a madeira numa canaleta, ia lá na água, daí fazia os maço, os maço era de três dúzia e daí amarrava com o arame, daí dexava aquele e fazia outro maço até fazê um quartel, daí ia emendando os quartel e daí ficava atada, ficava arrumada, tinha remo, tudo, dexava, aí quando dava inchente daí descia, se arrumava um cobertor, uma muda de ropa e ia. (Nicolau Adão Schneider. Ex-balseiro, Guatambú, SC, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski)

Após a construção, as balsas ficavam paradas nas barrancas do rio Uruguai a espera do ponto de enchente que era quando o rio atingia um volume considerado bom pelos balseiros para navegarem as melhores enchentes, segundo o ex-balseiro Martins José Oliveira eram as melhores cheias eram as de São Miguel e de Santa Rosa que aconteciam no mês de setembro.

É em São Miguel, Santa Rosa, e as veiz em mês de junho, mas o tempo mais certo era São Miguel a enchente São Miguel e de Santa Rosa, eles já aproveitavam deixá as barsa pronta, a hora que dava o ponto da enchente largava. (...) São Miguel é Setembro, 29 de setembro e Santa Rosa é 30 de setembro, agora não se vê falá mais né, que terminô (OLIVEIRA, Martins José de. Ex balseiro, Nova Erechim,SC, 2009. Entrevista concedida a André Luis Onghero)¹⁵

Com a chegada da enchente os balseiros “corriam” o rio Uruguai até São Borja - RS ou São Tomé, província de Corrientes na República Argentina, onde as entregavam e recebiam o valor estipulado pelo traslado da madeira, a partir disto iniciavam a viagem de volta.

4.4 O ponto de balsa: aspectos sobre as viagens dos balseiros

As viagens de balsa tornaram-se extremamente necessárias a partir da década de trinta, quando a exportação da madeira bruta e beneficiada para a Argentina ou para outros estados, via fluvial, tornou-se a principal atividade econômica do município de Chapecó, assim o contingente de trabalhadores também teve um acréscimo significativo.

A cooperativa madeireira Vale do Rio Uruguai comandava as vendas, quando havia o ponto de balsa e os balseiros transportavam a madeira via fluvial, rapidamente os sócios que ocupavam cargos de alto escalão na cooperativa deslocavam-se aos pontos de negociação para venderem a madeira, após a liquidação do negócio se correspondiam com a imprensa chapecoense e lançavam nota no jornal como meio de informar os associados do desenrolar do negócio, como podemos ver no aviso denominado aos madeireiros datado de 11 de agosto de 1946 no jornal “A Voz de Chapecó”:

De Uruguiana, recebeu a sociedade madeireira o seguinte telegrama: “Sociedade Madeireira. Chapecó. – Prazer poder informar que toda madeira de pinho vendida pt. Base venda: 82 a 90 dólares milhar pés entre nova e velha pt. Com crédito aberto imediato e irrevogável nossa cooperativa pode dispor dentro de 15 dias numerário pt. Favor avisar associados nos congratulamos ótima liquidação pt abraços Hermínio Tissiani” (A VOZ DE CHAPECÓ, 1946, p. 01).

¹⁵ Entrevista realizada com o senhor Martins José de Oliveira por André Luiz Onghero no dia 11 de novembro de 2009 no município de Nova Erechim - SC

Porém, quando não havia enchente o município de Chapecó entrava em um grande revés, para compreendermos esta afirmação basta observarmos o quadro abaixo que expõe a economia do município de Chapecó nos anos de 1953 a 1957, onde vemos que há um decréscimo vertiginoso na arrecadação municipal nos anos de 1954 e 1955.

Tabela 4 - Confrontação da realização orçamentária no último “quinquênio”, Prefeitura Municipal de Chapecó, 1959.

Expediente	Orçado	Arrecadado	Excesso	Déficit
1953	6.000.000.00	8.043.978.30	2.047.978.30	-
1954	6.000.000.00	4.590.044.60	-	1.409.955.40
1955	4.000.000.00	3.397.604.40	-	602.395.60
1956	4.150.000.00	6.848.228.60	2.698.228.60	-
1957	5.102.000.00	8.882.604.80	3.780.604.80	-

FONTE: CEOM.

Nestes respectivos anos o índice pluviométrico na região foi abaixo do esperado impossibilitando que as balsas pudessem navegar assim inviabilizando a exportação da madeira para a República Argentina ou para outras localidades banhadas pelo rio Uruguai, sobre a intensidade desta seca, podemos imaginá-la no relato de José Inácio.

Quando deu aquela primera seca no Uruguai, eu era piação ainda, fico muitas barsa de otros tempo, crio mato que dava pra roça, arvore em cima daquelas barsa, ia criando o limo e nascendo aquela arvrinha, aí época difícil (José Inácio. Ex-balseiro. Guatambu,SC, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski).

Como podemos ver a atividade madeireira, principalmente a exportação via rio Uruguai, movimentava a economia da cidade, sem a possibilidade de translado da madeira

através das balsas a economia municipal entrava em revés, não existindo alternativa para cobrir o déficit nos cofres públicos.

Este transporte demorava em média três dias e três noites, eram árduas e perigosas, devido à quantidade de ilhas e saltos que o rio Uruguai possuía, muitos acidentes aconteciam, como o desmantelamento das balsas nas pedras ocultas pela água, o desmembramento das balsas devido ao desgaste das amarras e principalmente na descida dos saltos, pequenas “cachoeiras” presentes no rio, a queda de homens da embarcação, um desses acidentes foi relatado por Noel Elesbão da Luz, ex-balseiro, hoje residente no município de Guatambú em entrevista realizada pelo autor.

Sarvei um home no sarto (...)Ele caiu na água e saiu fora da barsa, e daí fico pererecando na água e daí veio reto donde eu tava, de frente ao quartel e eu tava agarrado no tarugo, esperando, foi quando eu meti o braço e peguei ele pela camisa anssim, segurei, daí os otros vieram me ajuda e tiremo, tava quaje morto (Noel Elesbão da Luz. ex-balseiro. Guatambú,SC, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski).

O salto ao qual seu Noel se refere é o salto do Yucumã, que fica próximo à divisa com a República Argentina, este era o ponto mais crítico das viagens dado que o mesmo era composto de diversas formações rochosas e possuía apenas uma pequena fenda onde as balsas podiam passar, exigindo muita pericia e conhecimento dos balseiros.

Ademais, para suportar o tempo em cima das balsas que era em média três dias, os balseiros levavam de casa uma alimentação farta, como carne de porco, milho, feijão, arroz, mandioca, quando acontecia algum imprevisto como um sobressalto, onde se perdia a comida, eles apelavam para os moradores ribeirinhos.

Nois levava daqui, então, carniava um porco mais ou menos de sessenta quilo, carniava e levava lá, daí tinha que levá feijão, arreis não é, mandioca e quando as veis perdia porque quando quebrava a barsa perdia tudo e daí tinha que saí no caíco, nos morado, saí com o caíco compra galinha pra comê, aí quando tinha um morado perto fincava o caíco, comprava uma galinha e vortava de atrais da barsa. (Nicolau Adão Schneider. Ex-balseiro. Guatambú, SC, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski)

Porém, não era apenas a viagem via fluvial que era complicada, o retorno também, enquanto demorava-se em média três dias e três noites para chegar ao local de entrega, os

balseiros chegavam a demorar mais cinco dias para retornar, este era realizado em parte de caminhão (pau de arara), de trem e a cavalo, como afirma o ex-balseiro Pedro Alves Kilian em entrevista para o projeto “Inventário da cultura imaterial luso-brasileira no Oeste de Santa Catarina”.

Daí vinha de caminhão, eu fiz quatro viagem a cavalo, de lá de São Borja aqui e o meu pai fez umas quantas viagens também a cavalo... e de um ponto em diante aqueles primeiros barseiros vinham só de a cavalo, não tinha outra... de um ponto em diante vinham de caminhão também, eu vim cinco viagens de caminhão e quatro viagens eu vim a cavalo de lá (Pedro Alves Kilian, ex-balseiro, Chapecó, SC, 2010. Entrevista concedida a Arlene Renk e Caroline Tedesco)¹⁶.

Um ponto importante a se frisar é que todos os entrevistados afirmaram que tinham que financiar o retorno gastando mais de cinquenta por cento do valor recebido na entrega das balsas.

4.5 As relações de trabalho entre madeireiros e lavradores nacionais

Um ponto específico na historiografia deste período que aborda os balseiros está nas relações de trabalho entre madeireiros e caboclos, podemos notar através da pesquisa que não existe nenhum relato publicado quanto a salários, sobras, formas de pagamento entre estes dois grupos, os documentos também são escassos.

Pode-se dizer que o período estudado (1930 – 1960) no presente trabalho coincide com a Consolidação das Leis Trabalhistas pelo decreto/ lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, assinado pelo então presidente Getúlio Dorneles Vargas, sendo que até então as relações de trabalho eram regidas por poucas leis ineficazes.

A CLT também nasceu pelas mãos de Vargas. Até então, o Direito do Trabalho no Brasil era se reduzia a algumas leis esparsas, pouco conhecidas e muito menos aplicadas. A CLT as reuniu, sistematizou e, sobretudo as completou (VIANA, 2007 p.85)

¹⁶ Entrevista realizada com o senhor Pedro Alves Kilian por Arlene Renk e Caroline Tedesco no dia 01 de fevereiro de 2006 na Linha Faxinal dos Rosas em Chapecó/SC .

Antes de 1943, foram realizadas algumas tentativas de regulamentar o direito do trabalho, mas somente a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, órgão atrelado ao poder executivo em 1932 que houve algum avanço, porém, apesar de existirem órgãos que criavam as leis trabalhistas, havia poucas instituições fiscalizadoras o que explica em boa parte a falta de documentos que esclareçam a relação trabalhista entre madeireiros e caboclos durante o ciclo da madeira.

A maioria das informações obtidas foi por via oral, em entrevistas realizadas com os personagens que protagonizaram a atividade madeireira em Chapecó, apenas algumas prestações de contas foram encontradas da Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai Ltda; devido estas serem veiculadas no jornal local “A voz de Chapecó” entre a década de trinta e cinquenta do século XX.

Segundo os relatos não havia grandes tensões entre madeireiros e caboclos na realização do trabalho, boa parte deste fato deve-se a divisão hierárquica existente, principalmente entre os balseiros, esta divisão consistia na estipulação da relação patrão empregado, primeiro o madeireiro contratava o prático para a realização do trabalho e estipulava o valor a ser pago e quantos indivíduos seguiriam com este, depois o prático contratava os peões, sendo que a relação primária entre empregador e empregado dava-se entre o prático e o madeireiro.

Qualquer reivindicação dos trabalhadores das balsas deveria ser levada pelo prático ao madeireiro, os peões não tinham contato com o empregador. Outro fator importante é que estes só recebiam ao entregar as balsas e o valor era independente do estado que a balsa chegasse ao seu destino, ou seja, era fixo e pago geralmente pelo presidente da Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai, que se deslocava via terrestre para os locais de entrega das balsas em épocas de enchentes, este fato pode ser comprovado pelo alto custo com viagens como descrito no balanço da Cooperativa veiculado pelo jornal “A Voz de Chapecó” de 19 de outubro de 1947.

Tabela 5 - Balanço da Cooperativa Madeireira Vale do rio Uruguai

Verificação de despesas de administração	
Custos de instalação	13.467,40
Honorários a diretoria	7.500,00
Despesas bancárias	2.513,20

Despesas com viagens	1.210,00
Despesas telegráficas	365,00
Material de escritório	440,00

FONTE: CEOM

Ao entregar a balsa no local combinado quando da contratação do serviço (geralmente no município de São Borja, Rio Grande do Sul ou na província de Misiones na República Argentina), o prático recebia o valor combinado do presidente da Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai Ltda, e dividia-o entre seus ajudantes, segundo os entrevistados este dinheiro era utilizado em parte para pagar o retorno para suas casas e o que sobrava servia para a aquisição de mantimentos que não eram produzidos na propriedade através da agricultura de subsistência.

Nois vortava de barça, de estrada de ferro, se não de caminhão, mais era de caminhão né, naquele tempo o caminhão sem lona, botava os banco ali e vinha ali, quarenta e cinco, quarenta passageiro, quarenta e cinco, tudo, argum naquele tempo trazia um cobertor, quarquê coisa (...) Nóis pagava por conta (Leodoro Ponciano de Paula. Ex-balseiro, Guatambú-SC, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski).

Geralmente, após o retorno os balseiros realizavam a compra dos mantimentos e pagavam algumas contas, assim, voltavam aos serviços do campo plantando e colhendo em suas propriedades, ademais esses ofereciam outros serviços como roçadas, domas de animais e também o corte de arvores e erva como meio de continuar adquirindo a renda complementar.

4.6 As mudanças na cultura cabocla a partir da colonização

Quando nos referimos a cultura cabocla, é necessário rememorarmos o conceito adotado no presente trabalho como sendo o modo de ser, as maneiras e atitudes de um povo presente em sua conduta social e histórica.

Ao discutirmos as mudanças que ocorreram no modo de ser do caboclo devido ao advento da colonização, estaremos discutindo as alterações em seu cotidiano, sua cosmovisão (modo de pensar) e também as estratégias implementadas para que essa metamorfose fosse possível.

Como visto no capítulo I, a caboclo residente em Chapecó antes da colonização era caracterizado pela produção de subsistência, com base em culturas como o milho e a mandioca, o trabalho familiar, a caça e a pesca como meio de complementação de sua dieta, a religiosidade acentuada (catolicismo popular), herança dos seus antepassados portugueses, e principalmente as relações de compadrio que aproximavam as comunidades.

A partir da colonização e do ciclo da madeira esse jeito de ser vai sendo alterado exponencialmente devido à necessidade de se adaptar a nova realidade, ou seja, a chegada dos colonos que vão exercer amplamente o poder econômico na região limitando as possibilidades de sobrevivência do caboclo em seu sistema tradicional.

Um dos principais fatores para a transição ou alteração na cultura cabocla encontra-se na limitação do seu espaço de reprodução familiar, com o recorte das terras em lotes, o cercamento das terras¹⁷, o que em um primeiro momento faz com que o lavrador nacional se obrigue a mudar sua forma de criar os animais, que antes eram soltos, como fica claro no depoimento de Feliciano Aires, que vivenciou esse fenômeno nos idos da década de trinta do século XX, entrevistado para o projeto “Inventário da Cultura Imaterial dos lusos brasileiros no oeste de Santa Catarina” do CEOM, quando indagado se as terras dos caboclos eram cercadas.

Não, tinha conforme o lugar as vez nós criava sorto, mais era conforme o lugar que era longe os moradores e daí criavam sorto, mais agora já começou a chegá mais moradores né e daí tem que fechá. (Feliciano Aires, morador de Chapecó, Chapecó – SC)

O cercamento das terras parece não ser de extrema importância quando nos referimos a alterações na cultura cabocla, porém esse fato interfere diretamente em uma forma de produção secular que há diversas gerações estava presente, assim, pode ser considerada como uma violação dos costumes, que gera desconforto no ente atingido como

¹⁷ A construção de cercas para dividir os lotes e para prender os animais foi motivo de conflitos entre colonos e caboclos no início da colonização dado que os caboclos criavam seus animais soltos e não possuíam marco de delimitação das suas terras.

fica claro na obra denominada *Costumes em Comum* (1998) de Edward Palmer Thompson, que ao estudar os relatos de senhores de terras sobre os cercamentos parlamentares na Inglaterra nota que os envolvidos em questão tinham dificuldades de aceitar a nova ordem das coisas – os cercamentos – e resistiam, pois se sentiam prejudicados, violados em seu modo de produzir secular que fazia parte de sua cultura.

Os historiadores têm observado que a grande era dos cercamentos parlamentares, entre 1760 e 1820, comprova não só o frenesi pelo desenvolvimento agrícola, mas também a tenacidade com que sujeitos “impertinentes” e “despeitados” obstruíam o cercamento por acordo, resistindo até o fim em favor da antiga economia baseada nos costumes (THOMPSON, 1998, p. 95).

Segundo Renk (2004), os caboclos de Vargeão e Ponte Serrada, que eram pertencentes a Chapecó, passaram por situação semelhante quando as colonizadoras os “obrigaram” a cercar as terras.

Os brasileiros, no período anterior à colonização e no início desta, quando não de todo expropriados, valiam-se de procedimento costumeiro de dividir as terras em terras de plantar (longe de casa) e terras de criar (próximas a moradia). Para estas últimas não usavam cerca, uma vez que a amplitude de terras o dispensava. Com a colonização foram instituídas as cercas para o criatório, o que gerou uma série de conflitos entre colonizadores e moradores locais (RENK, 2004, p. 28).

A divisão das terras pela colonização produziu uma cisão no sistema agrícola do caboclo, além do cercamento esse ficou resignado a produzir em um espaço menor do que o anterior, o que ocasionou a diminuição da produtividade, que se torna insuficiente para o sustento da família, fazendo com que esse fosse ao encontro de outras fontes de renda fora da propriedade.

Outra consequência que a colonização trouxe a região e conseqüentemente aos grupos de lavradores nacionais foi a troca de modo econômico regional, abandonando a agricultura e adotando a economia madeireira, essa possibilitou que o caboclo prestasse serviço para as novas empresas do ramo que se instalavam em Chapecó, geralmente esses serviços eram sazonais, dado que o caboclo não aceitava trabalhar em tempo integral nas empresas e abandonar a economia de subsistência, porém trouxe conseqüências mais profundas do que essa.

Com o corte indiscriminado de madeira, as matas nativas diminuíram e com elas a caça também, o caboclo, exímio caçador já havia se afastado parcialmente dessa atividade devido ao recorte das terras pela colonizadora, agora com o fim das matas a atividade da caça foi sepultada de vez devido a migração de animais das terras chapecoenses para lugares mais seguros ou do extermínio de grande parcela. Isso fica claro em entrevista de Casimiro O. dos Santos, morador da Linha Cachoeira, Chapecó, presente na obra de Telmo Marcon (2003) denominada Memória, História e Cultura.

Não faz muito tempo que esses bichos desapareceram, depois que derrubaram o mato. Foi de setenta pra cá, oitenta. Era tudo comum, o pessoal chegava lá no Bormann, lá do Chapecó e vinham fazê roça e derrubavam cinco, seis alquere de mato, má madeira, era uma injustiça, o prejuízo que houve aqui nessa área (MARCON *apud* SANTOS, 2003, p292.)

Sem a caça, o lavrador nacional obrigou-se a cada vez ter que adquirir mais gêneros através da compra, para isso necessitou procurar mais trabalhos subordinados diante dos colonos, transformando-se em um serviçal temporário, dado que esse não aceitava longo vínculo de trabalho devido a economia de subsistência existente em sua propriedade e a sua noção cultural de terra advinda dos seus antepassados indígenas.

Outro fato que proporcionou alteração na cultura do caboclo faz referência ao tempo cronológico, com a diminuição da produção devido ao tamanho diminuto da propriedade, a necessidade de trabalhar fora para incrementar a renda agrícola, diminuiu o tempo que o lavrador nacional possuía para sua família, para sua religiosidade, isso fez com que as relações familiares fossem se afrouxando, e a religiosidade fosse perdendo importância para o trabalho. Esse fenômeno é uma das características da modernidade não atingiu somente os caboclos como a maioria dos agrupamentos humanos, remodelando seu jeito de ser, isso fica claro na obra “Era do Vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo” do filósofo francês Gilles Lipovetsky (2005):

(...) à medida que as sociedades democráticas avançadas se desenvolvem, encontram sua inteligibilidade a luz de uma lógica nova, a qual denominamos de processo de personalização, que remodela continuamente e em profundidade o conjunto dos setores da vida social. (LIPOVETSKY, 2005, p.XV – XVI).

Essa remodelação colocada por Lipovetsky (2005) é o que aconteceu com os grupos de caboclos inseridos na lógica econômica dos colonos, o que persiste é o apego pela terra, podemos notar que todos os trabalhos subordinados são sazonais e não ocupam o lavrador nacional em tempo integral, o único trabalho em tempo integral é a agricultura de subsistência em suas próprias terras. Esse fator vai gerar críticas aos caboclos pelos colonos, que com o passar do tempo vão tornar-se estigmas, sobre esse assunto trataremos no quarto e último capítulo do presente trabalho.

4.7 A crise no ciclo da madeira: o fim da circulação das balsas

A circulação das balsas foi diminuindo exponencialmente desde o fim dos anos quarenta do século XX, motivada por secas periódicas como as relatadas no item 3.5 do presente trabalho, por impostos sobre o produto industrializado gerado principalmente pelo governo brasileiro, desacordos comerciais e principalmente pela crise econômica que atingiu a Argentina (principal compradora da madeira brasileira) naquele período.

Esta crise foi abordada na prestação de contas da Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai, datada de 31 de dezembro de 1949, porém, veiculada no jornal “A Voz de Chapecó”, no dia 26 de Fevereiro de 1950, onde é comunicado a todos os associados que praticamente não houve vendas de madeiras naquele recorrente ano.

Como já é do conhecimento geral o problema madeireiro nacional está a exigir solução mais atinente á capacidade de produção dos nossos estabelecimentos industriais. A crise ainda dominante no mercado internacional de madeiras fez-se sentir sôbre modo no Brasil e em especial na zona territorial desta Cooperativa que tem como mercado obrigatório para consumo da produção de seus associados, a república Argentina. As dificuldades de importação provenientes de situações peculiares á economia argentina, congestionaram os pontos de exportação de madeiras brasileiras, não tendo a Cooperativa feito qualquer exportação digna de menção, de vendas feitas no decorrer do exercício de 1949 (A VOZ DE CHAPECÓ, 1950, p. 03)

A diminuição drástica de áreas de corte devido ao esgotamento da madeira foi um dos fatores que fizeram com que a atividade entrasse em crise, mesmo com a obrigação do

reflorestamento postulada no artigo 2º, parágrafo III no decreto de lei 3.124 de 19 de março de 1941, que criou o Instituto Nacional do Pinho, órgão do Governo Federal que possuía o objetivo de defender “os interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho (...) representados no Instituto, os Governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (BRASIL, 1941).

Segundo o senhor Ervino Vieira, um dos últimos balseiros a trabalhar no traslado da madeira via Rio Uruguai, em entrevista cedida para o Jornal de Chapecó, da emissora Record, quando questionado sobre o desmatamento da região na época do ciclo da madeira, este enfatiza a existência da lei e o não cumprimento da mesma pelos madeireiros.

Não se tinha, era a lei do oeste, porque não tinha outra maneira de sobrevivência, inclusive tinha que tira a madeira pra fazê, hoje o que tem, o progresso de hoje, a agricultura, se você não tivesse tirado daí não tinha nada, tinha que te mata nativa, e tinha já uma lei do Instituto Nacional do Pinho pro reflorestamento, que daí tinha que corta e plantá, só que como hoje, que nessa era moderna não obedecem, imagina na época (Ervino Vieira, ex-balseiro. Chapecó, SC, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski)

Com o aumento cada vez maior do desmatamento, o Governo Federal foi fechando o cerco, até chegar à promulgação da lei 4.771 de 15 de Setembro de 1965, denominada de “Código Florestal”, que criou reservas florestais, reforçou o reflorestamento das áreas desmatadas pelas empresas que atuaram no mesmo, aumentou a fiscalização e principalmente limitou o raio de ação dos madeireiros.

Também, na década de 60 do século XX, instalou-se uma onda de modernização na República Federativa do Brasil, principalmente com o advento dos governos militares que pretendiam industrializar o país, levando às últimas consequências o projeto do capitalismo industrial.

Os governos militares adotaram um movimento político de duplo sentido: ao mesmo tempo em que suprimiam as liberdades democráticas e instituíam instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo, levavam à prática os mecanismos de modernização do Estado nacional, no sentido de acelerar o processo de modernização do capitalismo brasileiro. Em síntese: propugnavam a criação de uma sociedade urbano-industrial na periferia do sistema capitalista mundial, pautada pela racionalidade técnica (FERREIRA JR. BITTAR, 2008, 335).

Assim, em Santa Catarina novas estradas de rodagem foram construídas, a região oeste catarinense foi integrada aos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e a República Argentina, o que possibilitou o transporte da madeira via rodoviário, diminuindo vertiginosamente o traslado das mesmas via fluvial.

Não há muitos registros sobre o fim do transporte da madeira via Rio Uruguai, o que foi encontrado em nossa pesquisa referente diretamente ao tema está contido no jornal denominado “Folha do Oeste”, datado do dia 28 de Junho de 1969, que trata da visita ao município de Chapecó do coordenador do IBDF, o General Silvio Pinto da Luz, onde este é citado por conseguir verbas para a Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai em crise no ano de 1964 e por acabar com o transporte da madeira via fluvial.

Foi quem em plena crise madeireira, gerada com a enchente de 1964 abriu créditos especiais para salvar a economia madeireira da Cooperativa Vale do Rio Uruguai e posteriormente acabou com os prejuízos do transporte via fluvial, fazendo que a madeira destinada a exportação compradores via férrea e rodoviária (FOLHA DO OESTE, 1969, p.03).

Também, em entrevista o Sr. Ernesto Armanini, ex-funcionário da colonizadora Bertaso S.A, realizada em fevereiro de 2011, este enfatizou a abertura de novas estradas e a construção de pontes e ferrovias como um dos fatores para o fim do transporte via rio Uruguai, onde a madeira era levada até as cidades gaúchas de Erechim e Passo Fundo de caminhão e destas localidades em diante eram transportadas pela via férrea.

Assim, a partir desses fatores, os caboclos voltaram-se para o trabalho agrícola, onde complementavam a renda com trabalhos em outras plantações ou roçadas nas matas da região.

4.8 Da atividade agrícola ao ciclo da madeira

Como se pode ver no presente capítulo, o caboclo chapecoense tinha em sua produção agrícola o principal meio e sobrevivência, sendo que este era complementado pela renda advinda de trabalhos esporádicos no ciclo da madeira, que possibilitavam a

arrecadação de recursos para a compra de terras e mantimentos que não eram produzidos em suas terras como o café, sal, roupas, etc.

Ademais, o trabalho subordinado servia apenas para complementar a renda camponesa, dando a possibilidade de adquirir mantimentos que não eram produzidos na propriedade, porém, podemos ver que esta foi à primeira forma de inserção do caboclo da região de Chapecó no trabalho formal (relação patrão, empregado).

Também ficou claro que a relação hierárquica neste tipo de trabalho era explícita, de um lado havia os proprietários de madeiras e de outro os lavradores nacionais que trabalhavam informalmente, recebendo um valor fixo na entrega da madeira, esta relação era estritamente comercial.

Ademais, o fim do trabalho nas balsas aconteceu em meio à década de sessenta devido à onda de modernização da federação brasileira, onde estradas, pontes e linhas férreas foram construídas, possibilitando que a madeira fosse transportada por esses meios, onde o custo e a depreciação do produto eram menores.

Assim, no presente trabalho podemos notar que esta atividade era de suma importância para o município de Chapecó, dado que esta se apresentava como a principal atividade econômica do município, e também a que mais agregava pessoas em seu ciclo, ou em trabalhos fixos como também em esporádicos.

Para concluir, notamos que a partir da colonização de Chapecó e da consequente chegada das madeiras, diversos grupos de caboclos se veem obrigados a se adaptarem a essa nova realidade, assim esses mudam o seu jeito de ser, de entender o mundo, porém seu apego a terra não muda, esse “costume” parafraseando Edwar P. Thompson, faz com que o caboclo só trabalhe de forma sazonal em serviços remunerados, possibilitando a criação de representações sociais negativas sobre o seu jeito de ser pelos grupos de colonos que habitavam Chapecó, essa relação de representações simbólicas e geração de estigmas será tratada no seguinte e último capítulo.

CAPÍTULO V

A EXCLUSÃO SIMBÓLICA DO CABOCLO DURANTE O CICLO DA MADEIRA

A melhor maneira de dominar um povo, uma cultura distinta, é desapropriá-la de seus referenciais simbólicos constituintes, para isto utiliza-se a ferramenta do *estigma*¹⁸ que possui o objetivo de referenciar a cultura do outro como negativa em comparação a quem a referência, possibilitando a hierarquização e a dominação exponencial do outro.

Sabe-se que nas primeiras décadas do século XX devido à popularização dos meios de comunicação no Brasil, uma enxurrada de representações sociais negativas sobre o lavrador nacional foram veiculadas principalmente em jornais, em Chapecó não foi diferente.

Assim, as representações sociais que depreciavam o caboclo, como as descritas acima, iniciaram-se na região de Chapecó com o choque cultural entre os partícipes do processo de colonização (imigrantes europeus e seus descendentes) e os os caboclos e foram cristalizadas a partir das relações de trabalho entre colonos e caboclos no ciclo da madeira, esses fatos proporcionaram a criação de um imaginário local que estigmatizava a cultura dos já estabelecidos (caboclos) e que foi universalizada pelos os meios de comunicação, principalmente jornais.

Portanto, nesse último capítulo será abordada a discussão sobre as representações sociais e estigmas produzidos pelos participantes da fronteira agrícola sobre os lavradores nacionais, primeiramente em nível nacional e após em nível local, elencando as divergências e os conflitos ideológicos que estas geraram como também a universalização das mesmas pelos meios de comunicação.

Também veremos como esse imaginário foi aplicado “no seio” da sociedade chapecoense no início do século XX, quais os estigmas que geraram e principalmente quais as consequências que isso trouxe a população da região de Chapecó.

¹⁸ Estigma para as ciências sociais significa um valor permanente atribuído à cultura do outro, este é geralmente negativo e tem por objetivo a diferenciação e hierarquização entre as culturas.

5.1 A discriminação negativa

A estratégia da discriminação negativa foi aplicada em diversos contextos e em diferentes processos de colonização sempre com o mesmo objetivo: desconsiderar a igualdade do outro, rebaixando-o hierarquicamente para assim dominá-lo. Quando falamos em discriminação negativa nos referimos ao conceito criado por Castel (2008) em sua obra “Discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?” que quer dizer:

Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em favor da exclusão (CASTEL, 2008, p. 14).

Assim, quando uma característica depreciativa, um estigma é introduzido à identidade social de um grupo por alguém “de fora” com o objetivo de desgastar a imagem social desse grupo chamamo-la de discriminação negativa. Esse processo acarreta na perda da credibilidade do grupo afetado diante dos demais, o que leva o mesmo a distanciar-se ou na maioria dos casos adotar novos referenciais simbólicos para resgatar sua confiabilidade.

O processo de rebaixamento do outro que leva discriminação negativa também foi pesquisada por Bourdieu (2007), que o denominou de violência simbólica, que segundo este autor incorre no ato dos agentes imporem a sua visão de mundo, como única, esperando que o outro a adote, dois meios são utilizados para esse fim, o insulto e a nomeação oficial.

O insulto segundo Bourdieu (2007) consiste em denominar negativamente o outro, a partir de sobrenomes, calúnias, alcunhas, acusações, geradas a partir de comparações da cultura do grupo que quer dominar com a cultura do grupo a ser dominado, minando o seu jeito de ser, forçando-o a reconhecer-se como errado e a assumir as atitudes existenciais dos agentes do insulto.

Já a nomeação consiste no “acto de imposição simbólica que tem a favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica*” (BOURDIEU, 2007, p.146), ou

seja, a nomeação é a destituição de uma cultura de seu legado por meios oficiais como o estado, através de leis e decretos, logo, o grupo que consegue chegar ao poder e mantê-lo tem plenas condições de dominar os demais impondo o seu modo de ser e de agir.

Esta discriminação negativa do outro, parte do princípio que o agente discriminador entende-se como o ser de todas as ações, como o certo da história enquanto o outro, o diferente é considerado errado, o outro é a oposição do que o agente entende-se que é e este não o entende como igual. Sobre isso Zimmermann (1986) nos diz:

“O ser se diz de muitas maneiras”, diziam os antigos. Este princípio pode permanecer. Tomemos, por exemplo, a América Latina como ser a partir do qual se predica a alteridade. Analogicamente, agora, se poderá dizer o mesmo de um povo, de uma nação em relação a outra nação, de um grupo social em relação a outro grupo social. Isto implica na aceitação da finitude de todos os seres. Nenhum ser imanente pode ser predicado como ser absoluto, perfeito, já plenificado de qualquer forma. Muito menos teologicamente. Sempre que não virmos os seres assim, privilegiamos um em relação ao outro. Voltaremos a estabelecer o princípio ontológico da dominação e da superioridade de um sobre o outro, de alguém sobre alguém. Desta forma o primeiro será sujeito, o segundo o objeto”. (ZIMMERMANN, 1986, p.44).

Como podemos ver, Zimmermann (1986) acredita que quando o agente não compreende o outro como igual, este inicia uma relação de diferenciação que leva imediatamente a hierarquização visando à dominação, esta pode levar a exclusão do outro ou a cooptação, fazendo com que o predicado assuma como corretas as ações do sujeito e as adote para o seu meio.

No Brasil a política de diferenciação do outro, geralmente os estabelecidos pelos que vieram de fora, com o objetivo de colonizar, é recorrente desde a chegada dos portugueses em 1500, os primeiros a sofrer com esse fenômeno foram os indígenas que viviam aqui, também os negros trazidos para o trabalho escravo já chegaram nesse País com o *status quo* de diferente, aliás, isto foi o que proporcionou o seu estado de escravidão.

Já o caboclo, cultura decorrente da miscigenação entre as etnias que ocuparam o Brasil, também passou por esse estado de diferenciação devido ter adquirido os costumes das diversas culturas que o forjaram, tornando-se uma cultura híbrida, logo, diferente, como também devido a esse ocupar terras visadas por outras culturas que se utilizaram da discriminação negativa para grilá-las e utilizar a mão de obra desses indivíduos.

Logo, junto com a diferenciação vem o estado de estigmatização, que segundo Goffman (2008), visa deixar no outro uma marca permanente que o lembre em todos os momentos de sua condição de diferente, logo inferior. Essa condição se dá quando o agente da ação considera seu interlocutor (o outro) diferente, encaixando-o em alguma categoria depreciativa que será sempre lembrada quando esses atores tiverem relações sociais entre si.

Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram em uma categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejada – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande (...) (GOFFMAN, 2008, p. 12).

Goffman (2008) deixa clara a tendência de depreciação do outro em meio às relações sociais entre “estranhos”, principalmente quando a fonte de análise utilizada para compreender o outro baseia-se nos valores morais de quem interpreta as ações do outro.

Com a convivência estreitada entre os diferentes em razão de algum fato social que obrigue ambos viver em comunidade, existe uma forte tendência de surgirem tensões entre os povos distintos, logo, os estigmas podem servir como fundamento para atos que visem à coação e até a eliminação do outro.

Podemos ficar tentados a pôr a culpa pelas tensões entre os residentes antigos e novos num outro lado. Na verdade, no estado atual de nossas técnicas sociais, essas tensões eram o concomitante normal de um processo durante o qual dois grupos antes independentes tornar-se dependentes. Se considerarmos a configuração resultante da recém-criada interdependência, na condição de vizinhos e membros de uma mesma comunidade, de grupos que eram estranhos entre si, poderemos ver como teria sido difícil as tensões (ELIAS, 2000, p. 64).

Segundo Elias (2000), esse estreitamento forçado de relações entre populações diferentes possibilita o surgimento de tensões entre as mesmas, tensões essas, que acreditamos que culminarão com a subjugação e estigmatização de um dos grupos, no caso de Chapecó, os caboclos, assunto a ser abordado no próximo item.

5.2 A colonização e o início das tensões entre caboclos e colonos

Mesmo correndo o risco de nos tornarmos repetitivos, por motivos de organização lógica do trabalho e para melhor entendimento do leitor sobre o tema proposto realizaremos uma pequena digressão para o início da colonização de Chapecó (que já foi tratada nos capítulos anteriores), época em que acreditamos que surgem as primeiras tensões entre caboclos e colonos, para tratarmos da origem dos estigmas que serão mais tarde, durante o ciclo da madeira, agravados e cristalizados.

A primeira ocupação de Chapecó com não índios aconteceu por volta do século XIX, com a chegada de caboclos advindos de diversos locais como do estado do Rio Grande do Sul pela estrada que fazia a ligação entre as missões rio-grandenses e as feiras de Sorocaba, São Paulo, das fazendas de criar de Guarapuava, Paraná e Lages, Santa Catarina. Esses indivíduos foram atraídos pela possibilidade de viver da colheita da erva mate e do cultivo de pequenos roçados destinados à subsistência.

Com a criação da Colônia Militar de Chapecó no ano de 1882, em meio a um processo de litígio fundiário entre Brasil e Argentina os indivíduos que já habitavam a região receberam do Estado do Paraná, então detentor dessa região, títulos que legalizavam a posse da terra como afirma Renk (2006):

No papel, o detalhamento da colônia previa a distribuição gratuita dos lotes aos colonos e aos demais povoadores nacionais e estrangeiros (Art. 84, decreto 1.318/1854). Era aberta a possibilidade, as empresas que pretendessem povoar as terras devolutas nas zonas de fronteira, e imporem as suas custas os colonos nacionais e estrangeiros (RENK, 2006, p. 43).

Com o ganho de causa do Brasil diante do tribunal internacional que mediou o conflito, se iniciou um litígio entre os governos dos estados de Santa Catarina e Paraná sobre a posse das terras da região dos Campos de Palmas, que terminou em 1917, onde a região de Chapecó ficou sob a égide do estado catarinense, nesse mesmo ano são fundados os municípios de Chapecó e Cruzeiro (atual Joaçaba) como meio de reforçar a posse desse pedaço de chão por Santa Catarina.

Como consequência da inclusão de Chapecó e Cruzeiro no território catarinense, todos os títulos expedidos pelo governo paranaense sob essa região (inclusive os de terras)

perdem a validade e as terras tornam-se públicas, desde que o morador das mesmas as legalizasse, o que não foi o caso da comunidade cabocla que não recebeu essa informação.

A partir da década de vinte do século vinte, as terras da citada região foram comercializadas por diversas colonizadoras particulares que as obtiveram por compra de antigos estancieiros e por parcerias com o governo do estado (detentor da maior parte das terras), começa a odisseia dos colonos rio-grandenses rumo às terras catarinenses.

A chegada das colonizadoras e desses novos habitantes iniciou um processo de estranhamento entre colonos e caboclos, o complexo cultural dos novos habitantes que chegam era diferente do complexo cultural dos habitantes já estabelecidos, isso gerou tensões entre esses grupos distintos devido a essas diferenças.

Obviamente que o grupo que incluía as colonizadoras e colonos possuía maior poder devido a sua estreita relação com o estado e fez uso desse poder para impor sua visão de mundo, excluindo quem não se sujeitasse segundo Renk (2004).

Logo, os colonos se usaram de todos os modos possíveis para ocupar as terras e ocupar a mão de obra cabocla, do insulto e da nomeação, conceitos de Bourdieu (2007) citados no item anterior. Em estudo sobre as relações de poder entre já estabelecidos e os advindos de outra região, Norbert Elias (1990), entende que as relações de diferenciação são hierárquicas, e geralmente o agente que populariza a imagem negativa do outro se torna o vencedor do embate.

Assim, nesse âmbito reduzido, encontrava-se e, até certo ponto, aprendia-se a compreender uma ilusão de óptica que é característica da construção das imagens sociais de vários outros contextos sociais muito mais amplos: a imagem que os estabelecidos, os poderosos setores dirigentes de uma sociedade têm de si e transmitem aos outros tende a pautar na “minoridade dos melhores”, ou seja, tende para a idealização. A imagem dos outsiders, dos grupos relativamente pouco poderosos em comparação com os setores dos estabelecidos, tende a se moderar na “minoridade dos piores”, isto é, tende a estar denegrida (ELIAS, 1990, p. 56)¹⁹.

Ademais, no caso de Chapecó, a posse do poder econômico pelo grupo dos migrantes foi fundamental para o processo de estigmatização do caboclo, dado que a partir

¹⁹ No caso citado por Norbert Elias (1990) é inverso ao da nossa pesquisa, em Winston Parva, arredores de uma grande cidade suburbana da Inglaterra, os estabelecidos há muito tempo no local detêm o poder econômico e social, enquanto que os novos moradores são desprovidos de muitos bens econômicos e simbólicos e por isso são estigmatizados. Já o fenômeno estudado por nós na região de Chapecó, o grupo que detém o poder é o dos “vindos de fora”, logo esses criam uma imagem negativa sobre os estabelecidos que possuíam poucos bens materiais.

da posse dos meios de comunicação de massa como jornais e folhetins, a visão que os colonos possuíam dos caboclos foi divulgada para diversas áreas dentro e fora da região, popularizando uma imagem estigmatizada do lavrador nacional.

5.3 A repressão à religiosidade cabocla pelos ritos oficiais

Com a chegada dos colonos e principalmente com o início do processo de estranhamento entre caboclos e colonos, a discriminação negativa tornou-se frequente, alcunhas eram auferidas a determinados grupos, estigmas eram popularizados e principalmente a cultura cabocla era motivo de chacota e de ações negativas por parte dos colonos.

Logo, temos que compreender que esse colono a que nos referimos era geralmente de orientação religiosa católica ou luterana e entendia o caboclo como alguém sem instrução religiosa, por esse motivo adotou uma crença “errada”, logo acreditava ter a missão de evangelizá-lo, obviamente que devido ao clero diminuto existente esse processo foi demorado e exponencial e só foi incisivo a partir da década de 80 do século XX segundo Marcon (2003)

Assim, se iniciou um processo exponencial de desconstrução da religiosidade cabocla, primeiramente foi necessário eliminar os marcos simbólicos da religiosidade cabocla, o São João Maria e São José Maria foram considerados heréticos pelos padres católicos que atuaram na região e mais tarde foram se introduzindo os ritos tradicionais da Igreja como conta Renk (2004):

Uma prática que apontaria a distância entre o catolicismo antigo e o oficial está no batismo. Para os brasileiros, ele era realizado em casa, uma vez que “não era ainda a lei de batizar na Igreja”. No batismo de casa, no seu ritual, o principal papel cabia a “apresentadeira”. Com a “lei de batizar na Igreja”, este papel foi abolido, ficando unicamente os padrinhos. Logo após a colonização era comum o duplo batismo: o de casa e o da igreja. Esta prática foi combatida pelo catolicismo oficial, incentivando-se a realização do batismo só na Igreja nos primeiros dias de vida do batizando. A população adulta do Liberato foi batizada em idade adulta sob incentivo de uma professora italiana, que é madrinha de praticamente todos os “convertidos” (RENK, 2004, p. 56).

Uma prática religiosa comum aos brasileiros era a festa do Divino Espírito Santo, onde a comunidade cabocla se reunia e realizava uma procissão que passava de casa em casa reunindo donativos que após eram utilizados em uma grande festa comunitária como afirma Dorvalino Silvério, entrevistado para o projeto “Inventário da cultura Imaterial dos Luso Brasileiro no Oeste de Santa Catarina” do CEOM.

Passavam, se queria pedi uma fé, pra consegui a vitória, depois pegava um violão vinha a bandeira do Divino e saía, chegava aqui, pra pedi licença já ia rezando, cantando e rezando pedindo uma oferta e as pessoas davam o que podiam, o que queriam, daí saíam dali e iam para outra casa, era de casa em casa, depois se reuniam pra festa aí faziam o dia do Divino a festa.

(Dorvalino Silvério. Pioneiro caboclo, São Domingos, SC, 2010. Entrevista concedida a Mirian Carbonera e Ezequiel Listone)

Porém, quando o seu Dorvalino foi indagado sobre a continuidade da festa do Divino Espírito Santo, esse negou que essa ainda exista na comunidade. Assim, podemos analisar que a festa religiosa passou pelo mesmo sistema de enquadramento como o batismo caboclo, sendo abolida exponencialmente pelos ritos oficiais e tornando-se uma memória de um passado longínquo que não irá ter retorno.

Ademais, marcos físicos como os oratórios, imagens de São João Maria e demais artefatos que explicitassem a religiosidade cabocla foram parcialmente eliminados e substituídos por elementos das crenças oficiais como crucifixos, imagens de santos oficiais da igreja católica, bíblias, etc., isto possibilitou na perda de referências palpáveis para o fiéis o que enfraqueceu ainda mais o catolicismo popular caboclo.

Na região, a chegada dos colonizadores trouxe consigo a implantação do Catolicismo oficial, praticado por boa parte dos colonizadores, com seus dogmas e ritos institucionais, nos quais a tendência foi de renegar práticas e santos da religiosidade praticada pelas populações locais. Esta, embora permeada de vários elementos católicos, dava grande margem a presença do maravilhoso, do fantástico e do milagre, identificava práticas presentes em outras matrizes religiosas, africanas e indígenas. Foram comuns as derrubadas de capelinhas de santos da piedade cabocla, como São Jorge e São Sebastião, substituídos por santos mais cultuados entre os descendentes de italianos, como Santo Antônio, por exemplo (MARQUETTI; SILVA. 2011, p.559)

A derrubada de capelinhas e a substituição de santos da crença cabocla foi uma tentativa de apagar um referencial dessa população, dado que segundo Tedesco (2004) as

representações físicas, monumentos, trazem consigo a memória coletiva de um povo que muitas vezes é agregadora, logo, o apagar dessa memória possibilita que esse povo se desmobilize mais facilmente.

Os monumentos são sempre mediadores de memória. glória, fama, alegoria, valor cultural, social e político, histórico, controle social, poder, regionalismo, aspirações políticas... são algumas das expressões mediadas pelo monumento de memória (TEDESCO, 2004, p. 79)

Assim, esse processo de desconstrução e enquadramento foi incisivo e não era rara a geração de ressentimentos entre os indivíduos que levaram esse processo em frente e os atingidos pelo mesmo, porém podemos ver que esse processo de enquadramento foi eficaz, dado que muitos referenciais simbólicos da religião cabocla foram abandonados e referenciais dos ritos oficiais foram em contrapartida adotados.

5.4 O Jeca Tatu e a discriminação negativa dos caboclos

Para iniciarmos a análise da influência dos meios de comunicação na exclusão simbólica do caboclo, precisamos primeiramente discorrer sobre a teoria do discurso, pois o que é a imprensa, os meios de comunicação, se não, discursos proferidos por alguém, transmitidos aos demais por meio de alguma tecnologia. Por tanto aqui se considera a mídia como um meio de veicular a locução de alguém a um grande número de pessoas.

Ademais, quando se fala em discurso, tem-se que lembrar que este pode ser um meio de relatar acontecimentos, demonstrar pontos de vista, mas também de mascarar eventos e posições políticas/ideológicas. Tem-se que lembrar que desde os sofistas²⁰ na Grécia Antiga o discurso não tem a obrigatoriedade de exprimir a verdade ou caracterizar os acontecimentos no tempo e no espaço, por isso, pode-se dizer que através da linguagem pode significar e resignificar eventos conforme a nossa necessidade.

²⁰ Corrente de pensadores gregos que objetivavam o ensino do bem falar, de comunicar-se com as pessoas, sem obrigação com a verdade, seus principais eram Górgias (sec. V a.c), Pródico (sec. V a.c) e Protagoras (sec. V a.c)

Para Foucault (2007), sobre a resignificação de acontecimentos através do seu locutor existe um desnivelamento e “tal desnivelamento seria o sinal de que se buscava nesse gênero de discurso, não mais dizer a verdade, mas impedir que ela se reproduzisse nele” (FOUCAULT, 2007, p. 63), assim o discurso pode servir como meio de distorcer ou alterar um fato visando que este beneficie o narrador de alguma forma.

Também a narração de um fato carrega sobre si inclinações e ideologias de quem o narra, a neutralidade é uma fábula que ficou velha e empoeirada como a maioria dos ideais cientificistas do início da idade moderna, logo, segundo Benjamin (1983), a narração não transmite o “ouro em si”, ela é a visão de alguém sobre alguma coisa, é a interpretação de uma pessoa sobre determinado fato.

A narrativa, da maneira como prospera longamente no círculo do trabalho artesanal – agrícola, marítimo e depois urbano – é ela própria algo parecido a uma forma artesanal de comunicação. Não pretende transmitir o puro “em si” da coisa, como uma informação ou um relatório. Mergulha a coisa na vida de quem relata, a fim de extraí-la outra vez dela. É assim que adere à narrativa a marca de quem narra, como a tigela de barro a marca das mãos do oleiro. (BENJAMIN, 1983, p.63)

Ou seja, o que Benjamin (1983) quer dizer é que a narrativa de um acontecimento ou de uma história chega ao interlocutor a partir da interpretação, do modo de compreender o mundo de quem a relata, logo, quando um acontecimento é veiculado por diversas fontes existe a possibilidade de uma grande distorção sobre o verdadeiro fato.

No Brasil, com a popularização dos meios de comunicação no século XX, diversas obras surgiram reproduzindo a teoria da diferenciação entre os de fora (europeus e descendentes de europeus) sobre as etnias e culturas que não fossem homogêneas as suas, o caboclo foi uma das culturas que teve representações sociais negativas veiculadas por esses meios.

Segundo Zarth (2002), diversos escritos surgem denominando o caboclo de forma negativa no Brasil, muitas dessas obras inclusive eram consideradas científicas.

Outra interpretação bastante difundida é aquela que define o caboclo como vadio e vagabundo, que, de certa forma, segue os fundamentos das teses racistas. Tomamos como exemplo, a obra de Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*, na qual o autor afirma convicto que, desde a ocupação do Brasil, a

ociosidade e a vagabundagem eram comuns no “baixo povo rural” [...] (ZARTH, 2002, p. 161).

Também ao estudar as zonas pioneiras no Brasil, o geógrafo Leo Waibel, trata toda população que não era agricultora como não pioneira, ou seja, caboclos, indígenas e negros, não possuíam potencial produtivo. Para Waibel (1979), grande parte da área nacional estava desocupada ou na mão de “intrusos” (1979, p. 279), o que deixa claro o desprezo do autor por esses grupos.

Na área literária a figura do Jeca Tatu, personagem do livro “Urupês (1914)” de Monteiro Lobato reproduzia a ideologia negativa sobre o lavrador nacional, taxando o seu modo de vida como atrasado e resultante da preguiça que este possuía claro que o que Lobato reproduzia não era nada novo, a gênese dessas representações encontrava-se no estranhamento dos europeus, advindos de localidades onde as relações capitalistas estavam extremamente desenvolvidas, com o caboclo que vivia da subsistência.

Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade! (...) Jeca Tatu é um piraquára do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie. (...) Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive a beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. (...) Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se. É de vê-lo surgir a um sitio novo para nele armar a sua arapuca de “agregado”; nômade por força de vagos atavismos, não se liga à terra, feito o que, salta para diante com a mesma bagagem com que ali chegou (LOBATO, 1978, p. 141-148).

Obviamente que temos que lembrar que o narrador não é alguém neutro, desprovido de opiniões como afirma Benjamin (1983), por isso não podemos esquecer que Monteiro Lobato era fazendeiro, dono da fazenda Buquira, no Vale do Paraíba – São Paulo, logo esse possuía a visão de um típico fazendeiro do início do século XX. Monteiro Lobato herdou a fazenda de seu avô, Visconde de Tremembé, participe da coroa portuguesa no Brasil, o que nos trás mais elementos para analisar a origem desse preconceito, dado que os partícipes da coroa portuguesa possuíam preconceito com qualquer um que não fosse nobre.

Na carreira de Monteiro Lobato, primeiramente a figura do caboclo foi tratada a partir de suas relações sociais, na figura do Jeca Tatu, este autor acreditava que o lavrador

nacional portava-se como um parasita, não plantava nada, passava o dia sentado fumando seu cigarrinho.

Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia e de vários filhinhos pálidos e tristes. Caipira de barba rala e calcanhares rachados, pois não usava sapatos, era pobre, ignorava os hábitos de higiene urbanos. Morava na região do Vale do Paraíba (SP) (QUEIROZ, SILVA, FOX, MENDES, WILLIE, MACIEL, 2009, p.02).

Após isso, seduzido por uma proposta comercial, Monteiro Lobato mudou seu discurso, a partir desse momento o caboclo tornou-se vítima de enfermidades que o deixavam “preguiçoso”, sem disposição para nada, essa preguiça do caboclo descrita por Lobato (1978) foi utilizada para campanhas publicitárias dos remédios do Laboratório Fontoura, principalmente os tônicos que prometiam curar as pessoas do seu estado anímico, tornando-os indivíduos saudáveis e participativos.

A figura do Jeca Tatu “caiu como uma luva” para a campanha publicitária dos tônicos Fontoura, logo ficou tão conhecida que ganhou um almanaque contando sua história, da agrura no campo a recuperação após a ingestão dos produtos atrelados ao laboratório.

Figura 12 - Almanaque dos Laboratórios Fontoura



Fonte: Almanaque Biotônico, 1935. p 04.

Esse imaginário perpetuado pela mídia colocando o lavrador nacional como “vagabundo” e “sem instrução” fez com que as interpretações que antes eram típicas de locais, onde a cultura dos de fora se confrontou com a cultura dos caboclos fosse irradiada através dos meios de comunicação, fazendo que o lavrador nacional, fosse pré-julgado nas longínquas localidades que as mídias podiam alcançar, influenciando nas opiniões de seus leitores.

5.5 O jornal “A Voz de Chapecó” e a figura do caboclo chapecoense

Nesse tópico vamos discorrer como a mídia impressa foi utilizada em Chapecó como arma de propagação de poder do grupo dos favorecidos economicamente (colonos empreendedores), diante os já estabelecidos (caboclos), que foram denominados como “sem cultura”, argumento que serviu como fundamento para a exclusão simbólica do lavrador nacional, quando este foi considerado não civilizado.

A imprensa escrita inaugurou suas atividades na região de Chapecó na data de três de maio de 1939, tendo como seus fundadores o Coronel Ernesto Francisco Bertaso (dono da colonizadora), o juiz de direito Antonio Selistre de Campos e o advogado Vicente Cunha, no formato de um jornal periódico denominado “A Voz do Chapecó” e em seus primeiros números claramente expunha a ideologia dos colonizadores e colonos que eram predominantes economicamente na região como também o compromisso com a ideologia homogenizadora do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Tal discurso encontrou ressonância na sociedade chapecoense através de um grupo de homens, entre eles o Coronel Ernesto F. Bertaso, o juiz Antônio Selistre de Campos e o advogado Vicente Cunha, que, comprometidos com a implantação desta nova ordem no município, sentiram-se instigados a fundar, no dia 3 de maio de 1939, o jornal “A Voz de Chapecó”. (PETROLLI, 2006, p.9).

O jornal a “Voz de Chapecó” demonstrou-se totalmente ideológico, sendo que seus criadores expunham claramente seu desejo de ensinar a população local “noções de ciências, de artes, de higiene, de estatísticas bem como de exigências fiscais, de

modificação na legislação e o que for ocorrendo no comércio, indústria, inclusive agricultura (...)” (A VOZ DE CHAPECÓ, 1939, p.1).

Os artigos do citado jornal também passaram a divulgar abertamente críticas sobre o caboclo, o que não era anormal na imprensa brasileira, exaltando o empreendedorismo dos colonizadores e colonos e colocando o caboclo como ser, não civilizado, deixando-o em um patamar abaixo do colono e, principalmente, fundamentando a sua exclusão econômica e social.

Obviamente como vimos em Benjamin (1983), uma narração, um conto, sempre carrega a ideologia, o modo de ser de quem o escreve, logo o jornal “A Voz de Chapecó”, repassava as “opiniões” que seus donos e colunistas possuíam dos fatos relatados e dos personagens abordados em suas crônicas.

Assim, segundo a ideologia exposta nos escritos do jornal “A Voz de Chapecó” o caboclo se autoexcluía, motivado pelo seu complexo cultural, onde este não possibilitava o apego material e a não fixação em um lugar por muito tempo, dando ao caboclo o caráter de nômade.

PROVISÓRIO

Um dos grandes inconvenientes para que o nosso caboclo acumule bens é a sua falta de estabilidade e persistência nos lugares onde se estabelece.

Pela ausência de preparo ou orientação começam sempre mau. De início se estabelecem em terras de propriedade do Governo ou de terceiros sem a preocupação firme de adquiri-la.

Na expectativa de que um dia para o outro seja despejado e obrigado a abandonar a sua moradia, não se importa com o futuro, por isso tudo quando faz é visando proveito rápido.

Planta hoje, para colher amanhã e constrói o rancho, cercados, galpões, tudo provisório, assim agindo não por preguiça, mas por ausência de orientação e certeza que venha a lhe pertencer futuramente tudo o que fez com o suor do seu trabalho. Esta é a regra geral, porém para confirmá-la existem exceções, isto é, caboclos indolentes, malandros, vadios que sob o pretexto da terra não os pertencer não a cultiva, não trabalha e vive miseravelmente.

Quando estava exercendo o cargo de sub-delegado do distrito de Caxambú, o sargento *Correia*, em um dia de feriado resolveu caçar (...) embrenhou-se mato a dentro, subindo encostas, atravessando arroios, quebrando taquaras e atirando em todo animal de caça que encontrava.

Estava o sol a pino, quando satisfeito com a jornada empreendeu o regresso, e de volta, cansado da caminhada, suarento, passando nas proximidades de um rancho, ali, chegou de propósito para descansar.

O dono da moradia, um caboclo forte a maduro, estava sentado sobre um grosso tronco de pinheiro caído sobre o terreiro do casebre meditando com seu “palhinha” preso nos maxilares recebeu o visitante amavelmente.

Notou o sargento Correia durante a conversação que a preguiça dominava aquele sertanejo, pois embora de ótimas qualidades fosse a terra e estivesse ali aquele tronco de pinheiro caído, coo que enviado pela providência para ser aproveitado, a plantação era ínfima e o rancho de pau a pique, coberto de folhas de Palmeira.

No decorrer da conversação interpelou o visitante ao morador:

- Por que o senhor não aproveita esse pinheiro para tirar taboinhas para cobrir a sua casa?
- Eu tô aqui meo provisório; retrucou o caipira.
- A quanto tempo mora aqui?

O caboclo calmamente tirou a palhinha do queixo, cuspiu de guascaço, meditou um pouco e respondeu com naturalidade:

- Tô parando aqui já vai pra vinte e oito ano.

A. PARANÁ

(PARANÁ, A. Provisório. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, ano VII, Nº108, p. 07, 18 de agosto de 1946).

A “descrição” contida no Box acima demonstra o imaginário dos colonizadores, donos do jornal. Acredita-se que um dos motivos que originou esse imaginário foi o choque cultural entre colonos empreendedores e caboclos, como também o não entendimento dos costumes, da cosmovisão do outro, sendo recorrente nestes relatos por parte dos “colonos” a noção de que o modo de vida caboclo era fruto da falta de orientação e que este necessitava de “ajuda” para ser orientado, colocando o colono em uma posição superior, utilizando amplamente esta como “arma” para criticar o modo de vida caboclo e fundamentar a ação de grilagem das terras que estavam em posse daquela população.

Assim o que até então eram representações orais, passam ao campo do simbólico quando da publicação destes artigos, ganhando o status de verdade, fomentando a criação de estigmas sobre os grupos de caboclos, fundamentando o processo de exclusão que este vinha sofrendo por parte dos novos habitantes, como também criando a imagem de que o caboclo não possuía apego ao trabalho devido a este apenas trabalhar de forma subordinada sazonalmente.

É importante neste momento também compreender que como já foi abordado, os meios de comunicação não são apenas reproduções da realidade, mas sim, são carregados de ideologia e representam as ideias de quem os controlam, logo, “é absolutamente ridículo, como fazem determinados jornais, afirmar, até mesmo em editoriais, sua neutralidade, ou objetividade” (GUARESCHI, 2005, p. 69-70); ademais, o periódico “A Voz de Chapecó”, representava a ideologia da classe dominante, pois tinha como um de seus proprietários o dono da colonizadora, que se utilizava deste como meio de fundamentar as ações de sua empresa, como também promover a sua imagem.

Outro exemplo que deixa claro os objetivos da colonizadora, quanto à comunidade cabocla, implícitos no jornal, se encontra no artigo denominado “Mecê”, onde se faz uma comparação entre o caboclo do interior e o caboclo do Litoral, colocando que o situado no interior é muito mais perspicaz do que o daquela localidade, devido a sua característica nômade, assim, mascaradamente passando a responsabilidade pela exclusão dos caboclos de suas terras ao complexo cultural destes indivíduos, mascarando o processo de exclusão social que vinha acontecendo durante a colonização, o artigo na íntegra está descrito no Box a seguir.

MECÊ

Razões por certo existem para o nosso caboclo do interior ser mais ativo, esperto e desembaraçado do que seu patrício habitante do litoral. Esse fica radicado no lugar onde nasceu, daí se afastando raríssimas vezes, porquanto o seu habitat é riquíssimo em frutas e peixes.

Aquele, isto é, o do interior, quasi sempre leva uma vida nômade, transferindo sua residência inúmeras vezes, conhecendo os novos horizontes, novas cidades e por isso mesmo é mais perspicaz, mais conversador, embora reservado e inculto.

Nem sempre, porém o granfino dos grandes centros, principalmente o carioca, habitante da mais bela cidade litorânea, conhece essa riqueza de espírito do nosso caboclo.

Em consequência desse juízo, é comum saírem vencidos em trocas de pilherias como presenciamos há dias numa cidade.

Um jovem, vindo do Rio, encontrava-se em frente ao prédio do cinema local em companhia de alguns conhecidos (...)

Exibia o moço as habilidades do seu cão policial (...) quando foi interpelado pelo matuto:

- Como é o nome do cachorro seu moço?

O rapaz para fazer espírito respondeu:

- O nome dele é Mecê.

Nesse instante surge no local uma bela cadela policial de propriedade de um transeunte tendo o nosso caboclo com o ar mais sério deste mundo, apontado para o animal que chegara e perguntado para o moço do Rio de Janeiro:

- Essa cadelinha é a mãe de Mecê?

A. PARANÁ

(PARANÁ, A. Mecê. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, ano VII, N°97, p. 08, 20 de junho de 1946)

Fica claro que a partir do embate cultural, do estranhamento entre complexos culturais, as partes utilizam diferentes armas para sobrepor-se ao outro, porém o grupo com hegemonia econômica se utilizou da arma mais efetiva quando se trata de tornar representações simbólicas em “verdade”, ou seja, o poder midiático que neste caso teve como objetivo fundamentar a exclusão da comunidade cabocla de suas terras, colocando o nomadismo como sendo algo cultural do caboclo, criando um estigma de povo que não valoriza o chão em que está e muito menos o que se pode produzir nele. Este discurso perpassa gerações e ainda é proferido contemporaneamente quando do conflito entre alguém de origem com algum membro desta comunidade.

Assim, pode-se notar que a estratégia de se utilizar a mídia foi um dos pontos principais para a fundamentação teórica da exclusão dos caboclos pelas colonizadoras, criando uma imagem de nômade e reforçando o seu desapego pela terra, tendo o colono “carta branca” para expulsar o caboclo do pedaço de chão em que se encontrava utilizando de meios diversos, desde a ordem jurídica de despejo até o conflito armado.

5.6 As relações sociais entre caboclos e colonos no ciclo da madeira

Com a inserção do lavrador nacional no ciclo da madeira os conflitos aumentaram exponencialmente devido a relação monetária envolvida e principalmente a proximidade física, até então a relação entre esses dois grupos era impessoal, o colono contratava o serviço e o caboclo o realizava, com a expansão do ciclo da madeira ambos foram colocados no mesmo ambiente de trabalho, confrontando seus modos de ser.

Esse fato propiciou um terreno fértil para a geração de alcunhas negativas, era frequente o colono queixar-se da indolência ou “falta de voia” (vontade) do caboclo nos serviços contratados e principalmente de que os membros deste grupo não se mantinham empregados em local algum, estavam sempre “pulando de galho em galho”, eram “preguiçosos”, “vadios”.

No lado da comunidade cabocla a queixa era voltada a remuneração recebida pelos serviços prestados, frequentemente reclamavam que estavam sendo “logrados” pelos contratantes, como também que os colonos queriam ensiná-los como trabalhar, geralmente

desentendiam-se com os mesmos abandonando o local de trabalho, retornando a propriedade até que outro serviço surgisse.

Esses conflitos aparecem no depoimento de José Inácio, antigo trabalhador do ciclo da madeira de Guatambú, antigo distrito de Chapecó, que relata uma situação em que este iria abandonar o serviço e os patrões lhe chamaram de volta para posteriormente lhe “passarem a perna”.

(...) quando souberam que eu ia saí me chamaram e me puzeram na serraria, lá no cascavel, é, ali no cascavel tinha o serrador dele que compro uma serraria, tocada a água, daí me levo pra lá e me subiu mais um poco, daí não me acertei co loco, co sócio dele que é ermão dele né, eu tava no mato e eles quiseram me passa a perna, eu era meio violento né, não aguentei disaforo, ele foi que vinha tirando os boi pra larga pra otro patrício dele né, e eu compreendi a pronuncia dele, (...) daí um dia cheguei disse não vo trabaia mais, arrume minha quantia que eu vô imhora (...) (José Inácio. Antigo trabalhador do ciclo da madeira, Guatambú, SC, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski.)

Quando José Inácio fala em “subir um poco” este refere-se a subir de cargo na empresa e receber uma remuneração melhor, porém esse entrou em desacordo com o patrão e preferiu manter-se no mesmo patamar de antes.

Outro ponto que a narrativa de José Inácio aborda, é o aparecimento de um “patrício”²¹ do dono da serraria, que foi prontamente prestigiado pelo mesmo, reforçando a diferenciação entre caboclos e colonos. Como podemos notar, assim que surgiu alguém da mesma etnia que o colono empreendedor, o caboclo era excluído, sentindo-se diminuído ao outro indivíduo.

Outro ponto que propiciou conflitos durante o ciclo da madeira entre colonos e caboclos era a diferenciação entre melhores serviços e piores serviços, quando questionado sobre essa remuneração o antigo balseiro Noel Elesbão da Luz nos relatou o seguinte:

Argum ganhava mais, argum ganhava menos (...) os que tinha mais prática, serviço mior e os que não tinha prática.(...) Ah, as veis a gente recramava, daí eles contavam as ladainha deles. Não dava pra paga mais (Noel Elesbão da Luz. Antigo tabalhador do ciclo da madeira, Guatambú, SC, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski)

²¹ Patrício significa alguém da mesma origem étnica.

Ademais, do lado dos de origem, ou seja, o colono nutria a crença que o caboclo por natureza era ingênuo, sem instrução, assim, era considerado alguém incapaz de tomar suas próprias decisões, o que o tornava não digno de confiança, pois, era difícil prever qual a posição que esse indivíduo tomaria em um possível conflito ou desentendimento, como é salientado no trabalho de Marquetti (2009), onde esse autor cita um processo crime em que as testemunhas eram caboclos e o então juiz não os aceitou como tais, em virtude das pessoas desta estirpe não carecer o sentimento de retidão moral.

O juiz A. S. de C., citando o sociólogo Oliveira Viana, o qual classifica como “notável escritor brasileiro”, registrou, no Processo nº 6452, que ele, “estudando o caráter da classe de indivíduos a que pertencem as cinco primeiras testemunhas, que deram seus depoimentos (...), faz ver que, em geral, são pessoas a quem falece a noção de responsabilidade moral e não hesitam em se submeter a sugestões alheias, até com sacrifício da própria dignidade, o que fazem, às vezes, inconscientemente”. As testemunhas a que se referiu o juiz eram caboclos que viviam na região e que trabalhavam para o acusado, o que o juiz considerou que poderiam estar sendo pressionadas pelo patrão, ou simplesmente, querendo defende-lo (MARQUETTI, 2006, p. 326).

Essa noção do caboclo como sendo um indivíduo ingênuo possibilitou também que pessoas agissem de má fé, tentando aplicar golpes tanto financeiros como patrimoniais, o que acirrou ainda mais os desentendimentos entre caboclos e colonos, criando ressentimentos entre a comunidade de lavradores nacionais sobre os colonos.

Assim criaram-se dois campos de representações, de um lado estavam os colonos que acreditavam que os caboclos eram preguiçosos, indolentes e ao mesmo tempo ingênuos e de outro os caboclos que acreditavam que os colonos eram exploradores e não possibilitavam relações amistosas devido a sua ganância por lucros. Essas representações possibilitaram que cada vez mais colonos e caboclos entrassem em conflitos de origem simbólica, criando estigmas e representações sociais sobre o outro.

5.7 As mudanças na cultura cabocla: temporalidade, religião e trabalho

A partir da colonização e do ciclo da madeira diversas mudanças na cultura cabocla aconteceram devido à necessidade de sobrevivência desse povo diante dos colonizadores, porém elencaremos as três mudanças que consideramos mais aparentes, logo para discutirmos essas mudanças primeiramente é necessário caracterizar o caboclo que habitava a região de Chapecó no período da colonização.

Assim, o caboclo que vivia na região de Chapecó no início do século XX, foi caracterizado nessa pesquisa a partir das entrevistas com fontes orais assim como do levantamento bibliográfico e documental. Logo a imagem formada foi de um agrupamento de indivíduos de origens diversas, geralmente tropeiros ou descendentes desses, que vivia da agricultura de subsistência, plantando os gêneros possíveis de se produzir na região como aipim, milho, feijão, criando suínos e alguns bovinos, principalmente gado leiteiro.

Ademais esse indivíduo ocupava terras que acreditava serem suas (alguns possuíam títulos de posse da antiga Colônia Militar de Chapecó), e devido à extensão das terras em que sobreviviam e do pequeno contingente de pessoas que lá viviam geralmente não as cercavam.

A sua religiosidade consistia no catolicismo popular que é um híbrido da religiosidade dos diversos povos que habitaram o Brasil (principalmente das diversas etnias indígenas e dos portugueses) com uma inclinação muito forte ao messianismo, sempre lembrando que esses não tiveram acesso a nenhuma religião oficial devido à inexistência do clero nessa região no final do século XIX, início do século XX, o que esses conheciam da religiosidade os foi repassado pelos antepassados ou por monges que desbravavam o sertão atrás de fiéis.

Também, devido ao abandono da região pelas autoridades nacionais esse caboclo tornou-se autossuficiente, plantava seu próprio alimento, utilizava-se dos saberes advindos dos antepassados (rezas e benzimentos) para realizar o tratamento de pessoas enfermas, construía sua moradia com os materiais disponíveis na natureza.

Com a chegada da colonização houve a repressão do jeito de ser do caboclo pelos colonizadores o que fez com que esses indivíduos abandonassem ou alterassem alguns aspectos da sua cultura com o objetivo de adaptar-se a nova realidade imposta pelos colonos, estigmas e representações sociais foram utilizados como armas para forçar o

caboclo a mudar o seu jeito de ser, isso gerou no caboclo um sentimento de revolta que fez com que esses dividissem o tempo em dois: os tempos de antes (antes da colonização e dos colonos) e os tempos de depois (pós-colonização, tempo da repressão).

5.7.1 Os tempos de antes e os tempos de depois

Ao entrevistar os caboclos que participaram ativamente do ciclo da madeira e também da colonização para nossa pesquisa notamos que em sua maioria esses indivíduos utilizam uma nomenclatura própria para dividir o passado, “os tempos de antes” e os “tempos de depois”, ou seja, antes da colonização e pós a colonização.

É notável que ao referir-se aos “tempos de antes” há uma idealização, como se todos os acontecimentos antes da colonização fossem benéficos e a realidade daquela época fosse a melhor possível, a esse aspecto Renk (2004) já se referia.

Para os brasileiros o período anterior à colonização é representado como um passado idealizado, um paraíso perdido, um tempo de fartura, de saúde, de riqueza, de posses, de abundância de terras, das itinerâncias, da religião do (monge) São João Maria, das rezas fortes, da alegria e da solidariedade. Enfim, uma ordem que foi interrompida com a colonização, desestruturando o modo de vida e as bases morfológicas desse grupo (RENK, 2004, p.29).

Logo, esse passado glorioso é interrompido pelo processo de colonização que dá início a novos tempos, ou seja, os “tempos de depois”, um tempo onde as coisas começaram a ficar difíceis, onde se trabalhava muito e se recebia pouco, onde a terra para o plantio era escassa e ruim, onde o caboclo teve que trabalhar para o colono para sustentar sua família, onde o caboclo sofreu para permanecer vivo.

As complicações para manterem-se nas terras são ainda lembradas, os “tempos de depois” surgem na memória dos caboclos trazendo ressentimento e tristeza, dado que esta foi uma época complicada e violenta, onde muitos tiveram que se sujeitar a outro modelo de vida que exigia mais e remunerava menos.

As memórias dos caboclos têm outras referências e, por isso, acentuam as experiências de sofrimento e denunciam o medo, as práticas de violências e as dificuldades que tiveram para permanecer na terra. Enquanto o discurso hegemônico se fundamenta nas noções de progresso e desenvolvimento (...) (MARCON, 2003, p. 97).

Essa referência ao tempo pós-colonização como sendo um tempo de incertezas e sofrimento é corriqueiro quando se fala na população cabocla dado que a necessidade de fontes complementares a produção de subsistência era cada vez maior e os serviços disponíveis eram extremamente “pesados” como descreveu Pedro Alves Killiam sobre o trabalho nas balsas:

(...) era um serviço meio brabo, mais naquele dia era de muito sofrimento, mais dava pra viajar e naquele tempo pra se ganhar o dinheirinho era muito custoso, então aí a gente ganhava um dinheirinho meio...(Pedro Alves Kilian. Antigo trabalhador do ciclo da madeira, Chapecó, SC, 2010. Entrevista concedida a Arlene Renk e Caroline Tedesco)

Logo a realidade do caboclo era bem diferente da realidade dos colonos que muito lucraram nessa época principalmente com a indústria madeireira, por isso na história oficial do município esse tempo é referenciado como um tempo de progresso, já para o caboclo, o “tempo de depois” é referenciado como uma fase cheia de incertezas, de insegurança, de serviços pesados e remuneração escassa, de dificuldades para a sobrevivência e de muitos sacrifícios.

5.7.2 O enquadramento da religiosidade cabocla

Devido aos diversos ataques realizados pelos colonos como também a chegada dos cleros católicos, luteranos e demais protestantes, a religiosidade cabocla (catolicismo popular) sofreu um processo de enquadramento, ou seja, foi substituída exponencialmente por outras religiões como um meio de impor o modo de vida dos imigrantes. Dentro desse contexto muitos caboclos migraram para o catolicismo ou tornaram-se evangélicos.

Sobre esse tema refere-se Renk (2004):

O catolicismo italianizado, além da imposição de leis, como a de batizar na Igreja, representou a abolição de outras práticas tradicionais, como a “recomendação das almas na quaresma”, do terço cantado, das rezas antigas. Da mesma forma, não há mais espaço para as festas gratuitas, como a mesada dos inocentes, Bandeira do Divino e São Sebastião. O clero de descendentes de europeus, que substituiu os monges, introduziu novas rezas, deixando de lado as antigas (RENK, 2004, p. 68-69).

A conversão dos caboclos as instituições religiosas oficiais foi realizada de forma exponencial, porém organizada, diversos sacerdotes vieram para substituir os monges que eram considerados heréticos pela Igreja católica, introduzindo a crença em novos santos como Santo Antonio e São Pedro.

Ademais a educação dos mais novos passou a ser ministrada pelo clero, praticamente todas as instituições de ensino eram confessionais e possuíam em sua grade a disciplina de ensino religioso, que era voltada aos dogmas das instituições oficiais, excluindo outras crenças, como também enfatizando que qualquer crença não estudada na disciplina era errada.

As ações dos praticantes também eram controladas através da educação. Padres da ordem dos Franciscanos Maiores prestavam serviços no ensino primário em Chapecó, além de ministrar o ensino religioso através da formação de conselhos de amigos e pais de alunos. Também exercia influência junto às autoridades públicas para criação de maior número de escolas, como forma de propagar a ideologia do catolicismo oficial (DMITRUK, 2008 p.49)

A conversão continua entre os mais velhos ainda hoje, muitos caboclos converteram-se a crenças de orientação evangélica, o que acabou acarretando na perda dos ritos do catolicismo popular e na contínua transformação da cultura cabocla, muitos hoje trocam de religião sem motivo aparente, diferentemente da época da colonização como foi confidenciado por Feliciano Aires ao “Projeto da Cultura Imaterial dos Luso Brasileiros no Oeste de Santa Catarina”, quando esse foi questionado sobre a motivação de sua conversão:

Mais não sei até porque foi né (Risos), me deu na ideia né, ela mudô de religião também né, mais eu foi anos pra troca de religião né (...) mais eu acho que é melhor (...) É melhor porque a gente não bebe, não vai em fara, não vai em baile

(Feliciano Aires. Trabalhador do ciclo da madeira, Chapecó, 2006, entrevista concedida a Caroline Tedesco e Mirian Carbonera).

Fica claro nessa passagem que a cultura cabocla está em constante transformação e rapidamente muitos referenciais simbólicos constitutivos da identidade do lavrador nacional estão sendo alterados, mudando o legado cultural deixado pelos seus antepassados.

5.7.3 A interdependência entre o trabalho na propriedade e o trabalho subordinado

Com a chegada da colonização e do ciclo da madeira outra alteração que acontece na cultura cabocla é a dependência do trabalho subordinado, ou seja, primeiramente esse vivia somente da agricultura de subsistência e de vendas esporádicas de sobras de produção ou erva mate, mais tarde com a necessidade de adquirir propriedade das terras que ocupava diante da colonizadora o caboclo começa a trabalhar de forma subordinada realizando roçados ou no ciclo da madeira, não raramente nas duas atividades e retorna ao trabalho na agricultura de subsistência em um período diminuto.

Logo, o trabalho subordinado que surgiu somente para a aquisição da terra tornou-se uma necessidade permanente como fica claro no relato de José Inácio, indivíduo que participou ativamente do ciclo da madeira e fez parte do fenômeno descrito.

Eu me criei desde pequeno, passei de mão em mão, quando agarrei que peguei meu compromisso e daí eu comprei uma terrinha, daí ganhei nas viage do rio mesmo aquele dinheiro, comprei um pedacinho e fiz um ranchinho de capim pra coloca a companhia, daí peguei comprei uma junta de boi e peguei lavra pra fora (José Inácio. Trabalhador do ciclo da madeira, Chapecó, 2010, entrevista concedida a Leonardo Dlugokenski).

A prestação de serviço não era anormal, porém a partir da colonização e do ciclo da madeira tornou-se algo necessário na vida do caboclo, o que começou como complementação de renda tornou-se uma necessidade de primeira ordem, o caboclo que vivia da agricultura de subsistência e dependia somente de si, perdeu a autonomia e

começou a depender de fatores externos a sua lavoura e família, tornou-se algo próximo de um proletário, figura típica dos grandes centros urbanos como afirma Debona (2010)

Na medida em que a indústria madeireira se instalou na região influenciou de forma ampla a sociedade local e, também, a forma de vida do caboclo. Além de mudar a paisagem e o panorama econômico dos locais onde se instalava, a serraria provocava uma profunda mudança na forma de trabalho dos caboclos, que passavam de uma condição muito próxima do campesinato tradicional para uma situação de assalariamento muito próxima do operariado tipicamente industrial dos centros urbanos (DEBONA, 2010, p. 103).

Porém, temos que enfatizar que o trabalho subordinado estava em segundo plano apesar de ser indispensável, o caboclo trabalhava como diarista dado que a principal atividade estava no cultivo para a subsistência na propriedade por isso esse encarava o serviço remunerado como algo passageiro, só para suprir as necessidades do momento e era alcunhado de “preguiçoso, vadio” pelos empregadores geralmente de descendência europeia.

Esse fator fica claro quando notamos que tanto os serviços nas balsas como em todo ciclo da madeira eram sazonais, os empregados caboclos trabalhavam como diaristas, recebiam a quantia acordada com o empregador e após retornavam para a lavoura de subsistência, é o que transparece no depoimento do ex-balseiro Noel Elesbão da Luz quando esse foi questionado sobre as atividades que esse realizava além das balsas.

Trabaiava anssim na colônia, pra mim mesmo, fazia roça, prantava milho, feijão, a produção que tinha né, as veis vendia pro comprador que tinha né (Noel Elesbão da Luz. Ex balseiro, Guatambú, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Długokenski)

Logo, podemos ver que a existência de trabalhos remunerados não retirou o caboclo da agricultura de subsistência, inclusive esses trabalhos subordinados muitas vezes serviam de auxílio para o manutenção da lavoura ou para a legalização da terra do plantio como foi afirmado por José Inácio em relato no início desse item.

5.8 As trincheiras culturais entre caboclos e colonos

As diferenças culturais durante a colonização de Chapecó e principalmente durante o ciclo da madeira possibilitaram que os grupos de colonos e caboclos criassem representações sociais estigmatizantes que eram acessadas a cada novo conflito, ocasionando cada vez mais antipatia entre as partes.

Isso proporcionou que as duas partes mantivessem relações comerciais, porém não possuísem relações de confiança, de um lado estavam os caboclos sempre preocupados em receber um “golpe”, serem “passados para trás” pelos colonos empreendedores, de outro estavam os colonos alegando que os caboclos eram indolentes e não faziam os trabalhos demandados de forma correta.

Pode-se dizer que essas relações surgiram de um grande choque cultural e da não compreensão da visão sobre o trabalho dos grupos em questão, o colono tem seu modo de compreender o trabalho como algo mercantil, que deve gerar sobras, lucros, já o caboclo agia sob a égide da crença de que o trabalho era para a sobrevivência, por isso a adoção da agricultura de subsistência, ademais a crença transcendente da terra como espaço de reprodução familiar e da vida em si, fez com que o caboclo não se apegasse a nenhum serviço subordinado, todos os “trabalhos” fora da propriedade, fora da agricultura de subsistência eram considerados provisórios, esta crença passou toda a colonização e não foi alterada.

A partir da declaração dos estigmas e representações sociais entre os grupos iniciou-se um conflito que ficou mais presente no campo do simbólico do que no campo dos fatos, de um lado caboclos queixavam-se da remuneração insuficiente, pagas pelos colonos aos serviços prestados, de outro os colonos da indolência dos caboclos.

Logo, esse conflito promoveu alterações no modo de ser do caboclo, dado que este almejava adaptar-se a nova situação imposta, assim houve um enquadramento em sua religiosidade, surgiu à necessidade de manter um serviço remunerado complementar a agricultura de subsistência como também esse começou a idealizar o passado, antes da colonização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa pesquisa trouxemos um conjunto de elementos oriundos de revisões bibliográficas, documentais e entrevistas com o objetivo de compreender as modificações realizadas na cultura cabocla durante o período denominado ciclo da madeira na região em Chapecó. Buscamos analisar a partir desses referenciais as mudanças ocorridas na cultura cabocla com a adoção da indústria madeireira como fonte econômica regional, assim centrando nossas atenções nas modificações surgidas no nosso objeto de estudo a partir das constantes interações em decorrer desse fenômeno.

Logo, nosso interesse maior desde o início da pesquisa foi possibilitar um maior entendimento sobre as metamorfoses no modo de ser desse povo, os agentes que proporcionaram as mesmas, como também a contribuição desse processo de alteração do jeito de ser do caboclo na dinâmica social de Chapecó.

É importante enfatizar que o ciclo madeireiro citado na pesquisa constituiu-se na adoção da extração e comércio da madeira *in natura* ou beneficiada como principal alternativa econômica da região, substituindo a agricultura tanto de subsistência como em larga escala, o que possibilitou crescimento econômico de determinados grupos da sociedade chapecoense e a absorção da maioria da mão de obra disponível na região.

Assim, para que o objetivo principal fosse alcançado foi necessário a divisão da pesquisa em cinco capítulos distintos, com temas que possibilitassem que atingíssemos o nosso alvo de forma organizada e didática.

Deste modo, no primeiro capítulo denominado “A formação social de Chapecó até o período da colonização” centramos nossos esforços na investigação dos processos de ocupação das terras denominadas Campos de Palmas, que mais tarde tornaram-se Chapecó, objetivando encontrar quais os movimentos que possibilitaram a chegada da população cabocla e dos migrantes descendentes de europeus a Chapecó.

Logo, utilizando de revisão bibliográfica vimos que os primeiros grupos humanos a ocuparem a citada região pertenciam a etnias indígenas (Kaingang e Guarani), e que esses foram afastados da mesma a partir do processo de abertura da estrada que ligava as missões rio-grandenses a Sorocaba – SP, por excursionistas paulistas, sendo os indígenas aldeados e isolados na região de Nonoai – Rio Grande do Sul.

A estrada citada acima possuía como objetivo o deslocamento do gado e derivados para o seu posterior comércio nas feiras paulistas, essa estrada cruzava pelos até então denominados Campos de Palmas (que hoje abrangem o norte do estado do Paraná e o Oeste de Santa Catarina - Chapecó), porém além de permitir o transporte de gado para São Paulo, também possibilitou que algumas levas de caboclos ocupassem a região, dado que diversos peões de origem cabocla que trafegavam pela mesma foram exponencialmente “apeando” e ocupando esse vasto território. Esses peões viam a possibilidade de viver da prestação de pequenos serviços e principalmente da agricultura de subsistência, eliminando o trabalho subordinado. Temos aí a gênese da ocupação cabocla da região de Chapecó.

Outras levas de caboclos se deslocaram para essa região por outros modos e motivos, segundo RENK (2011, p.137) alguns vieram fugidos do estado do Rio Grande do Sul em meio a revolução de 1895, outros vieram das fazendas de Palmas (PR) e de Lages (SC), o que demonstra que a população cabocla de Chapecó migrou de diversas regiões diferentes para essa localidade.

Ademais, esses grupos chegaram à região de Chapecó por volta do século XIX foram fundamentais para a manutenção da posse dos Campos de Palmas para o Brasil em questão judicial que envolvia também a Argentina (que moveu o processo na corte internacional). Esses foram citados na defesa realizada pelo então diplomata brasileiro Barão do Rio Branco (1845 – 1912) diante da corte internacional encabeçada pelos Estados Unidos da América, onde foi enfatizado que as terras em litígio estavam ocupadas por nacionais, logo, essas deveriam permanecer sob égide do governo brasileiro.

Vimos também que em meio esse conflito foram criadas as colônias militares de Chapecó e Chopin com o objetivo de cessar a entrada de argentinos em busca da erva mate pertencente nessas regiões, e os caboclos erradicados nesses lugares receberam títulos que legalizavam a posse das terras.

Com o fim do litígio entre Brasil e Argentina e o êxito do governo brasileiro nessa questão se iniciou uma nova disputa por fronteiras, dessa vez entre o governo do Paraná e de Santa Catarina. Após anos de argumentações jurídicas um acordo foi realizado entre os governos Santa Catarina e Paraná, nesse o primeiro citado ficou com a região da Colônia Militar de Chapecó e o segundo com a região da Colônia Militar de Chopin. Como consequência desse acordo os títulos de terra expedidos pelo governo do Paraná aos habitantes da Colônia Militar de Chapecó perderam a validade tornando os até então cidadãos chapecoenses em posseiros das terras que habitavam.

A partir dessa realidade, as colonizadoras, geralmente com sede no estado do Rio Grande do Sul começam a realizar acordos com o estado de Santa Catarina e firmar contratos de compra com quem possuísse as terras juridicamente nesse local objetivando a criação de colônias para descendentes de imigrantes, dado que o potencial exploratório daquele estado já se esgotara há algum tempo.

Assim, em consequência do enfraquecimento da colonização no estado do Rio Grande do Sul, levas de colonos descendentes dos primeiros pioneiros a ocuparem o estado vizinho deslocaram-se para a região de Chapecó, e o caboclo até então dono de sua terra e da produção, desconhecendo a invalidação de seus títulos de terra expedidos pelo governo do Paraná tornou-se posseiro, o que proporcionou um processo de conflitos simbólicos e adaptações da cultura cabocla a nova realidade imposta por essa situação.

Logo, as adaptações no modo de ser do caboclo a partir dessa nova realidade tornou-se o tema do segundo capítulo dessa dissertação e foi denominado “A formação da cultura do caboclo e da identidade do colono na região de Chapecó”, onde examinamos a origem étnica e cultural do caboclo e do colono residente na região de Chapecó no período pesquisado a partir de pesquisa bibliográfica e de fontes orais, como também analisamos os conflitos gerados a partir do estranhamento entre esses agrupamentos.

Logo, a partir de entrevistas com fontes orais como do acesso a diversas pesquisas já publicadas²² chegamos a dados que nos levaram a crer que o caboclo chapecoense descrito no presente trabalho teve sua origem na miscigenação das diversas etnias que ocuparam o Brasil, mais fortemente as etnias indígena e portuguesa, por isso esse pode ser considerado como o não ser étnico dado sua origem híbrida.

Esses caboclos ocuparam o vasto território denominado mais tarde de oeste-catarinense por volta do século XVIII onde sobreviviam dos bens possíveis de se produzir no local como a erva mate, a mandioca (aipim), o milho verde, a batata-doce, o feijão, a criação e engorda de suínos, produzindo somente para a subsistência.

Logo, cremos a partir desses dados que os alimentos possíveis de se produzir, o relevo acidentado do local, o clima temperado e a fartura de terras a serem exploradas possibilitaram à criação de uma cultura calcada na agricultura de subsistência, no apego a família e a religiosidade, criada através das interações que os grupos de indivíduos tem com o local onde vivem.

²² Diversos pesquisadores trabalharam temas ligados a região de Chapecó no período de sua colonização a partir da década de 90 do século XX, onde podemos citar Arlene Renk, Alceu Antônio Werlang, Eli Bellani, Jaci Poli, José Carlos Radin, Mônica Hass, entre outros

Ademais as representações religiosas dos caboclos descritos em nossa pesquisa eram calcadas no catolicismo popular e principalmente na crença em profetas como João Maria e José Maria e surgiram como um suporte para a vida sofrida diante das condições encontradas naquela localidade quase isolada, sem conforto algum e sem a proteção dos órgãos estatais e intervenção da detentora do poder espiritual no Brasil (Igreja Católica). Essa vida sofrida também proporcionou o estreitamento das relações afetivas entre os moradores da região de Chapecó, fazendo com que os agrupamentos caboclos se tornassem uma comunidade extremamente interdependente, com uma unidade simbólica muito forte que foi confrontada com a chegada dos colonos no processo de ocupação do local pelas colonizadoras particulares.

Por conseguinte, os colonos que vieram a confrontar-se com os caboclos, em sua maioria eram descendentes de alemães e italianos migrados do estado do Rio Grande do Sul e possuíam uma cultura diferenciada, calcada no desejo da produção de excedentes agrícolas para o comércio, também na crença no catolicismo oficial ou no luteranismo e por último no individualismo trazido da Europa por seus antepassados devido ascensão da propriedade privada naquele continente.

Deste modo, acreditamos a cultura do caboclo de Chapecó foi forjada durante a sua convivência em comunidade, onde se deu origem ao modo próprio de ação dessa comunidade e o processo de alteração se iniciou através do contato com os colonos principalmente durante o ciclo da madeira onde esses mais interagiram.

Esse ciclo da madeira que proporcionou maior interação entre caboclos e colonos foi tratado no terceiro capítulo denominado “Do roçado ao mato: o ciclo madeireiro na região de Chapecó” onde procuramos averiguar os fatores que proporcionaram a adoção do setor madeireiro em Chapecó, as motivações presentes nesse novo modo de produção como também os impactos sociais e políticos criados por esse.

Assim, guiados pelas indagações acima, vimos que o ciclo madeireiro foi motivado pela impossibilidade da reprodução do modelo agrícola trazido pelos colonos do estado do Rio Grande do Sul, por motivos de logística e do relevo que impossibilitava a produção de alimentos em grande escala.

Logo, a abundância de árvores nativas na região, o alto valor de mercado da madeira como também a proximidade dos mercados compradores impulsionou a adoção do extrativismo madeireiro como alternativa econômica da região em detrimento da agricultura.

A partir da adoção dessa forma de produção à região começou a ser amplamente modificada e cada vez mais colonos egressos do estado do Rio Grande do Sul chegavam a Chapecó com seu lote (pedaço de terra) já adquirido da colonizadora. Essa migração em massa fez com que o caboclo tivesse a sua situação de posseiro efetivada, sendo forçados por funcionários das colonizadoras a adquirir as terras onde habitava pela compra ou abandoná-la. Assim, correndo o risco de ser expulso da região, esse tinha duas opções, ou não pagava pela terra e resistia entrando em conflito com os funcionários da colonizadora e colonos ou adaptava-se ao novo modelo e adquiria seu “pedaço de chão” pela compra.

Prontamente uma grande parcela desses indivíduos começou a prestar serviços como diaristas para os colonos que estavam se estabelecendo em Chapecó, trabalhando com o objetivo primeiro de adquirir a propriedade e posteriormente de comprar bens que não fossem possíveis de produzir na região e fossem considerados de primeira necessidade como: café, açúcar e artigos de vestuário.

Essa adaptação ao novo sistema imposto pelos colonos gerou profundas alterações no modo de ser do caboclo, tema esse tratado no capítulo IV da presente pesquisa denominado “A inserção do caboclo na indústria madeireira chapecoense em meados do século XX”, aonde vimos que a inserção do caboclo no ciclo da madeira se deu por meio de sua admissão em trabalhos sob o regime de diarista (esse recebia ao fim do dia pelo seu trabalho, não possuía vínculo empregatício e nem proteção social) como os de serrador, arrastador, beneficiador ou balseiro, não era raro o indivíduo exercer mais de uma função ao mesmo tempo.

Devido ao caráter laboral sazonal a atividade balseira era a que mais absorvia caboclos, também pela possibilidade desses receberem uma quantia superior as outras ocupações, assim o transporte da madeira segundo entrevistas com antigos balseiros demorava em torno de três dias e ao chegar o destino esses já recebiam de encarregados das madeiras pelo serviço uma quantia razoável, melhor que a paga em outras ocupações dentro desse ramo.

O serviço nas madeiras que em um primeiro momento objetivava apenas a aquisição da propriedade e de uma renda extra, tornou-se indispensável, assim devido à necessidade de trabalhar fora, remuneradamente, as relações afetivas com a família foram tornando-se frouxas, também o tempo até então dispensado para o trabalho na propriedade começou a ser dividido com as prestações de serviço aos colonos e madeiras.

Ademais, durante as entrevistas realizadas com caboclos que estiveram inseridos nesse ciclo ficou claro que as relações de trabalho não eram totalmente amistosas. Devido a

diversos fatores empregadores e empregados teciam diversas reclamações. Na perspectiva do caboclo, os empregadores em sua maioria colonos os remuneravam injustamente, lhes “passavam a perna” e davam preferência a seus patrícios, já os empregadores reclamavam muito da indolência do caboclo, alcunhando-os de “vadios”, “preguiçosos”. Esse conflito simbólico que ficou visível no ciclo da madeira foi exposto profundamente no capítulo V, denominado “A exclusão simbólica do caboclo durante o ciclo da madeira”.

Na parte da obra citada acima podemos ver que ambos os grupos atacavam-se simbolicamente através de alcunhas, xingamentos e da estigmatização da identidade do outro, porém foi possível de observar que devido à posse dos bens de reprodução cultural como jornais, livros, e do poder político e espiritual em Chapecó, os colonos assumiram rapidamente o lugar dos dominadores e os caboclos dos dominados nessa relação antagônica.

O antagonismo entre caboclos e colonos aparece nos artigos do único jornal local da época o “A Voz de Chapecó”, alcunhando o caboclo de preguiçoso e sem instrução, como na reprodução dos escritos do autor paulista Monteiro Lobato, mais em específico na obra “Urupês”, onde o caboclo é rebaixado a um parasita da sociedade, indolente e que não contribuía em nada para o progresso da nação e das localidades em que se encontrava.

Obviamente que o jornal “A Voz de Chapecó” era de posse de pessoas ligadas a uma das colonizadoras que comercializavam lotes em Chapecó e o autor Monteiro Lobato era um grande fazendeiro paulista que tinha graves problemas com seus peões, em sua maioria de origem cabocla. Logo, os meios de estigmatização simbólica como a mídia foram amplamente utilizados pelos grupos que possuíam o domínio econômico sem dar o direito de resposta aos grupos citados, criando uma imagem histórica negativa.

Logo, esse último capítulo nos leva a crer, embasado nas narrações de caboclos e colonos, como também a partir dos dados documentais e da revisão bibliográfica realizada que as críticas dos colonos aos caboclos devem-se a não compreensão do verdadeiro motivo do trabalho remunerado para esse povo, dado que o caboclo não objetivava enriquecimento e muito menos um trabalho de longa duração, esse devido a sua ligação cultural com a terra compreendia o trabalho remunerado apenas como complementação de renda, assim que atingia o seu objetivo retornava a sua propriedade para produzir para a subsistência.

Essa noção cultural de terra fica clara em Gehlen (1998, p.) onde este afirma que o sentido da terra para o caboclo é o da reprodução do grupo familiar, da produção do alimento e que a citada noção advinha dos seus passados indígenas.

A mesma conclusão vale para o caboclo, que usava do “véu” sobreposto por sua cultura para interpretar os objetivos do trabalho para os colonos, maximizando os fenômenos, devido o caráter mercantil da cultura europeia (das quais a maioria dos colonos pertenciam), esses acreditavam que os mesmos, os colonos, estavam lucrando as suas custas do seu trabalho e não entendiam o porquê do acúmulo de renda desse povo.

Esses fatos vão gerar uma nova mudança na cultura do caboclo, de indivíduo amistoso, considerado ingênuo pelos migrantes, o caboclo torna-se desconfiado, “arredio” as relações sociais com os indivíduos de outros grupos culturais e com os indivíduos do seu próprio grupo.

Com o passar dos tempos essas representações sociais transformaram-se em estigmas, ou seja, transformaram-se segundo Goffman (2008) marcas simbólicas que permanecem com os povos durante diversas gerações e ainda hoje são utilizadas como meio de caracterizar a ação desses povos.

A partir do que foi exposto podemos concluir que o trabalho remunerado surgiu como uma saída para a aquisição da terra pacificamente pelo caboclo, porém com o passar do tempo tornou-se indispensável, logo temos uma migração do trabalho nas lavouras de subsistência para a mão de obra remunerada tornando-o algo parecido com um proletário – típico de centros urbanos, o que demonstra uma metamorfose profunda na cultura cabocla.

Também podemos ver que muitos grupos de caboclos adaptaram-se a realidade imposta pelos colonos para manter-se em suas terras, subordinando-se parcialmente aos mesmos para manter a essência de sua cultura viva, ou seja, a relação direta com a terra, tanto que todos os trabalhos remunerados realizados pelos caboclos eram temporários.

Ademais com a nova realidade imposta muitos caboclos migraram para as religiões oficiais dos grupos dominantes (catolicismo apostólico romano e luteranismo), abandonando a religiosidade cabocla e a crença nos monges, como também as festividades e ritos típicos desse fenômeno religioso.

Esses fatos explicam os conflitos simbólicos, os estigmas criados pelos colonos sobre os caboclos, como a nomeação de vagabundos e preguiçosos e demonstra que mesmo na adversidade o caboclo sempre tentou manter a essência de sua cultura intacta, mesmo com a imposição de outro modo de vida dos vindos de fora.

REFERÊNCIAS

- BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no rio Uruguai. In: CEOM (Org). *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM*. Chapecó: UNOESC, 1995 p. 111 - 139
- BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.
- BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio grande do Sul – 1875/1887*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, ano 3, n.06, 1985 p. 07 – 73
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CÂNDIDO, ANTONIO. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Duas Cidades, São Paulo, 1982.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra. 2005.
- CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO OESTE, *Inventário da Cultura Imaterial Cabocla no Oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2008
- CONFRONTAÇÃO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ÚLTIMO “QUINQUÊNIO”, Chapecó: Prefeitura Municipal de Chapecó, 1959. Boletim Técnico.
- CORÁ, Neusa Maria da Silva. OLIVEIRA, Zelinda Maria Simionatto. *Porto Chalana desafios e conquistas: a saga de uma comunidade no interior do município de Guatambu – SC*. Chapecó: Novo Século, 2010.
- COSTA, Arthur Ferreira da. *O oeste catarinense*. Rio de Janeiro: Vilas Boas, 1929.
- D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: CEOM (Org). *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM*: Chapecó: UNOESC, 1995 p. 141 – 221
- DEBONA, Narcélio Inácio. *O caboclo de Palma Sola: depoimentos sobre as décadas de 1930 – 1960*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- DMITRUK, Hilda Beatriz. ZAGUSEWSKI, Teresinha C. Relações sociais, religião e etnicidade: a experiência dos moradores da vila São João. *Revista Grifos*, Chapecó, n.25, p. 33 – 58, dezembro. 2008.

DUSSEL, Henrique D. *Caminhos da libertação latino-americana*, São Paulo, Editora Paulinas, 1984.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora UNICAMP, 1989.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERNANDES, Rubenm César e ALMEIDA, Lúcio F.R. *Dilemas do Socialismo: A controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade: a vontade de saber*. Edições Graal, São Paulo. 2007.

FOX, Veronic Del Pilar Proeño de. MACIEL, Betânia. MENDES, Decilene. QUEIROZ, Eliana. SILVA, Jademilson. WILLIE, Leonardo. Do Jeca tatu ao Zé Brasil: estudo comparativo com fases da Folkcomunicação. In: XII CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE FOLKCOMUNICAÇÃO, 8, 2009, Taubaté, *Anais...*p.01 – 15.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade Estigmatizada e Cidadania Excluída: a Trajetória Cabocla. In: ZARTH, Paulo Afonso...[et. al.]. *Os Caminhos da exclusão social*. Ijuí. Ed. UNIJUÍ, 1998, p. 123 – 141.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLO, Cristiomar. Ilegalidade na exploração da madeira: ação do Instituto Nacional do Pinho no Oeste Catarinense (1941 – 1966). *Revista Tempos Acadêmicos*, Criciúma, v. 1, n.04, p. 01-13, 2006.

HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local 1945 – 1965*. Chapecó: Argos, 2000.

HOBBSAWN, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. *Ernesto Francisco Bertaso: de Verona a Chapecó*. Chapecó: Argos, 2005.

Livro Registro Firms Comerciais – Comarca de Chapecó; Livros I e II, Chapecó, 1947.

- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri: Manole, 2005.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- MACEDO, F.R. Azevedo. *Conquista Pacífica de Guarapuava*. Curitiba: GERPA, 1951.
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação a história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MARCON, Telmo. *Memória, História e Cultura*. Chapecó: Argos, 2003.
- MARQUETTI, Delcio. *Bandidos, forasteiros e intrusos: História do crime no oeste catarinense na primeira metade do século XX*. Chapecó: Argos, 2008.
- MARQUETTI, Delcio. SILVA, Juraci Brandalize Lopes da. Religiosidade e religião no oeste de Santa Catarina: a crença no monge João Maria e a instituição do catolicismo. *MNEME – Revista de Humanidades*, Caicó, v.11, n. 29, p. 555 – 571, jan./julh. 2011.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas – LECH. 1981
- NACKE, Aneliese, RENK, Arlene, PIOVEZANA, Leonel, BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Os Kaingang na região Oeste: Tradição e Atualidade*. Chapecó, Argos, 2007, p.26-42.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando o seu Futuro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.16, n.46, p.119 – 129, Jan/Jun, 2001.
- PAIM, Elison Antonio. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, n.14, p 121. - 138, jan/jun, 2006.
- PARANÁ, A. Mecê. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, ano VII, n.97, p. 08, Junho, 1946.
- PARANÁ, A. Provisório. *A Voz de Chapecó*, Chapecó, ano VII, n.108, p. 07, Agosto, 1946.
- PETROLLI, Francimar. *Discursos sobre civilidade: “memória, ordem e progresso” através do jornal A Voz de Chapecó (1939-1941)* Chapecó: Argos, 2006.
- PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: RDE, 1982.
- POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização. In: (CEOM), *Para uma história do oeste Catarinense*. Chapecó: UNOESC, 1995. P. 71 – 110.

POLI, Odilon: Camponeses no Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 15 n.14, p. 11 - 62, Dezembro/2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Guerra Santa” no Brasil: O Movimento Messiânico do Contestado. *Sociologia*, São Paulo, v.1, ano.1, nº 5, p. 261 – 299, 1957.

RADIN, José Carlos. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*. Joaçaba: UNOESC, 1996.

___ *Representações da colonização*. Chapecó: Argos, 2009.

RENK, Arlene. *A luta da erva: Um Ofício Étnico da Nação Brasileira no Oeste Catarinense*. Chapecó: Argos, 2006.

___ *Narrativas da diferença*. Chapecó: Argos, 2004.

___ *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SIMÕES, Joaquim Isidoro. *Coleção das Leis do Brasil de 1809*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

STOKMANN, Jaime. *Os Kaingang no Paraná: História e Historiografia*. São Paulo: UNESP, 2001. 138

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF, Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

THOMÉ, Nilson. *Guerra civil em Caçador*. Caçador: Fearpe, 1984.

THOMPSON, Edward. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1981.

VELHO, Octávio Guikherme A.C. “O conceito de camponês e sua aplicação no meio rural brasileiro” (1969), WELCH, Cl. A. (Org), *Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP, Brasília: MDA, 2008.

WERLANG, Alceu Antônio. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó, Argos, 2006.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v 2, n.4 , p. 11-73, jul/dez, 2008.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ZIMMERMANN, Roque. *América Latina – O Não Ser: Uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962 - 1976)*, São Paulo: Vozes, 1998. 139

ENTREVISTAS

ARMANINI, Ernesto. Chapecó – SC, Fevereiro de 2011.

CASTRO, Cassiano Ferreira. Chapecó – SC, Fevereiro de 2006.

D'ALL MAGRO, Maria Constancia Chiarelo. Caxambú do Sul – SC, Janeiro de 2008.

INACIO, José. Guatambu – SC, Novembro de 2010.

KILIAN, Pedro Alves. Linha Faxinal dos Rosas, Chapecó – SC, Fevereiro de 2006.

LUZ, Noel Elesbão da. Guatambú – SC, Novembro de 2010.

OLIVEIRA, Martins José. Nova Erechim – SC, Novembro de 2009.

PAULA, Leodoro Ponciano de. Guatambu – SC, Outubro de 2010.

SCHNEIDER, Nicolau Adão. Guatambu – SC, Novembro de 2010.

VIEIRA, Ervino. Chapecó – SC, Outubro de 2010.